

Henrique Alves Fernandes Silva

**NACIONALISMO E RESENTIMENTO:
Oliveira Vianna e o projeto de nação do Brasil**

Brasília

2010

Henrique Alves Fernandes Silva

**NACIONALISMO E RESENTIMENTO:
Oliveira Vianna e o projeto de nação do Brasil**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Instituto de Ciência Política, Universidade de Brasília, área de concentração Democracia e Democratização, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Ciência Política.

Orientador: Prof. Dr. Paulo César Nascimento

Brasília

2010

Henrique Alves Fernandes Silva

**NACIONALISMO E RESENTIMENTO:
A contribuição de Oliveira Vianna para o Projeto de Nação do Brasil**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Instituto de Ciência Política, Universidade de Brasília, área de concentração Democracia e Democratização, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Ciência Política e aprovada pela seguinte banca examinadora:

Prof. Dr. Paulo César Nascimento (Orientador)

IPOL/Universidade de Brasília

Prof^a. Dr^a Marilde Loiola Menezes

IPOL/Universidade de Brasília

Prof. Dr^a. Daniella de Castro Rocha (Suplente)

IPOL/Universidade de Brasília

Brasília

2010

Ao Senhor Jesus Cristo.

AGRADECIMENTOS

Agradeço, em primeiro lugar, ao SENHOR Deus, pelas promessas que se cumprem em minha vida. Agradeço também, sinceramente, às pessoas que de uma forma ou de outra também me incentivaram a persistir na conquista deste grande sonho: minha mãe, pelo apoio incondicional, meu orientador, por ter acreditado em meu potencial, meus amigos, que souberam compreender os meus momentos de ausência.

EPÍGRAFE

A RAPOSA E AS UVAS

Morta de fome, uma raposa foi até um vinhedo sabendo que ia encontrar muita uva. A safra tinha sido excelente. Ao ver a parreira carregada de cachos enormes, a raposa lambeu os beiços. Só que sua alegria durou pouco: por mais que tentasse, não conseguia alcançar as uvas. Por fim, cansada de tantos esforços inúteis, resolveu ir embora, dizendo:

- Por mim, quem quiser essas uvas pode levar. Estão verdes, estão azedas, não me servem. Se alguém me desse essas uvas eu não comeria.

MORAL: Aqueles que são incapazes de atingir uma meta tendem a denegri-la, para diminuir o peso de seu insucesso.

La Fontaine (1621-1695)

RESUMO

O pensamento político e social de Oliveira Vianna preconiza a necessidade de uma identidade nacional capaz solucionar o “estado letárgico e ganglionar” da sociedade brasileira, que impede o desenvolvimento social e econômico do país. Para tanto, em seus trabalhos podem ser verificadas tentativas de construção de um projeto de nação com foco no autoritarismo de Estado, por considerar a sociedade incapaz para lidar com a democracia. O objetivo desta dissertação é compreender as características do projeto de nação para o Brasil proposto por Oliveira Vianna à luz da teoria do nacionalismo desenvolvida por Liah Greenfeld. Greenfeld argumenta que o nacionalismo é fenômeno político que é fortalecido a partir das percepções que uma nação possui em relação a outra. Essas percepções favorecem o surgimento de ressentimento por evidenciarem desigualdades políticas, econômicas e sociais que não são, ou não podem ser superadas. O ressentimento, que configura o campo de estudos aparentemente alheio à Ciência Política, é, para Maria Rita Kehl, fundamental na compreensão das promessas da democracia não plenamente realizadas e, por isso, se constitui em tema “tão atravessado pelo campo da política” (KEHL, 2007, p. 19). Para realizar o estudo acerca do ressentimento, esta dissertação recorre à bibliografia acerca da filosofia do ressentimento; expõe o estudo de Maria Stella Bresciani que associa o ressentimento às incessantes buscas pela construção da identidade nacional brasileira; e constrói uma argumentação que considera as insuficiências do modelo teórico de Greenfeld. Esta dissertação concluiu que o projeto de nação de Vianna é ressentido por ser uma proposta de construção da identidade nacional que nega a nação brasileira tal como se apresenta para propor uma outra, com bases autoritárias e corporativistas, ao mesmo tempo em que vitimiza a sociedade brasileira ao considerá-la incapaz para a ação política democrática.

PALAVRAS-CHAVE: Nacionalismo. Identidade nacional. Ressentimento. Democracia. Estado nacional.

ABSTRACT

Oliveira Vianna's political and social thought claim for the necessity of a national identity capable of solving Brazilian society's ganglion and lethargic condition, which prevent the social and economic development. Thus, in his works there are intents to build a nation project based on State authoritarianism, since he considers the society unable to deal with democracy. The purpose of this paper is to understand the Brazil's nation project characteristics proposed by Oliveira Vianna based on the nationalism theory developed by Liah Greenfeld. Greenfeld argues that nationalism is a phenomenon strengthened from the perceptions that one nation have to one another. This insights enable the emergence of resentment because show social, political and economic inequalities that are not overcome. The resentment, which configures the study area apparently unfamiliar to Political Science, is, to Maria Rita Kehl, important to understand democracy promises that were not implemented and, therefore, constitutes a topic "so crossed by political area" (KEHL, 2007, p. 19). To accomplish the resentment study, this paper invoke the discussions about resentment philosophy; expose Maria Stella Bresciani work that associate resentment to incessant looking for constructions of Brazilian national identity; and build an argument that consider Greenfeld theoretical model insufficient. This paper concludes that Vianna's nation project is resentful because is a propose to build a national identity that denies the Brazilian nation in order to substitute to another one, based in authoritarian and corporatist ways, at the same time that victimizes the Brazilian society because consider it unable to democratic political action.

KEY-WORDS: Nationalism. National identity. Resentment. Democracy. National State..

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO	9
1	TEORIAS DO NACIONALISMO E A FILOSOFIA DO RESSENTIMENTO.....	14
1.1	O Nacionalismo em Gellner.....	16
1.2	O Nacionalismo em Hobsbawm.....	21
1.3	Nacionalismo em Anderson.....	25
1.4	O Nacionalismo em Greenfeld.....	28
1.4.1	Tipos de Nacionalismo.....	32
1.4.2	O Ressentimento.....	36
2	O PENSAMENTO POLÍTICO E SOCIAL DE OLIVEIRA VIANNA.....	46
2.1	Aspectos da Vida e Obra de Vianna.....	47
2.1.1	O primeiro aspecto importante: detectar o problema nacional.....	55
2.1.2	Segundo aspecto importante: o autoritarismo.....	59
2.1.3	Terceiro aspecto: os fundamentos do autoritarismo.....	67
3	O NACIONALISMO RESSENTIDO DE OLIVEIRA VIANNA.....	72
3.1	O ressentimento a partir da construção de “lugares-comuns”.....	76
3.2	Compreensão da lógica da filosofia do ressentimento: a vitimização	81
3.2.1	As vítimas das promessas da democracia liberal	86
3.2.2	O ressentimento na construção da identidade nacional.....	91
3.2.2.1	As idéias ressentidas de Gilberto Freyre no resgate do orgulho nacional.....	95
3.2.2.2	O marginalismo das elites brasileiras e o ressentimento.....	99
	CONCLUSÃO	105
	BIBLIOGRAFIA	110

INTRODUÇÃO

Este trabalho tem como foco de análise a relação entre nacionalismo e ressentimento no processo de construção do ideário nacional brasileiro, tendo em vista que nesta relação o ressentimento parece desempenhar papel central na compreensão da mudança de padrões valorativos. Em decorrência dessa relação, questões como a necessidade de construir identidade nacional, democracia e Estado autoritário serão levantadas a fim de mostrar como operam os conceitos que ligam essas idéias aparentemente opostas. Serão apresentados os limites das tradicionais teorias do nacionalismo frente às novas abordagens que indicam que o ressentimento se constitui a partir de escolhas políticas ditadas pelo nacionalismo na construção de identidades.

Os motivadores para o estudo do nacionalismo e do ressentimento são diversos, mas o principal, sem dúvida, surge por meio dos estudos das principais obras de Oliveira Vianna – a primeira, *Populações Meridionais do Brasil* e a última publicadas, *Instituições Políticas do Brasil*. Autor muito pouco estudado, porém importante dentro do pensamento político e social brasileiro, Vianna apresenta a necessidade de se construir uma identidade nacional brasileira. Ao mesmo tempo em que busca resgatar do passado as fontes sobre as quais os intelectuais devem se debruçar na proposição de modelos de unidade nacional para a sociedade brasileira, seu olhar está voltado para o modelo de nação inglês, seja ressaltando sua importância, seja ressaltando sua inutilidade. Então, o grande ponto percebido na leitura das obras de Vianna é importância em propor um modelo de nação brasileira, pela negação do modelo inglês.

Ora, por que, no projeto de nação brasileira, elaborado por Vianna, a construção da identidade nacional do Brasil tem como referência a negação dos valores de outras identidades nacionais? Além disso, chama a atenção a forma como Vianna apresenta a sociedade brasileira do ponto de vista científico. Eivados de preconceitos e sentimentos de inferioridade em relação aos ditos povos europeus, os argumentos do pensador confirmam as teses racistas dos estudos

voltados à psicobiologia social e colocam Vianna em uma situação de desconforto frente à tentativa de propor uma identidade calcada na singularidade brasileira.

Esse desconforto se reflete no menosprezo a essa singularidade, ou seja, nos atributos intrínsecos da sociedade, que para Vianna, por estar pautada na miscigenação étnica, passam a ser problema. A linguagem pouco comedida é capaz de despertar a curiosidade dos leitores: que tipo de nação Vianna quer erigir a partir da negação das características da sociedade brasileira?

A negação tanto dos valores subjacentes ao modelo inglês de nação, como das características sociais do Brasil indica que alguma coisa está errada. Segundo os pressupostos das tradicionais teorias do nacionalismo ancoradas nos estudos segundo o qual nação é um fenômeno moderno, que surge a partir do Estado, a memória é uma maneira fundamental para nortear a relação dos indivíduos com os grupos sociais do passado. À medida que se descaracteriza o tipo de sociedade existente, retira-se a possibilidade de referências, inviabiliza a construção de identidade sob formas naturais; as identidades devem ser forjadas segundo outros pressupostos.

Mesmo fazendo duras críticas aos amigos intelectuais de seu tempo, Vianna não deixa de recorrer aos valores do modelo inglês para comparar o quanto este é o exemplo de desenvolvimento social e econômico por que imerso em valores democráticos. Para Vianna, no entanto, a democracia é um valor irrealizável no Brasil dadas as circunstâncias socioeconômicas. Por isso, nega-se um valor que no fundo poderia ser o grande definidor da nação brasileira. A dupla negativa vem acompanhada de uma clara percepção de desconforto e senso de inferioridade, de incapacidade em relação àquilo que se deseja.

Para explicar as rejeições, as negativas, o preconceito, as críticas a valores vigentes em outras sociedades, esta dissertação recorreu a um estudo feito por Liah Greenfeld acerca da formação de identidades nacionais em alguns países europeus, formação essa pautada no ressentimento. Das teorias do nacionalismo, a perspectiva de Greenfeld, como será demonstrado, deu um grande salto qualitativo, realçando as sutilezas do nacionalismo como poderosa ferramenta política. Greenfeld consegue mostrar que o nacionalismo não está voltado apenas para a construção de uma nova nação. O nacionalismo também pode estar pautado por sentimentos de inferioridade em relação a outras nações, o que gera ressentimento.

O ressentimento pode ser compreendido em termos de uma exteriorização de um ódio recalcado fruto da impossibilidade de alcançar um objeto desejado. No entanto, defende-se a idéia de que o ressentimento pode manifestar-se não necessariamente em função de sentimentos de ódio ou raiva, que procuram destruir aquilo que se deseja e não se consegue alcançar. Ele também pode surgir revestido de uma atitude de rejeição daquilo que se deseja, a “transvaloração de valores”. A “transvaloração de valores”, indicador de ressentimento, é o processo cognitivo que decorre de uma situação em que se verifica a impossibilidade de alcançar o que se deseja, aliada a uma percepção de inferioridade, que nutre sentimentos de vingança e crueldade dissimuladas por uma autenticidade naquilo que se procura. Para Nascimento, significa atribuir um significado negativo aos valores da nação que é objeto de comparação e imitação, ao mesmo tempo em que os valores autóctones recebem uma avaliação positiva (NASCIMENTO, 2003, p.43)

Assim, em um primeiro momento, a intenção é associar os aspectos principais do argumento de Greenfeld, considerados aqui como referência teórica, e incorporá-los na interpretação dos argumentos de Vianna no que se refere ao seu projeto de nação: diagnóstico dos problemas da sociedade brasileira – o insolidarismo; solução para resolução dos problemas decorrentes deste diagnóstico – autoritarismo e corporativismo.

Para tanto, será necessário recorrer aos estudos de aspectos centrais e essenciais da filosofia do ressentimento, elemento crucial na compreensão do nacionalismo, segundo Greenfeld. Na pesquisa das obras do principal influenciador de Greenfeld, Scheler, verificou-se o papel da inconsistência de *status* como indicador fundamental para existência de ressentimento. Essa inconsistência, entendida como a ameaça dos privilégios ou a falta de *status* e dignidade que determinado grupo social sofre, procurará ser observada quando do estudo da vida e obra de Vianna. Por outro lado, a “transvaloração de valores”, termo cunhado por Nietzsche, parece ser um indicador mais convincente na constatação de ressentimento em Vianna.

O entendimento da obra *Ressentiment* de Scheler e dos argumentos de Nietzsche foram possíveis graças a uma obra de uma psicanalista, Maria Rita Kehl. Para além de uma mera análise psicológica das obras desses grandes pensadores, Kehl apresenta argumentos muito importantes na compreensão do ressentimento

social e na dinâmica desse ressentimento ao alimentar sociedades passivas, dependentes do Estado.

Outro estudo brasileiro de vanguarda que ajuda a entender o papel do ressentimento em Vianna, sob um olhar histórico, é o de Maria Stella Bresciani. Acredita-se que, com mais esse estudo, seja possível enriquecer a análise voltada para a relação nacionalismo e ressentimento desenvolvida por Greenfeld e que será apropriada para fins de compreensão das idéias de Vianna. Presume-se que o estudo de Greenfeld *per se*, como parâmetro para extração de indicadores de ressentimento, enfraqueceria em muito a análise da perspectiva de Vianna. Este estudo, dessa forma, no intuito de verificar a relação nacionalismo e ressentimento dentro da perspectiva que busca entender os processos de mudança de padrões valorativos, no caso, a importância e inutilidade da democracia na argumentação de Vianna, vale-se de outras perspectivas que estudam casos em que o ressentimento social surge em função da democracia, e casos em que o ressentimento aparece na construção de imagens negativas e depreciativas da realidade presente e histórica para fins políticos.

As pesquisas que foram desenvolvidas são de cunho teórico centradas nas obras dos principais pensadores acerca do nacionalismo, como forma de subsidiar as análises do pensamento de Oliveira Vianna referente à identidade nacional. Em linhas gerais, há uma preocupação em situar o debate teórico das principais correntes do paradigma modernista da teoria do nacionalismo, que localiza origem das nações nos tempos modernos.

Este trabalho é dividido em três capítulos, estruturados em seções e subseções. No primeiro capítulo, o enfoque centrar-se-á nas teorias nacionalistas voltadas para o paradigma modernista, analisando as idéias de alguns dos seus principais teóricos, Gellner, Hobsbawn, Anderson e Greenfeld. A intenção neste capítulo é traçar um panorama dos estudos sobre o nacionalismo como ferramenta política e indicar que a perspectiva mais adequada à análise do projeto de nação em Vianna é a de Greenfeld.

O segundo capítulo expõe, sob a ótica de Vianna, a necessidade imprescindível de um Estado forte capaz de favorecer a unidade de um povo e transformar a população brasileira em uma nação. Além de elementos da biografia de Vianna, serão analisados três grandes aspectos de sua obra – o insolidarismo, o

autoritarismo e o corporativismo – com base em artigos publicados e em suas duas grandes obras capitais mencionadas anteriormente.

Já o terceiro capítulo constitui a essência deste trabalho por apresentar efetivamente a relação entre nacionalismo e ressentimento em Vianna. Espera-se relacionar as características das idéias do projeto de nação em Vianna com o as idéias do nacionalismo em Greenfeld, procurando verificar em que medida o projeto de nação de Vianna pode conter ressentimento.

1. TEORIAS DO NACIONALISMO E A FILOSOFIA DO RESSENTIMENTO

O objetivo deste capítulo é fazer uma análise das idéias de alguns dos principais teóricos do nacionalismo, tais como Gellner, Hobsbawn, Anderson e Greenfeld, procurando realçar aspectos necessários para se compreender o pensamento intelectual brasileiro no que se refere à busca de uma identidade nacional que tornasse o Brasil uma nação única à altura das nações desenvolvidas. Por isso, haverá um esforço em extrair das teorias que versam sobre a temática do nacionalismo elementos que permitam compreender a postura de um intelectual brasileiro diante da realidade social, política e econômica de seu país – Oliveira Vianna. Dentre os diversos elementos que podem ser apreendidos, tem-se a necessidade de perceber como a vontade política do Estado é direcionada para a construção de um sentimento nacional capaz de formar uma nação desenvolvida, reconhecida e dotada de prestígio frente a outras nações. O nacionalismo seria a manifestação mais importante, resultado da criação de laços identitários, capaz de mover a nação rumo ao desenvolvimento¹.

Este capítulo é importante porque, além de permitir entender as mais diversas maneiras como o nacionalismo pode se manifestar em uma sociedade, situa o debate acerca da questão nacional, fornecendo uma leitura que foge às tradicionais abordagens que até o momento vem sendo feitas e que não conseguem explicar, por exemplo, porque, em pleno século XXI, no auge do processo de globalização, os levantes nacionais têm sido tão freqüentes. Nessa linha, o capítulo ressalta as principais correntes de pensamento tradicionais, que neste trabalho será representadas por Ernest Gellner, Eric Hobsbawn e Benedict Anderson, e indica a ausência de um consenso acerca dos motivos que levam o surgimento de levantes nacionalistas. Muitos autores, como Hobsbawn, defendem a idéia de que as nações tendem a desaparecer, que o nacionalismo pode estar associado às lutas de libertação contra o domínio colonial e também como uma ideologia antidemocrática e xenófoba.

¹ Segundo Greenfeld, “o nacionalismo seria a fonte do espírito do capitalismo, isto é, a orientação da ação econômica moderna, bem assim o fator crucial da sua emergência.” (GREENFELD, 2001, p. 21)

Por isso, há que se perceber as divergências entre essas posições, que indica a dificuldade de traçar um escopo teórico comum. A discussão que indica a ligação entre as diferentes abordagens aqui apresentadas é a concepção materialista da realidade, na qual estruturas políticas ou econômicas, bem como a linguagem e história comuns afetam o comportamento, as crenças individuais e a cultura. Com isso, poderíamos entender os fatores materiais, ou reais como determinantes da nação, da construção de laços identitários mais fortes ou mais fracos. Por outro lado, ao se considerar os processos psicológicos entre estruturas sociais e formações culturais, pode-se perceber que os fenômenos sociais, dentre eles o nacionalismo, são constituídos por fatores que escapam às forças objetivas que a abordagem convencional do nacionalismo apresenta.

A proposta de análise subjacente a este trabalho procura evidenciar como os processos psicológicos influenciam a percepção da posição social relativa de indivíduos ou grupo de indivíduos em relação a outros grupos, e como isso implica na conformação de idéias, valores sociais e culturais que movem sociedades ao progresso ou à estagnação. Procurar-se-á analisar a relação do “eu” e do “outro”, segundo uma perspectiva de nação. E isso envolve aspectos bastante subjetivos sobre a posição desse “eu” no mundo, estimulando a criação de laços identitários, com base na cultura comum e na estrutura social, que muitas vezes surgem em função de um sentimento de inferioridade por querer pertencer, ou mesmo ser o “outro”, pela imitação de um modelo de desenvolvimento de nação que é considerado ser o mais adequado tendo em vista a perspectiva do desenvolvimento, da busca por prestígio e reconhecimento. Quanto a esse aspecto, considera-se que as vertentes tradicionais da teoria do nacionalismo são insuficientes para compreender a criação de laços de identidade nacional a partir de processos psicológicos em base estrutural. A abordagem de Greenfeld, nesse sentido, é mais esclarecedora.

1.1 O Nacionalismo em Gellner

Ernest André Gellner (1925 –1995) foi um filósofo, sociólogo e antropólogo social preocupado em entender o processo de modernização na sociedade. Sua obra *Nation and Nationalism*, publicada em 1983, evidencia a importância do estudo do nacionalismo como uma necessidade do mundo moderno. Os incentivos para a homogeneização cultural nas sociedades agrário-letradas eram muito pequenos e desnecessários diante das transformações sociais propiciadas pelo trabalho técnico na era moderna. O papel de homogeneizante cultural antes exercido pelas forças de um senhor, baseadas na tradição ou mesmo no carisma, passa a ser feito, na era moderna, pelo nacionalismo. Os padrões culturais passam a ser menos importantes diante do contato cada vez mais impessoal estabelecidos pela divisão social do trabalho. Além disso, para manter um nível produtivo condizente com a capacidade de crescimento industrial, a conquista de territórios produtivos era uma necessidade para obtenção de recursos. Para tanto, Gellner defende que o “nacionalismo deve ser um princípio que sustente a congruência entre a unidade política – o Estado e a cultura” (GELLNER, 1992, p. 1, minha tradução). É na tentativa de justificar essa percepção que Gellner constrói um modelo no qual há dois tipos de sociedades: a agrário-letrada e a industrial avançada (GELLNER, 2000, p. 108).

A sociedade agrário-letrada possui estrutura política estável pela existência de um sistema ideológico que, além de conferir legitimidade à estrutura, possibilita a implementação da coerção, seja pela via do carisma, seja pela via da tradição². A alfabetização nesse tipo de sociedade consolida-se pela escrita, o que aumenta a diferenciação de status entre aqueles que possuem a técnica da escrita e os que não a possuem (GELLNER, 2000, p. 110). Em decorrência disso, existiria uma tensão entre um tipo de “cultura superior”, pautada pelo ensino formal, rígida, hierarquizada, e uma “cultura inferior”, caracterizada pela prática, de caráter informal, flexível e que não detém a técnica da escrita.

² Ao discutir a noção de Estado, Gellner adota a definição weberiana, que preconiza o Estado como o agente possuidor do monopólio legítimo da violência. Isso viabilizaria a salvaguarda dos valores instituídos pela sociedade, bem como a manutenção da ordem centrada na divisão social do trabalho (GELLNER, 1992, p. 3-4).

As diferenças entre as culturas nas sociedades agrário-letradas, para Gellner, são responsáveis por definir posições sociais. O indivíduo que não tivesse acesso à educação jamais teria condições de ascender socialmente. A mobilidade social era mínima para não dizer nula, uma vez que

os governantes tinham pouco incentivo para impor homogeneização cultural entre súditos porque a especificidade social ajuda a alocar pessoas em seus nichos sociais e geográficos, inibindo o surgimento de identidades e lealdades extensas (GELLNER, 2000, p. 113).

Em consonância com os propósitos de verificar a existência de ligação entre cultura e política em ambos os tipos de sociedades do modelo, Gellner argumenta que em uma sociedade propensa a engendrar, segregar, elaborar diferenciações culturais e sociais no seu interior, como é caso da sociedade agrário-letrada, verifica-se pouca relação entre cultura e legitimidade política. Quando a cultura deixa de ser o parâmetro para segregação social, de alocação de pessoas em seus devidos níveis hierárquicos, já na sociedade industrial, os indivíduos deixam de ter uma posição fixa e passam por uma maior rotatividade em função dos requisitos de produção (GELLNER, 2000, 112).

A evolução contínua e crescente dos recursos produtivos e o crescimento econômico trazem profundas implicações para a cultura. Para a perpetuação do sistema de desenvolvimento econômico, a “cultura superior” deve estar suficientemente difundida, via acesso à educação formal. Nesse momento, o Estado está interessado em assegurar aos indivíduos o domínio das técnicas que permitirão fazer com que o sistema funcione. O nacionalismo surge, dessa forma, na sociedade industrial, com a universalização da educação formal, para suprir o papel exercido por um líder (GELLNER, 2000, 117).

Indícios que comprovam a necessidade de estreitamento entre cultura e política são: a necessidade de uma homogeneização cultural; preservação de uma cultura padronizada, disciplinada, com educação contínua e universal, provida pelo Estado; mobilidade social – por ser móvel, os indivíduos podem alcançar posições,

status, diferentemente do que ocorria na sociedade agrária; e o Estado protege a cultura³.

No entanto, cabe ressaltar que os modelos de sociedades discutidos devem ser observados dentro de um contexto histórico, procurando apreender os estágios pelos quais uma sociedade agrário-letrada pode chegar a ser uma sociedade industrial. Gellner argumenta que são cinco estágios de evolução: o primeiro é a “linha basal”, marcada pela ausência de ligação entre etnia e política; o segundo é o “irredentismo nacional”, em que antigas fronteiras e formações políticas são ameaçadas pelo surgimento de etnias; o terceiro, “irredentismo nacional destrutivo”, é marcado pelo surgimento de Estados menores, que se propõem cumprir o destino nacional do grupo com que se identificam; o quarto, “nacht und nebel”⁴, é o estágio em que grupos étnicos se homogeneizam dentro de unidades políticas; e no último estágio, a riqueza material e a convergência cultural fazem desaparecer reivindicações nacionalistas (GELLNER, 2000, p. 121).

Por outro lado, Eric Hobsbawn critica essa visão que indica a nação como resultado de um estágio no desenvolvimento histórico da sociedade humana. Para Hobsbawn, se a idéia de nacionalismo está ligada a um progresso, por permitir um aumento do desenvolvimento econômico, social e cultural, não haveria de se considerar os pequenos povos como nação. Dessa forma, o modelo proposto por Gellner, bem como os estágios que podem ser depreendidos desse modelo, aplica-se somente a algumas nações, não sendo universal (HOBSBAWN, 1991, p. 53-54). No entanto, Gellner faz algumas considerações ao modelo com o qual trabalha. Dentre elas, cabe ressaltar a seguinte:

A questão do nacionalismo não aparece somente quando não há Estado. E isto não significa que essa questão é para cada e todo Estado. Ao contrário, a questão do nacionalismo aparece somente em alguns Estados (GELLNER, 1992, p. 5, minha tradução).

³ Segundo Vicenzi, o investimento em uma escolarização padronizada, promovido pelo Estado, protege a “cultura superior”, responsável pela perpetuação do crescimento econômico. O próprio crescimento e a modernização levam ao desenvolvimento e difusão de um tipo de cultura que é necessária para a sua continuidade (VICENZI, 2006).

⁴ Expressão empregada pelos nazistas com referência a algumas de suas operações durante a II Guerra Mundial (GELLNER, 2000, 121). Literalmente significa *Noite e Névoa*.

Mais adiante, prossegue:

De fato, nações, como Estados, são contingentes, e não uma necessidade universal. Nem nações nem Estados existem todo tempo e em todas as circunstâncias. Além disso, ambos possuem contingências diferentes (GELLNER, 1992, p. 5, minha tradução).

Após essas considerações ainda assevera que o que está em debate é se a idéia que se tem sobre as nações modernas pressupõe ou não a existência de um Estado. A sugestão para esse debate, conforme propõe, não pode ser resolvido somente pela cultura, mas pelas contingências econômicas e o conseqüente advento de uma educação de massa, propiciados pelo Estado.

Para Gellner, o nacionalismo deve representar o respeito entre as fronteiras étnicas e políticas, no sentido de que governantes de uma unidade política devem ser representantes da nação à qual pertencem, porque compartilham os mesmos elementos culturais. Em outras palavras isso significa dizer que não faz sentido um indivíduo ser representante político de uma nação com a qual ele não se identifica, nem possui laços culturais. Isso significa compreender a cultura como elemento de coesão entre indivíduos, na medida em que o Estado garante a preservação de um sistema político homogêneo padronizado (GELLNER, 1992, p. 110).

É importante dizer que o argumento de Gellner reforça o papel da cultura na promoção do nacionalismo ao constituir um fator que estabelece laços de lealdade entre os membros de um grupo, permitindo a construção de uma identidade nacional (GELLNER, 1992, p. 138). A cultura seria o fator material determinante na construção dos laços nacionais. Essa perspectiva mostra que a cultura, para Gellner, é capaz de criar identidade entre os indivíduos, ao contrário do que afirma Guibernau (GUIBERNAU, 1997, p. 89) em sua interpretação sobre a obra de Gellner. No entanto, Gellner afirma que o nacionalismo não representa um despertar de forças culturais latentes, porque, na realidade, significa apenas

uma conseqüência de uma nova forma de organização social, baseada em uma profunda internalização de uma educação dependente de culturas elevadas, cada qual protegidas pelos seus respectivos Estados (GELLNER, 2005, p.48, minha tradução).

Nesse sentido, “nações não estão inscritas dentre as coisas naturais, elas não constituem uma versão política dos tipos naturais” (GELLNER, 1992, p. 49, minha tradução), porque elas são inventadas em função da implantação de um sistema de educação de massas e de uma cultura popular, garantidos pelo Estado.

É por esse motivo que Vieira critica as percepções sobre identidade nacional. Muito embora exista a língua como elemento de homogeneidade, a existência de múltiplas identidades culturais invalida a noção de cultura nacional unificada. Dessa forma, o pensamento de Gellner, tal como esboçado, pode ser entendido à luz da interpretação de Vieira da seguinte maneira: a proeminência do Estado-nação, na sociedade industrial, resulta no apagamento de culturas diversas, sufocando a diversidade em nome da unidade (VIEIRA, 2006, p.72). Por isso, por meio de uma identidade nacional forjada, ideologias emanadas do Estado, como o patriotismo e o nacionalismo, muitas vezes expressas nos hinos nacionais, mobilizaram populações a “morrer pela pátria” (VIEIRA, 2006, p. 73).

Gellner não explica as paixões geradas pelo nacionalismo, e porquê indivíduos lutam e morrem pelo seu país. A esse respeito, Anderson, tentando mostrar que nação surge a partir de fatores emotivos e subjetivos, argumenta que

Gellner está ansioso por demonstrar que o nacionalismo disfarça-se sob falsas aparências que faz equivaler “invenção” com “fabricação” e “falsidade”, em vez de o identificar com “imaginação” e “criação” (ANDERSON, 2005, 2005, p. 26).

A tese de Gellner não toca nos aspectos mais subjetivos e sentimentais que levam um grupo de indivíduos a se unir em torno de valores comuns, evidenciando que o nacionalismo é fruto somente de fatores como a modernização, a urbanização e a educação em massa. A posição que se quer realçar parte do princípio de que a nação pode ser uma construção artificial, mas não significa que seja pautada em

interesses que desconsideram a influência dos fatores emotivos no despertar da consciência nacional.

1.2 O Nacionalismo em Hobsbawm

Eric John Ernest Hobsbawm (1917) é historiador que tem exercido profunda influência na compreensão da história europeia, especificamente, a britânica. Ele percebe o nacionalismo como um projeto político moderno e que o requisito para a existência de uma nação é o Estado territorial, tal qual o que surgiu com a Revolução Francesa (HOBSBAWM, 2000, p. 272). Com isso, pressupõe-se que Hobsbawm compartilha com Gellner a idéia de que nações são construtos artificiais. Nação é vista “qualquer corpo de pessoas suficientemente grande cujos membros consideram-se como membros de uma nação” (HOBSBAWM, 1990, p. 18). Para ele, não adianta recorrer a uma definição objetiva para esse termo, porque “a alternativa para uma definição objetiva de nação é uma definição subjetiva” (HOBSBAWM, 1990, p. 16). Por isso, tentar estabelecer um conceito de nação ligado ao compartilhamento de valores culturais, de língua, de tradições, à existência de um passado imemorial comum é um trabalho em vão e leva aos incautos

a extremos do voluntarismo para o qual tudo o que é necessário para criar ou recriar uma nação é a vontade de sê-la: se um número suficiente de habitantes da ilha de Wight quiser ser uma nação wightiana, lá haverá uma nação (HOBSBAWM, 1990, p. 17).

Com essa ironia, Hobsbawm sugere que o surgimento de movimentos étnicos e separatistas, como pode ser verificado na criação de novos Estados pós-Segunda Guerra Mundial, nada tem a ver com a autodeterminação dos povos, motivada pela existência de laços entre aqueles considerados como tendo uma etnicidade, uma língua, uma cultura, um passado histórico em comum. (HOBSBAWM, 1990 p. 203-204). Para Hobsbawm, esse é um campo obscuro e que não explica de maneira contundente a disposição para morrer pela pátria como índice de patriotismo, mas apenas indica a

densidade da bruma que rodeia questões sobre consciência nacional de homens e mulheres comuns, especialmente no período anterior ao nacionalismo moderno ter se tornado uma inquestionável forma de política de massa (HOBSBAWM, 1990, p. 94).

Embora Hobsbawm apresente uma crítica a Gellner no que se refere ao universalismo na evolução do estágio de sociedade agrário ao industrial, Hobsbawm acredita que a nação representa um estágio no desenvolvimento histórico da sociedade humana e que o Estado é o responsável por arregimentar os sentimentos subjetivos dos membros da nacionalidade envolvida (HOBSBAWM, 1990, p. 53). Em concordância com Anderson, Hobsbawm acredita que a nação moderna é uma comunidade imaginada responsável por preencher certo vazio emocional causado pela desintegração ou pela inexistência de relações humanas reais. Os Estados, por seu turno, mobilizariam variantes do sentimento de vínculo coletivo já existente a fim de que possam ser ajustados aos seus interesses. A esses vínculos coletivos preexistentes, dá-se o nome de protonacionalismo (HOBSBAWM, 1990, p. 63).

O protonacionalismo é formado por três elementos: a linguagem, a religião e a consciência de pertencer ou ter pertencido a uma comunidade política durável. A linguagem, segundo Hobsbawm, é “construto semi-artificial e, às vezes, virtualmente inventada, como o moderno hebreu” (HOBSBAWM, 1990, p. 70). A religião confere realidade palpável àquilo que de outro modo seria uma comunidade imaginada (HOBSBAWM, 1990, p.86). Já a consciência de pertencer ou ter pertencido a uma comunidade política durável é criada por uma elite privilegiada, responsável por dar legitimidade à nação política (HOBSBAWM, 1990, p. 91).

Considerando que o protonacionalismo seja a gênese de uma nação moderna, e embora ele facilite a “tarefa do nacionalismo”, apenas o protonacionalismo não basta para formar nacionalidades e nações⁵. Em uma crítica a Anderson, Hobsbawm vai argumentar que os elementos protonacionais não são essenciais para a formação da lealdade e do patriotismo nacionais. Isso ocorre porque não há como saber o que acontece nas mentes da maioria dos homens e

⁵ Confirmando esta posição, Hobsbawm irá dizer que “nem a língua nem a etnia são essenciais para o nacionalismo revolucionário original(...)” (HOBSBAWM, 2000, p. 273).

mulheres a respeito de pensamentos e sentimentos que envolvem nacionalidades, Estado e nações, aos quais proclamam lealdades. A disposição de morrer pela pátria não pode indicar um índice de patriotismo (HOBBSAWM, 1990, p.94).

Seguindo a perspectiva histórica de Hobsbawm, a nação, por ser um fenômeno histórico, possui uma gênese, um desenvolvimento e um final. Se a nação surge na modernidade, possui um significado eminentemente político, por equalizar o povo e o Estado à maneira das revoluções francesa e americana (HOBBSAWM, 1990, p. 31), seu apogeu foi no final da Primeira Guerra Mundial até o surgimento dos movimentos para a independência e a descolonização.

Após a Primeira Guerra Mundial, as economias capitalistas estavam sendo guiadas pelo Estado, e as socialistas, planejadas pelo Estado. Na Europa, foram testadas as limitações e o potencial do nacionalismo, uma vez que, com a fragmentação dos antigos impérios, os Estados que surgiram eram pequenos demais para abrigar a diversidade de povos que se oprimiam. O potencial estava justamente na identificação de “nação” e “classe”, no sentido de que a consciência de classe, por ter uma dimensão cívico-nacional, que por sua vez tratava de questões sociais, teria reforçado a consciência nacional (HOBBSAWN, 1990, p. 173). E isso explica, para Hobsbawm, a forte associação do nacionalismo com as esquerdas durante o período antifascista. Já as limitações podem ser compreendidas com o surgimento de movimentos antiimperialistas, cujas características que esboçam o limite dos nacionalismos são: a busca da autodeterminação dos povos, a xenofobia e os conflitos tribais. Esses movimentos contestatórios

protestavam contra o ‘nacional’, isto é, irrealidade étnica, ou cultural, dos territórios nos quais a era imperial havia dividido o mundo dependente, apesar de, às vezes, protestarem contra a irrealidade de ideologias ocidentalizadoras elaboradas por elites modernizadas que herdaram o poder dos ex-dominadores (HOBBSAWM, 1991, p. 181)

Os movimentos nacionalistas passam a ser negativos, porque separatistas – por definição o nacionalismo é excludente, uma vez que desconsidera todos aqueles que não pertencem à sua própria nação. O Estado começa a perder o controle daquilo que Gellner chamaria de cultura, e há uma reiteração nas diferenças étnicas e lingüísticas, que não intenta nenhuma orientação para o futuro. Constitui “mero

protesto contra o *status quo*, ou, mais precisamente, contra “os outros” que ameaçam o grupo etnicamente definido” (HOBBSAWM, 1993, p. 201). Em entrevista concedida à revista britânica *New Left Review* em 18 de abril de 2010, Hobsbawm se posiciona acerca da ineficácia do nacionalismo como força política:

Não há dúvida alguma de que o nacionalismo foi, em grande medida, parte do processo de formação dos Estados modernos, que exigiu uma forma de legitimação diferente da do Estado tradicional teocrático ou dinástico. A idéia original do nacionalismo era a criação de Estados maiores, e me parece que essa função unificadora e de expansão foi muito importante.

Um exemplo típico foi o da Revolução Francesa, na qual, em 1790, pessoas apareceram dizendo: "Não somos mais delfineses ou sulistas --somos todos franceses".

Em uma etapa posterior, dos anos 1870 em diante, vemos movimentos de grupos no interior desses Estados impulsionando a criação de seus Estados independentes. Isso, é claro, gerou o momento wilsoniano de autodeterminação --se bem que, felizmente, em 1918-19, ele ainda fosse corrigido, até certo ponto, por algo que desde então desapareceu por completo, a saber, a proteção das minorias.

Era reconhecido, mesmo que não pelos próprios nacionalistas, que nenhum desses novos Estados-nações era, de fato, étnica ou linguisticamente homogêneo. Mas, depois da Segunda Guerra [1939-45], os pontos fracos das situações existentes foram enfrentados, não apenas pelos vermelhos, mas por todos, pela criação proposital e forçada da homogeneidade étnica. Isso provocou uma quantidade enorme de sofrimento e crueldade, e, no longo prazo, também não funcionou.

Apesar disso, até aquele período, o tipo separatista de nacionalismo operou razoavelmente bem. Ele foi reforçado após a Segunda Guerra Mundial pela descolonização, que, por sua própria natureza, havia criado mais Estados; e foi fortalecido ainda mais, no final do século, pela queda do império soviético [em 1991], que também criou novos Miniestados separados, incluindo muitos que, assim como aconteceu com as colônias, não tinham desejado de fato separar-se, mas aos quais a independência foi imposta pela força da história . (...)A função histórica de criar uma nação como Estado-nação deixou de ser a base do nacionalismo. Pode-se dizer que não é mais um slogan muito convincente. Pode ter sido eficaz, no passado, como meio de criar comunidades e organizá-las contra outras unidades políticas ou econômicas” (HOBBSAWM, 2010, tradução Clara Allain).

Hobsbawm possui uma visão de nacionalismo muito ligada à sua instrumentalidade como imposição de valores regionais do Ocidente, não necessariamente universais. A ordem baseada em Estados-nações, segundo

Hobsbawm, constituiu uma das mais bem-sucedidas tentativas de proteção contra a chegada de elementos externos a países e a tendência é que isso se aprofunde cada vez mais, não necessariamente por critérios étnicos, mas em nome da necessidade de legitimar governos: “os EUA, obviamente, não podem ser definidos por uma unidade étnica, mas certamente têm sentimentos nacionalistas fortes” (HOBBSAWM, 2010).

Entretanto, Hobsbawm não explica por meio de quais mecanismos ocorre essa tendência em aprofundar os nacionalismos. É certo que, ao dizer que o nacionalismo não funciona como criador de Estado-nação de outro tipo, no caso de estados supranacionais, pretensão da União Européia, não se pode desconsiderar o potencial político do nacionalismo como elemento ainda eficaz de criar e consolidar comunidades contra outras unidades políticas e econômicas. É nesse sentido que os trabalhos de Greenfeld se mostram importantes na explicação dos motivadores psicológicos de grupos específicos frente a outras realidades, vistas como bem-sucedidas. A percepção relacional de nações frente a outras nações tende, atualmente, a mostrar a força do nacionalismo, não mais nos moldes sugeridos por Hobsbawm, qual seja, o de arregimentar comunidades sob a égide de um Estado-nação. O nacionalismo hoje funcionaria mais como força impeditiva da criação de laços identitários entre aqueles que se vêem como desiguais.

1.3 Nacionalismo em Anderson

Benedict Anderson (1936), cientista político norte-americano, irmão do historiador Perry Anderson, observa que o nacionalismo tem exercido força fundamental sobre o pensamento moderno, seja pelo desenvolvimento das Nações Unidas, seja pelo fim das dinastias européias e asiáticas em função de uma unificação estatal e linguística. No intuito de fornecer uma interpretação fora do europocentrismo no estudo das nações, Anderson discute o surgimento do nacionalismo a partir de países colonizados e asiáticos.

Para Anderson, nação é uma comunidade imaginada, limitada e soberana, resultado das transformações decorrentes da modernidade (ANDERSON, 2005, p.25). Ele define nação como uma comunidade imaginada porque não se pauta

somente pelos contatos quotidianos entre as pessoas, mas corresponde à forma pela qual é imaginada pelos indivíduos que a compõem, somente sendo apreendida pela abstração da mente humana - seus membros nunca conhecerão todos os demais (ANDERSON apud NASCIMENTO, 2003, p.37). Isso pode ser constatado pelo unísono existente ao entoar um hino nacional, considerado uma manifestação da ligação entre membros de uma comunidade estabelecida pelo som imaginado (ANDERSON, 2005, p.197). A nação é limitada porque está circunscrita a fronteiras nacionais finitas - nação é limitada em suas fronteiras por outros territórios, e soberana porque as nações almejam ser livres e o Estado soberano garante essa liberdade (ANDERSON, 2005, p.26-27). Por fim, a nação é soberana, porque o nacionalismo está ligado ao declínio dos sistemas tradicionais de governabilidade – monarquia ou sistemas coloniais – e à construção de uma nacionalidade baseada na identificação étnica, racial e/ou cultural. Por isso, Anderson, ao criticar a visão de Gellner sobre as nações argumenta que “as comunidades deverão ser distinguidas, não pelo seu caráter falso ou genuíno, mas pelo modo como são imaginadas” (ANDERSON, 2005, p.26).

Entretanto, embora Anderson desenvolva uma idéia de nação relativa a elementos subjetivos⁶, Prevelakis alerta para o fato de que esses elementos não devem ser confundidos com um suposto apego a características étnicas para definir os membros da nação. Os elementos subjetivos são construídos e selecionados pela nação emergente com a finalidade de serem compartilhados junto à comunidade com características nacionais distintivas (PREVELAKIS, 2004, p. 2). Para Prevelakis, salientar que a perspectiva de nação de Anderson não possui características étnicas é importante, porque o fato de a nação ser uma comunidade imaginada não implica que ela seja baseada exclusivamente na língua, no sangue ou na religião.

O argumento de Anderson fornece muitos subsídios para se pensar o significado do nacionalismo como um artefato cultural de tipo especial, porque envolve a questão do emocional na construção de laços que superam a necessidade do contato face a face. A nação é constituída por membros que não se conhecem e talvez nem venham a se conhecer, mas se percebem como integrantes do mesmo grupo. Ela é resultado da decadência de línguas restritas a grupos pequenos, da

⁶ Para Vicenzi, Anderson trabalha com a teoria do apelo psicológico do nacionalismo (VICENZI, 2006, p. 4).

elevação do índice de alfabetização e da emergência do capitalismo de imprensa (VICENZI, 2006, p. 8).

Esses aspectos, que possuem similaridades para o surgimento da nação nas sociedades industriais em Gellner⁷, são fundamentais para a percepção e o resgate de um passado imemorial que estabelece o conjunto de sistemas culturais aceitos e incorporados como nacionais. Assim, a história, principalmente a história escrita (VICENZI, 2006, p. 29), representa o meio de resgate de um passado que não pode ser vislumbrado, mas pode ser imaginado através da confiança entre os pares e o fortalecimento dos laços de solidariedade pelos valores culturais, manifestados através da linguagem escrita, oral, pela hierarquia social etc.

Assim, conforme sugere Guibernau, os estudos sobre nacionalismo devem incorporar elementos menos “racionais”, porém essenciais, que envolvem sentimentos e emoções. Isso não significa desconsiderar a dimensão política do nacionalismo, relacionada à construção do Estado nacional, mas perceber que essa construção envolve um processo de identificação cultural muito forte, que imprime ao Estado uma identificação psicológica, salientando que a nação representa um “investimento emocional dos indivíduos” (GUIBERNAU, 1997, p. 75).

Talvez o grande ponto de divergência entre a visão de Anderson e Greenfeld seja o fato de que a idéia de comunidade é concebida por uma estrutura horizontal na sociedade, permitindo com que diferentes membros, de diferentes classes sociais, em diferentes posições sociais possam estar equiparados no mesmo âmbito nacional. Para Greenfeld, a condição de comunidade não ocorre em todas as situações. Essa condição seria propiciada em condições nas quais da democracia liberal seja considerada um valor inato e não apropriado. O termo comunidade, na forma como Anderson a entende, só pode ser entendido como nação, para Greenfeld, na medida em que os valores democrático-liberais sejam constituintes da sociedade, inerentes à sociedade.

⁷ Da mesma forma que Gellner, Anderson possui uma abordagem materialista, porque a nação surge em função do desenvolvimento capitalista. No entanto, a principal diferença, não evidenciada por Vicenzi, é que Gellner não incorpora os elementos subjetivos que fazem as pessoas verem a nação como um ideal superior que conduz as pessoas a sacrificarem suas próprias vidas (VICENZI, 2006, p. 25).

1.4O Nacionalismo em Greenfeld

Liah Greenfeld (1954), professora de Ciência Política e de Sociologia da Universidade de Boston, tornou-se referência mundial nos estudos acerca do nacionalismo ao publicar, em 1992, *Nationalism: Five roads to modernity*. Nos últimos anos, seus estudos tem se voltado para compreender os aspectos neurocientíficos e imaginação criativa, em uma perspectiva comparada, acerca da mentalidade de povos no contexto cultural moderno.

Para Greenfeld, a entender o que é uma nação, e os condicionantes para a existência de uma nação pressupõe compreender identidade nacional e nacionalismo. A identidade nacional compõe-se de um conjunto de idéias e sentimentos que formam o campo semântico de nacionalismo. Essa identidade é fundamental e primária, porque perpassa outros tipos de identidade como as identidades de gênero, raça, lingüísticas, religiosas, territoriais, de classe, dentre outras. A identidade nacional, nesse sentido, cria elos entre as pessoas em função de valores compartilhados, fazendo com que haja lealdade a uma entidade imaginada, nos termos de Anderson. É justamente essa lealdade que explica a solidariedade entre os membros da nação, bem como é responsável pela organização política⁸. O que distingue a identidade nacional de outros tipos de identidade é o fato de que a fonte de toda identidade nacional se encontra no povo, detentor de toda soberania, objeto central da lealdade e a base coletiva da *solidariedade* (GREENFELD; CHIROT, 1994, p. 79, grifo meu).

Greenfeld mostra que a palavra nação sofreu sucessivas mutações semânticas em função das mudanças estruturais que ocorriam na sociedade. E se atualmente o termo nação é percebido como sinônimo de povo é devido à mudança na estrutura social ocorrida na Inglaterra do século XVI, onde nação é identificada a partir da existência de soberania popular. Quando o termo nação é aplicado em outros contextos e situações que não o inglês, Greenfeld ressalta que fatores

⁸ Greenfeld parte do pressuposto, ao investigar o surgimento do nacionalismo e suas diferentes características entre diferentes sociedades, que o nacionalismo e a identidade nacional configuram práticas e padrões culturais específicos que moldam *estruturas políticas* de sociedades vistas como nações.

políticos, territoriais e/ou étnicos são usados para especificar/segregar povos. Dessa forma, a nação passa a ter outro sentido, relacionado a povo único, e explica a grande confusão conceitual que existe nas teorias do nacionalismo. Uma dessas confusões a que Greenfeld se refere é a de Anderson, que usa o termo comunidade no mesmo sentido do de nação para se referir a uma estrutura horizontal na sociedade permissiva à igualdade entre diferentes. Para Greenfeld, nação, no sentido de comunidade, só existe na Inglaterra e nos Estados Unidos. Quando se associa nação a um povo específico, está se usando barreiras étnicas, culturais, lingüísticas, territoriais e até mesmo políticas para deturpar a essência original do termo nação, ligada à democracia liberal e ao reconhecimento da igualdade entre estratos sociais (GREENFELD, 1991, p. 9).

Ao definir os elementos que determinam a existência de uma nação, Prevelakis chama a atenção para o fato de que a língua ou mesmo a religião, em Greenfeld, não são parâmetros adequados para se definir nação, ao contrário de Gellner, para quem a língua constitui elemento de propagação da cultura superior letrada e, portanto, fundamental na caracterização de uma nação em sociedades industriais. Em Greenfeld, segundo Prevelakis, a nação pressupõe soberania popular e igualdade, que devem ser os elementos fundamentais pelos quais um nacionalismo deve ser pautado, indicando que esse fenômeno antes de ser um construto histórico, é essencialmente filosófico e corresponde a uma forma de consciência que age contra qualquer tentativa de o Estado eliminá-los (PREVELAKIS, 2004).

Greenfeld indica que o nacionalismo é um conjunto de idéias e sentimentos que constitui a estrutura de uma identidade nacional, entendida como a identidade definidora da essência individual (GREENFELD, 2001). Para tanto, ela mostra que o processo de percepção do “outro”, no caso uma outra nação, geralmente não ocorre pelo simples fato de se ter uma língua vernácula que permite a indivíduos que não se conhecem cantar o hino nacional de um país, diferenciando-se, nesse sentido, do que preconizava Anderson. O êxito de sua análise está em identificar os mecanismos explicativos e a repercussão da transformação semântica do termo nação, especificamente na passagem da idéia de nação entendida como a soberania popular para a idéia de povo único. É justamente pela apropriação deturpada da noção de nação que ocorre significativas mudanças na natureza do nacionalismo. Certamente, Greenfeld aposta que os resultados políticos e

econômicos trazidos por uma legítima nação são diferentes daqueles em que a idéia de nação foi deturpada para segregar grupos e indivíduos segundo os mais variados critérios.

Em decorrência do impacto da conjugação entre fraca soberania popular e fraco desempenho econômico, Greenfeld identifica, em algumas nações, que determinados grupos sociais, notadamente a elite intelectual, enaltece e admira os resultados políticos, econômicos e sociais obtidos por outras nações, porque estas parecem ser unidas, desenvolvidas e melhores. A perspectiva relacional enfatizada por Greenfeld ressalta que o sentimento de admiração vem acompanhado de um desejo de ser igual à outra nação. Assim, procura-se por elementos domésticos que possam aproximar-se do modelo que se admira, só que esses elementos não são encontrados e, a partir daí, o sentimento de inferioridade começa a se desenvolver a partir de grupos sociais insatisfeitos com os pífios resultados políticos, econômicos e sociais. A admiração é substituída pela rejeição do modelo, porque há uma impossibilidade de se satisfazer aquilo que se deseja. É como se o grupo social não conseguisse se valer do Estado para mudar a realidade social.

É por esse motivo que Greenfeld se vale da filosofia do ressentimento, termo utilizado por Nietzsche e posteriormente desenvolvido por Max Scheler, para mostrar o fator psicológico específico como resultante de fenômenos sociais nacionais. O ressentimento denotaria um estado psicológico de inveja e ódio pela impossibilidade de satisfazer os sentimentos suprimidos (GREENFELD, 1991, p.15).

Observadas as perspectivas de Gellner, Hobsbawn e Anderson, a teoria nacionalista que mais adequada aos objetivos deste trabalho é a de Greenfeld pelo fato de que, além de considerar que os levantes nacionalistas surgem a partir de uma preocupação com o *status* de uma elite decadente, relacionado a uma inconsistência de *status* social⁹ (GREENFELD, 1992, p.488), também mostra que o olhar para nações bem sucedidas foi acompanhado de ressentimento, estimulando um sentimento nacional coletivista, em detrimento do sentimento presente nas nações modelo, marcado por uma consciência nacional individualista¹⁰. E para

⁹ Sobre a questão do *status* social, Greenfeld diz que “em todos os cinco casos analisados (Inglaterra, França, Rússia, Alemanha e Estados Unidos), a emergência do nacionalismo esteve relacionada a preocupações com *status*, uma situação de inconsistência social”, marcada pela ameaça de perda do prestígio social de uma elite (GREENFELD, 1992, p. 488, minha tradução).

¹⁰ Para Greenfeld, a idéia de nação pode ser interpretada em relação à soberania popular e permite verificar, segundo seu modelo, dois tipos de nacionalismos: o individualista e o coletivista. O individualista é do tipo democrático-liberal porque adota o sentido original de nação, tal como surgiu

aqueles países que não respeitavam o indivíduo como ser dotado de direitos e deveres, e desconsideravam a liberdade individual, o olhar para o desenvolvimento econômico viabilizado por condições políticas democráticas de outros países, causava inveja e a vontade de seguir o modelo dos bem-sucedidos.

Nos próximos tópicos serão avaliados os tipos de nacionalismos que podem ser percebidos quando da última transformação semântica do termo nação verificada por Greenfeld, qual seja, aquela em que a nação passa a ser associada a povo específico em função de critérios étnicos, geográficos, políticos, dentre outros (GREENFELD, 1992, p. 9). Em seguida, será feita uma análise das conseqüências percebidas por Greenfeld dessa mudança semântica. Para a ela, o papel do contexto social em que grupos sociais diversos e segregados estão inseridos é determinante para que a inconsistência de status provoque ressentimento.

na Inglaterra, ligado à soberania popular. Já o coletivista tem o caráter autoritário, uma vez que deturpa a idéia de nação original, marcada pelo respeito aos direitos e liberdades individuais, como forma de especificá-la e diferenciá-la ante as demais nações (GREENFELD, 1991).

1.4.1 Tipos de Nacionalismo

O trabalho desenvolvido por Greenfeld indica o fator relacional no processo de construção da consciência nacional, cobrindo, dessa forma, a lacuna deixada por Anderson, que possui uma visão muito generalista de nação. Dessa forma, Greenfeld trabalha com modelos e tipologias, definidos em função dos valores democrático-liberais, para entender as especificidades do nacionalismo e, assim, elucidar os motivos que a levaram a estudar a influência que determinadas nações exercem em outras. As influências muitas vezes ocorrem quando nações observam uma nação desenvolvida e com uma identidade nacional consolidada e têm vontade de se equiparar, de ter uma identidade nacional que promovesse crescimento econômico relevante e garantisse a preservação do *status quo* de uma elite.

No entanto, ao tentar seguir o modelo de nação desenvolvida não se respeitava um dos principais princípios do nacionalismo cívico e individual, marcado pela consideração dos direitos humanos, sobretudo os individuais, nos moldes da democracia liberal¹¹. Assim, uma nação, que pressupõe relações horizontais entre seus membros, deveria ser construída de forma a se sobrepor a um eventual Estado que se diz democrático, e agir em função da preservação da igualdade e de direitos inalienáveis, como o autogoverno e a liberdade. É como se já houvesse na cultura do povo, na consciência de cada indivíduo, necessidades de preservação dos direitos e liberdades individuais. E a relação entre nacionalismo e democracia liberal confere a tônica do argumento de Greenfeld, porque serve como subsídio para a construção do modelo teórico para analisar se uma nação é baseada em elementos étnicos ou cívicos, ou seja, se ela respeita ou não os princípios democrático-liberais:

A consciência nacional é inerentemente democrática: a igualdade representa a principal essência da organização social e a soberania popular o princípio político essencial. Esses dois princípios, entretanto, podem ser interpretados de forma muito diferente, abrindo

¹¹ O significado de democracia liberal em Greenfeld está ligado à preservação dos direitos humanos, à idéia de igualdade de direitos e à preservação dos direitos inalienáveis do indivíduo, como o autogoverno e a liberdade (GREENFELD, 1991).

precedente a diferentes tipos de arranjos políticos e sociais. A interpretação depende se a nação é vista como uma entidade unitária ou plural, e se o critério de identificação dos membros da nação, ou seja, a nacionalidade, é baseado em fatores cívicos ou étnicos. Na prática, essas variáveis criam três tipos de nacionalismos com suas formas de nação e identidades nacionais correspondentes: o tipo individualista-cívico, o coletivista-cívico, e o coletivista-étnico. (GREENFELD, 2001, p. 2, minha tradução)

Para Greenfeld, nação é um fenômeno moderno e que era identificado com a elite de uma comunidade. Essa elite era o elemento representativo da autoridade política e cultural de uma nação e era encarregada de representá-la. Isso envolvia “um conjunto de conselhos de igrejas medievais, partidos, que se auto-proclamavam nações, por representar a autoridade política e cultural de vários principados medievais”. Com a elevação da massa de excluídos à categoria de elite, como é o caso inglês, ou seja, após o nivelamento por cima, a nação tornou-se sinônimo de povo. Isso ocorre devido às sucessivas e graduais transformações na estrutura da comunidade, o que acaba produzindo transformações semânticas (GREENFELD; CHIROT, 1994, p.81). Assim, o poder passou a ser identificado com povo, em respeito à soberania popular. Nesse sentido, tanto o conceito de nação como o de elite foi resultado de uma série de transformações que foram combinadas com outras, estruturais e semânticas (GREENFELD, 1991).

Conforme é salientado por Greenfeld, o primeiro modelo de nação baseado na soberania popular foi a Inglaterra, que, na sua interpretação, passou a incorporar todo cidadão inglês, independente da condição social (GREENFELD, 1991). Isso corresponde a uma percepção individualista do nacionalismo¹²: o fato de esses indivíduos serem soberanos os incluía como membros da nação. Nações desse tipo consideram como membros qualquer indivíduo que possua cidadania. Por outro lado, princípio do nacionalismo coletivista vê que a nação deve ser entendida em termos unitários, e tende a considerar os interesses individuais como interesses coletivos, interpretados por alguém, que geralmente detém o poder político. Com isso, o nacionalismo coletivista é autoritário e nações detentoras dessas

¹² Greenfeld e Chirot, em seu artigo, alertam para o fato de que estão trabalhando com categorias de análise para explicitar certas características do nacionalismo e, por isso, elas não podem ser vistas tal como a realidade se apresenta.

características identificam seus pares por meio de critérios étnicos, sangüíneos, culturais, ou qualquer outro fator segregador (GREENFELD, 1994, p. 82-83).

À associação original de nacionalismo e democracia, Greenfeld denomina de nacionalismo do tipo cívico, porque se pauta na concepção política de cidadania, incluindo indivíduos independentemente da raça, religião, língua e até local de origem (NASCIMENTO apud GREENFELD, 1991). O caráter inclusivo e democrático do nacionalismo cívico permitiu reconhecer a dignidade do ser humano, tornando-o portador de direitos e deveres por meio da adesão aos princípios políticos da soberania popular e do governo representativo. Com isso, Greenfeld inverte a lógica, até então em voga, quanto à percepção de que o desenvolvimento econômico propiciou o surgimento de nações. Para ela, o nacionalismo acoplado à soberania e independência dos cidadãos e ao princípio do governo “pelo povo e para o povo”, criou condições favoráveis para a expansão econômica e, em decorrência disso, a exportação da idéia de nação para regiões cujas condições socioeconômicas e políticas eram deficitárias.

Isso representou uma nova era do nacionalismo, uma vez que a transformação semântica de nação ligada a uma aristocracia significou a proeminência da soberania popular e das instituições democráticas. Esse modelo foi replicado em outros países, mas a necessidade de diferenciá-lo para adaptá-lo a realidades distintas, que sequer havia instituições e cultura democráticas, transforma o conceito de nação original em algo mais egoísta, como se fosse a “única soberania do povo”, característica de nações étnicas.

Um nacionalismo assume um caráter coletivista ou individualista em decorrência da forma como foi originado. A base dessa origem está na insatisfação de grupos sociais influentes. Para Greenfeld e Chirot, três fases de formação podem explicar a dinâmica do surgimento de nacionalismos específicos: a fase estrutural, a cultural e a psicológica (GREENFELD; CHIROT, 1994, p. 83).

A fase estrutural está ligada aos grupos insatisfeitos com sua identidade tradicional, principalmente pela falta de prestígio, o que leva a uma profunda inconsistência de *status*, acompanhada de insegurança e ansiedade. Essa insatisfação é um sintoma de uma crise de identidade que afeta, principalmente, membros privilegiados. Por serem membros privilegiados dentro da sociedade, “as idéias do nacionalismo são desenvolvidas e modificadas de acordo com as

limitações situacionais dos atores, as aspirações, frustrações e interesses gerados por aquelas limitações” (GREENFELD; CHIROT, 1994, p. 84).

O aspecto cultural está voltado para a reinterpretação das idéias do grupo privilegiado de acordo com as tradições autóctones. Com isso, há um esforço em resgatar um passado imemorial autóctone, antes rejeitado, por não fazer parte do sistema de idéias dominantes, visando a reafirmá-las. O resultado tanto dos fatores estrutural quanto cultural leva ao fator psicológico, fundamental para que as idéias reinterpretadas possam condizer com a insatisfação e o espírito de insegurança e ansiedade do grupo ou grupos privilegiados envolvidos. É a partir do fator psicológico, que Greenfeld constrói a idéia de ressentimento, que está ligada “a um estado psicológico resultado de sentimentos de ódio e inveja reprimidos e da impossibilidade de agir contra eles, e que em muitos casos leva à “transvalorização de valores” (GREENFELD; CHIROT, 1994, p. 84). Mas é o fator estrutural que explica os problemas de mudança de comportamento coletivo, ou seja, a insatisfação social de um grupo pela falta de prestígio explica a predisposição de um grupo cujo status quo é ameaçado a optar por alguma identidade nova, uma invenção ou importação de idéias novas para resolução de crises (GREENFELD, 1991, p. 17).

O nacionalismo foi visto como um fator positivo para a criação de um desenvolvimento econômico¹³. Por isso que o poderio econômico inglês significou um exemplo que um país unido e com uma identidade nacional calcada em valores cívicos viabilizaria a criação de riquezas. Porém, quando essa tarefa é feita essencialmente pelos membros da elite que experimentam certa crise de identidade, geralmente ligada a mudanças no *status* social, o nacionalismo representa um meio bastante plausível para garantir a prevalência dos direitos da elite. A liberdade individual e a igualdade são adaptadas para a preservação de uma classe elitista. Assim, ao ser transplantado, a idéia de nação perde a significação que adquiriu originalmente na Inglaterra, porque não surge em um ambiente inclusivo e democrático. Pelo contrário, surge em um ambiente que preconizava formas para

¹³ Greenfeld argumenta que o nacionalismo determina o comportamento econômico e cria um tipo específico de ética, como a ética protestante voltada para a acumulação de capital. Mais adiante menciona que o capitalismo esteve associado a sociedades liberais como a inglesa e a norte-americana. Outras nações, por outro lado, ressentidas com esses países, demonstram um desejo de adotar e implementar os ideais liberais e torná-las nações efetivamente democráticas. No entanto, seguir o capitalismo não implica ter uma sociedade democrática, e, segundo o modelo proposto por Greenfeld, não cria necessariamente uma nação nos moldes ingleses (GREENFELD, 1992, p. 489, minha tradução).

assegurar a proeminência, glória e, no caso francês, o *status* perdido para a Inglaterra.

Dessa forma, a nacionalidade tornou-se uma válvula de escape para o espírito da elite em decadência, pela perda de status social. No entanto, essa nacionalidade não existia; deveria ser forjada a partir daquilo que as elites queriam para si ao olhar a situação de outros grupos privilegiados em outros países. A crise de identidade, gerada pela situação da inconsistência de *status*, permitiu o surgimento de frustração, ambivalência e de dependência de valores estrangeiros, o que acabou nutrindo ressentimento. Nos países em que houve esse processo de crise de identidade e inconsistência social, Greenfeld argumenta que foi campo propício para o desrespeito dos direitos e liberdades individuais, podendo marcar um nacionalismo do tipo étnico, pelo fato de que não é inclusivo, ao contrário, é segregacionista, ou seja, o indivíduo só é considerado membro da nação se possuir características genéticas comuns ou outra característica determinada (GREENFELD, 1991).

Há que salientar um ponto interessante na construção do nacionalismo étnico ligado às tendências coletivistas de desrespeito ao indivíduo. É que a França, apesar de ter sido enquadrada em uma perspectiva que a coloca como país que tendia a infringir os direitos e liberdades individuais à época da Revolução Francesa, é um país cuja nacionalidade não está pautada no sangue, nas características genéticas, mas pode ser adquirida, diferentemente de países como a Alemanha ou Rússia, em que a etnicidade era um impeditivo para a inclusão de um indivíduo à nação, se este não tivesse o sangue requerido. O nacionalismo francês, portanto, pode ser entendido como cívico/coletivista porque o nacionalismo coletivista pode, raramente, ser do tipo cívico, e a França representa essa exceção (GREENFELD, 1991).

1.4.2 O Ressentimento

Dos elementos que foram destacados do pensamento de Greenfeld, deve ser ressaltado: a inconsistência de *status*, que representa a fase estrutural da dinâmica de formação dos nacionalismos, mencionada anteriormente. Além das forças que

permitted identificar essa inconsistência de status, como é o caso de uma crise identitária ou mesmo a ameaça de perda de credibilidade social, é fundamental perceber o mecanismo condutor do ressentimento que é fruto mesmo da instabilidade social de um grupo que vê seus privilégios, idéias, valores ameaçados quando do transplante de um modelo de nação cívica em uma sociedade cuja dinâmica social pende para a construção de um outro tipo de nação, a étnica.

O ressentimento, objeto de investigação deste trabalho, muitas vezes ligado ao processo de “transvalorização de valores”, esteve, com bem mostra Greenfeld, presente em países menos desenvolvidos em relação à Inglaterra e à França. Conceito desenvolvido pelo filósofo Nietzsche em sua obra *Para a Genealogia da Moral*, o ressentimento está ligado ao fato de “alguém fazer o outro sofrer sem que este possa responder a tal agressão física ou psicológica”, mas também pode estar relacionado a uma postura mais ativa, na medida em que o ressentido “cria novos valores que permitem alterar a posição hierárquica do opressor à luz de outro padrão valorativo”, através de uma inversão de valores (PROENÇA, 2002). Além disso, é na relação entre fortes e fracos, vencedores e derrotados, escravos e aristocratas que se evidencia o ressentimento.

Greenfeld, entretanto, trabalha predominantemente com a idéia de ressentimento desenvolvida por Max Scheler, uma vez que Scheler desenvolve a noção segundo a qual a percepção da posição social na hierarquia social, pelos indivíduos, os predispõe ao ressentimento. E a análise estrutural voltada para hierarquia é parte central da discussão do nacionalismo em Greenfeld. O nacionalismo não pode ser considerado um mero produto da dimensão psicológica (fator psicológico). Essa dimensão é algo assumida como existente e importante, mas o que permite entender a relação entre o nacionalismo e o ressentimento é a consideração do processo social, constituído por estruturas e formações culturais que determinam a transformação social, aspecto levado em consideração por Scheler. O ressentimento é responsável por caracterizar alguns tipos de nacionalismos. Apenas em condições estruturais e pela confluência de idéias bem específicas é que o nacionalismo desperta respostas psicológicas, como é o caso de nações formadas por grupos que se sentem inferiorizados por não serem bem-sucedidos, ou seja, o que deve ser compreendido é que o estímulo que confere formação a determinados nacionalismos é cultural e estrutural (GREENFELD, 1992, p. 496).

Greenfeld parece fazer uma adaptação da idéia de “transvaloração de valores” de Nietzsche ou se apropriar da adaptação feita por Scheler, de acordo com o entendimento que pode ser feito em Maria Rita Kehl. Pela compreensão dos argumentos de Greenfeld em sua obra *Nationalism: Five roads to modernity*, o poder criativo do ressentimento faz operar uma inversão de valores que inventa o malvado naquele que é visto como diferente, ameaçador, dotado de admiráveis e desejáveis valores, mas que não podem ser apropriados. Assim, as ações, os valores daquele que é diferente são ruins, isto é, a conseqüência da existência do malvado é o fato de ele ser bom, possuir valores desejáveis. Dessa forma, o objeto de avaliação são as ações do que é diferente, permitindo culpabilizá-lo e torna o sofrimento explicável, racionalizável e o sujeito justifica sua existência e consegue se *igualar*, imaginariamente, ao que era considerado diferente. Com a inversão de valores, entende-se porque o que é alvo de admiração é rejeitado. Pelas idéias de Kehl,

em Nietzsche, o ressentimento é conseqüência inevitável das restrições instintivas auto-impostas pelo homem ocidental “civilizado”. É a doença dos fracos que identificam sua fraqueza com os valores da bondade, humildade e altruísmo de modo a que os fortes, que eles não ousam enfrentar, pareçam maus, mesquinhos e egoístas. Nietzsche propõe a “transvaloração de todos os valores” a fim de curar seus contemporâneos do ressentimento, que está impregnado nos próprios termos da moral (KEHL, 2007, p. 86).

Depreende-se que Kehl sugere que, em Nietzsche, a “transvaloração de valores” é algo que deve partir dos fortes e não dos fracos, como Greenfeld parece sugerir. A má consciência, segue Kehl, “é o afeto negativo que os fracos querem despertar nos fortes a partir de sua derrota, culpando-os pelo uso da força” (KEHL, 2007, p. 88). Os fortes, livrando-se de ilusões humanitárias, isto é, invertendo os valores da moral cristã, exorta os fracos a se fortalecerem, porque, enquanto a forma de luta dos fracos consistir em justificar e valorizar sua fraqueza, estarão condenados ao ressentimento (KEHL, 2007, p. 89).

Voltando para a aplicação da filosofia do ressentimento feita por Greenfeld, no caso russo, o sentimento de competição com o Ocidente mostra uma das primeiras condições do ressentimento – a desigualdade; a outra é a comparabilidade (GREENFELD, 1992, p. 16). A literatura da Rússia atesta, segundo Greenfeld, que a

busca por importar modelos de comportamento ocidentais, de exaltar a Rússia de acordo com a percepção de como ela deveria ser se fosse um Estado ocidental europeu, constitui o principal fator para a construção da identidade nacional pautada no ressentimento: “olhem: tornem-se iguais a eles, e depois, se puderem, ultrapassem-nos” (GREENFELD, 1992, p.227, minha tradução).

Sentimentos de rejeição e vergonha encobriam a realidade de pobreza e miséria pela qual a Rússia passava. Porém isso foi substituído pela rejeição dos valores ocidentais antes exaltados, porque eles salientavam a inferioridade russa (o diferente é o bem que não pode ser apropriado, suas ações são más e, por isso, o mal – que mascara o bem, alvo inalcançável – deve ser rejeitado). Para comprovar essa idéia, é detectada uma leitura altamente ressentida acerca dos valores nacionais, indicando que a Rússia não pode ser igual à Europa, porque é diferente e incomparável. O nacionalismo, nesse caso, influenciado por uma estrutura social e um conjunto de valores culturais, salvou a nobreza russa da agonia de uma crise identitária, por meio de um recurso psicológico criativo de inversão de valores que conseguiu explicar o sofrimento, ou melhor, a inconsistência de status e diminuir o senso de inadequação nacional (GREENFELD, 1992, p.227).

O ressentimento criou uma aversão aos valores ocidentais e viabilizou o surgimento de um modelo, imaginário, que trazia novas esperanças à Rússia, elevando a auto-estima individual, reconfortando a elite sem um *status* social consolidado, não mais pela admiração ao modelo ocidental, mas pela sua rejeição, na consideração de que tudo que é ocidental é incomparavelmente pior, conforme pode ser observado nesta passagem: “A França não é tão ruim quanto a Rússia, é infinitamente pior” (GREENFELD, 1992, p. 252, minha tradução). O caso russo exemplifica que o ressentimento foi gerado por um processo de inversão de valores, que, para Greenfeld, decorre de uma situação em que se verifica a impossibilidade de alcançar o que se deseja, aliada a uma percepção de inferioridade, que nutre sentimentos de vingança e crueldade dissimuladas por uma autenticidade naquilo que se procura.

Nesse sentido, o conceito de ressentimento pode ser entendido e aplicado ao caso russo. Para Proença, o ressentimento é uma situação na qual se altera a posição de inferioridade pela inversão de valores que exalta o ressentido e rebaixa o agente causador do sofrimento (PROENÇA, 2002). Por essa razão que o ressentimento nutriu a consciência nacional russa, elevando a auto-estima individual

a despeito do cenário de sofrimentos e humilhações pelo qual a Rússia passava (GREENFELD, 1992, p. 253).

Na França, a morte de Luís XVI ocasionou a perda de prestígio para a Inglaterra e o nacionalismo, por isso, serviu como âncora para elevar o moral da elite francesa. Em um primeiro momento, muitos intelectuais como Voltaire e Montesquieu sugeriram a introdução de reformas liberais, em uma tentativa de copiar o modelo inglês perfeitamente (GREENFELD, 1992, p. 168). Porém, a inadequação à realidade francesa foi patente, devido à ausência de condições sociais permissivas às alterações de cunho liberais que propunham. Essa inadequação foi respondida por meio de um sentimento anglofóbico, em que a coletividade passou a ser exaltada, em detrimento da preservação dos direitos e liberdades individuais. Isso representa que a tríade liberdade-igualdade-fraternidade apenas representou uma saída ressentida, calcada em uma “transvaloração de valores”, que permitiu aos franceses resgatar o orgulho nacional e construir uma identidade nacional ambivalente, fruto de frustrações e raivas de grupos privilegiados (GREENFELD, 1992).

O *Contrato Social* de Rousseau é a expressão mais contundente da visão nacionalista francesa, apesar de Rousseau não ter sido um patriota francês e nunca ter usado o conceito de nação de maneira mais evocativa. Essa visão nacionalista pode ser percebida na relevância conferida à coletividade, representada pelo corpo moral e coletivo composto por indivíduos cujas personalidades estariam subsumidas a uma identidade comum, a uma vontade geral. O exercício da vontade geral é soberana e está sempre certa, pois a vontade geral nunca irá contra os interesses dos indivíduos que a compõe – é impossível ao corpo machucar seus próprios membros. Greenfeld transcreve um trecho da obra de Rousseau que explicita o caráter autoritário de sua perspectiva e indica a importância do poder central e a massa atomizada de indivíduos: caso um dos membros do corpo social se recuse a obedecer aos ditames da vontade geral, será obrigado a obedecer em nome da coletividade, nas palavras de Rousseau, o indivíduo será forçado a ser livre (GREENFELD, 1992, p. 173). Além disso, não é difícil perceber a incessante necessidade em Rousseau de ver as distinções de classes e províncias se erodirem, num claro apelo à igualdade (uniformidade do povo) como condição para a unidade da nação, entendida como a vontade geral (GREENFELD, 1992, p. 176).

Segundo Greenfeld e Chirot, na avaliação do ressentimento é importante verificar a existência de uma insatisfação de grupos inconformados com as mudanças de status que uma eventual inclusão social pode trazer e da relação que se faz entre a situação interna e as influências externas. Somente o nacionalismo coletivista e étnico possui o potencial para desenvolver o ressentimento, porque tende a uniformizar os indivíduos segundo padrões étnicos, culturais, lingüísticos, territoriais ou outro conveniente às necessidades de um poder central que se proclama o conhecedor das necessidades da vontade geral.

Scheler ressalta que o ressentimento está ligado à tendência de fazer comparações entre o “eu” e os “outros” (SCHELER, 1961, p.53). Essa é uma premissa básica do argumento de Greenfeld no que se refere à criação da consciência nacional por parte daqueles países que tiveram desenvolvimento econômico tardio, como Rússia e Alemanha. Essa consciência foi acompanhada por um “estado psicológico resultado de sentimentos de inveja (existencial)¹³ e ódio reprimidos e a impossibilidade de satisfazer esses sentimentos” (GREENFELD, 1992, p.15). Isso é evidenciado pela constatação de Olazabal, que menciona a importância de se verificar o ressentimento no processo de reconhecimento do outro - seja um modelo ideal, seja um adversário -, e a tomada de consciência do corpo coletivo a partir de uma identidade formada pela oposição em relação ao modelo e/ou adversário, demonstrando que a construção de um novo sistema de valores ou a ênfase nas tradições autóctones são essencialmente acompanhadas por ressentimento, considerando a tendência nas comparações entre o “eu” e o “outro” (OLAZABAL, 1995, p.220). Essas comparações evidenciam, segundo Scheler, uma discrepância entre aquilo que se quer e o que de fato se tem. Elas nutrem um *ressentimento social* ao anular as pretensões do grupo dominante ou ao indicar inconsistência social (SCHELER, 1961, p.50), justamente um dos pontos mencionados por Greenfeld como fator para o surgimento do ressentimento.

Scheler chama a atenção para o fato de que algo adquire valor positivo ou negativo de acordo com o desejo ou a aversão por esse algo. Para ele, isso é um produto e uma descrição do ressentimento no sentido de que:

¹³ Essa inveja existencial é explicada por Scheler como sendo resultado de uma tentativa fracassada de ser o que o outro é, porque suas energias fixam-se na natureza do outro e sua própria existência é um incômodo que traz humilhação.

(...)os valores positivos ainda são vistos como tais, mas são ofuscados pelos valores falsos que brilham sutilmente. A experiência do ressentimento é caracterizada sempre por valores transparentes ilusórios e é por essa consciência obscura que muitos vivem em um mundo de ilusões (SCHELER, 1961, p. 60, minha tradução).

Com isso, a verdade ou o que é “dado” não está evidente e os valores que são considerados positivos muitas vezes escondem, por meio do ressentimento, os reais sentimentos de depreciação e negação em relação àquilo que se exalta, conforme pode ser constatado neste trecho:

sempre que convicções não estão em contato direto com o mundo e seus valores, mas estão ligados indiretamente através da crítica de opiniões alheias, a produção intelectual está impregnada de ressentimento (SCHELER, 1961, p. 67-68, minha tradução).

Outro ponto relacionado ao ressentimento proposto por Scheler e que merece ser ressaltado é o retorno ao passado, à memória. Isso representa uma evasão, um desejo de escapar da realidade presente, e apresenta um forte ressentimento pelo fato de que “todos que exaltam o passado têm a intenção implícita de degradar a realidade presente” (SCHELER, 1961, p. 68, minha tradução). O constante interesse na História e na memória do povo alemão, conforme demonstrado por Greenfeld, além de ser uma forma de preservar a honra alemã, escondia o interesse de dissolver o indivíduo na coletividade (conforme percebido em Rousseau) – em um claro intuito de isolá-lo cultural e racialmente (GREENFELD, 1992, p. 370), pregando a existência de uma “vontade geral” em que os direitos individuais eram suprimidos em prol de uma entidade superior – a nação alemã (GREENFELD, 1992, p. 364). Os alemães aprenderam com a França que só uma nação unida pode ser forte (GREENFELD, 1992, p.373). No entanto, o desejo de ter uma nação forte e unida desconsiderou a idéia de preservar a individualidade, indicando que a Alemanha poderia ser uma nação bem mais forte, se o indivíduo fosse dissolvido em uma comunidade que rejeitasse os valores ocidentais, dentre eles, o capitalismo.

O ressentimento assume uma estrutura constante, conforme expõe Scheler: “se A é exaltado, preconizado, valorizado, não é por suas qualidades intrínsecas,

mas com uma intenção não-dita de negação, desvalorização e repúdio a B” (SCHELER, 1961, p.68). Isso corresponde à “transvalorização de valores”, atitude recalçada e sintoma do ressentimento, e vem carregada de ódio, vingança e inveja, inerentes a uma impotência frente ao que se considera o mais forte. O que é desejado é bom, e o que é rejeitado é ruim, conforme as tradicionais teorias sobre os valores mencionadas por Scheler (SCHELLER, 1961, p. 144). Porém o homem ressentido muda o sentido daquilo que realmente deseja, negando o que é bom, desprezando-o, mostrando que não é mais importante para ele, porque, depois de uma frustração, o homem ou um grupo de indivíduos mostra-se impotente para ação. Há um constante ataque àquilo que queria alcançar, justamente porque não se consegue alcançar, corroborando a idéia de que já que não se pode ser o que se quer, é melhor destruir o que deseja. Essa noção se adequa às conseqüências da decadência de um grupo social, ou à perda de *status* social por esse grupo. A identidade social só é alcançada com a identificação a um modelo particular, mas ela é construída a partir de um sentimento de competição que traz frustrações e ressentimentos.

É importante dizer que a abordagem de Greenfeld sobre o olhar ressentido de uma nação para outra traz sentimentos de vingança, destruição daquilo que era desejado, fruto de frustrações e ódio recalçado. Porém essa perspectiva desconsidera o fato de que o ressentimento pode levar a “saídas positivas”, como é o caso de Freyre¹⁴. Em Freyre a inversão de valores ocorre pelo resgate da história patriarcal brasileira, realçando uma temática que antes era motivo de vergonha – a miscigenação, e propondo que ao invés de a miscigenação ser rechaçada deveria ser exaltada. Para interpretação filosófica de Scheler, Freyre entra na lógica do ressentimento.

Para Scheler, o ressentimento, ao surgir em situações entre dominantes-dominados, o dominado tende a nutrir sentimentos de revolta por estar em uma posição de opressão e busca alcançar a posição do dominante (SCHELER, 1995, p.48). No caso, pode-se transpor essa idéia ao fato de que a elite ressentida e racista brasileira nutria sentimentos de inferioridade por pertencer a um país

¹⁴ No ímpeto de fornecer uma alternativa às leituras até então vigentes sobre as raças no Brasil, foi constatado que Freyre inverte positivamente a lógica racista porque ele percebe que o Brasil jamais poderia alcançar os padrões de nação como os Estados Unidos. Para tanto ele sugere a construção de um sentimento de solidariedade afetiva entre as diferentes raças, que extrapola rivalidades internas.

mestiço. Além disso, a vergonha manifestada por Freyre ao ver os marinheiros no porto nos Estados Unidos¹⁵ indica uma situação de inferioridade que só seria extirpada com a dissociação de raça e cultura. Essa estratégia possibilitou a Freyre inverter a posição de inferioridade que a elite ressentida se colocava, tentando aproximar-se, dessa forma, de um sentimento nacional da mesma forma que países como Estados Unidos possuíam.

O processo de “transvaloração de valores”, tal como observado nas análises de Greenfeld, pode ser visto em Freyre, não com um viés racista, negativo, mas através de um discurso nacionalista, que busca nas origens da formação do povo brasileiro, justificativas para algo que antes era motivo de vergonha, humilhação e deixava a elite brasileira em uma posição inferior ante a outras nações – a miscigenação. Por esse fato, a perspectiva freyriana rompe com as frustrações, argumentando que o Brasil pode se desenvolver pelo reconhecimento e valorização da história dos povos autóctones. Freyre representa o grande expoente na elevação da auto-estima daqueles que não encontraram na via racista a saída para seus anseios nacionalistas. Nesse sentido, as sutilezas de seu discurso indicam uma forma de mostrar um país que pode ser igual ou melhor ao que antes era vislumbrado. No capítulo três será apresentada uma interpretação de Kehl bem plausível acerca da suposta “saída positiva” que pode ser atribuída ao ressentimento em Freyre: o fato de exhibir diante das nações bem-sucedidas, alvo de admiração, um bem conquistado, um sucesso, um momento de felicidade, pode significar um outro sentido que pode ser atribuído ao verbo “vingar”, salientando, de acordo com Greenfeld, a “transvaloração de valores”.

Este capítulo procurou mostrar as diferentes visões que existem acerca do fenômeno nacionalista, indicando que a perspectiva de Greenfeld se mostra mais adequada aos propósitos desta pesquisa, porque consegue explicar o que está por trás de muitos levantes nacionalistas. Nesse sentido, pode-se entender que o nacionalismo não surge essencialmente em função de um Estado que procura unificar comunidades em um território (Hobsbawm), ou em função da necessidade

¹⁵ A visão de Freyre dos marinheiros brasileiros – mulatos e cafuzos – desembarcando nos Estados Unidos despertou a vontade de estudar um dos “problemas brasileiros”, a miscigenação. Em um primeiro momento, os marinheiros pareceram a Freyre “caricaturas de homens”, mas, após ler um livro de um viajante que esteve em terras brasileiras, Freyre percebeu que estava errado: “não eram simplesmente mulatos ou cafuzos os indivíduos que eu julgava representarem o Brasil, mas cafuzos e mulatos doentes”. Entretanto, somente a partir dos estudos sob orientação de Franz Boas que foi revelado a Freyre o justo valor do negro e do mulato – Freyre aprendeu a considerar fundamental a diferença entre *raça* e *cultura* (FREYRE, 2005, p. 31)

de unificar culturas diversas em torno de uma entidade política (Gellner), ou mesmo como manifestação da mudança de formas políticas de poder, como é o caso do fim da monarquia ou o fim de regimes coloniais (Hobsbawm). O nacionalismo tende a se manifestar por meio de atitudes que evidenciam desconforto e senso de inferioridade em relação às diferenças sócio-estruturais de diferentes países. A identidade nacional, então, pode estar pautada na ausência daquilo que se quer, na impossibilidade de se ter o que deseja, isto é, estaria pautada no ressentimento. A visão de Greenfeld certamente possui uma série de problemas, principalmente os relativos à aplicabilidade de seu modelo no caso brasileiro. No terceiro capítulo será retomada idéia de nacionalismo ressentido de Greenfeld, apresentando novas possibilidades para compreendê-lo dentro da perspectiva brasileira: o caso Oliveira Vianna.

2. O PENSAMENTO POLÍTICO E SOCIAL DE OLIVEIRA VIANNA

O presente capítulo centrar-se-á na análise de um tipo específico de perspectiva que permeou os estudos sobre a identidade nacional no Brasil no início do século XX, qual seja, a afirmação da necessidade imprescindível de um Estado forte capaz favorecer a unidade de um povo e transformar a população brasileira em uma nação. Os escritos de Oliveira Vianna, nesse sentido, conforme muito bem pontua Maria Stella Martins Bresciani, “impõem-se como leitura obrigatória para os estudiosos da questão da ‘identidade nacional brasileira’”. Para Bresciani, Vianna é o autor responsável por uma das primeiras mais sistemáticas e acabadas construções da identidade brasileira dos anos 1910 e 1920 (BRESCIANI, 2005, p. 154).

No entanto, ao mesmo tempo em que os livros que Vianna publicou o consagrava, à época, como autor importante no pensamento social e político brasileiro, com o tempo, sua obra começou a ser descaracterizada nos anos 1950¹⁶, principalmente pelo fato de Vianna ter sido considerado um autor autoritário¹⁷. Atualmente, juntamente com Gilberto Freyre, Caio Prado Júnior e Sérgio Buarque de Holanda, muitos estudiosos vêm resgatando a importância da contribuição de Vianna para a interpretação do Brasil (WEFFORT, 2006, p. 252). E será essa importância que vai ser apresentada neste capítulo tendo em vista verificar em que medida seu autoritarismo pode estar ligado à construção da consciência nacional brasileira e para a construção de uma nação brasileira desenvolvida.

Para José Murilo de Carvalho, os estudos voltados para entender o legado de Vianna se justificam pela influência que quase todas suas obras exerceram sobre o pensamento de autores que até mesmo discordavam de sua posição política, como Gilberto Freyre, Sérgio Buarque, Nestor Duarte, Nelson Werneck Sodré, Victor

¹⁶ Oliveira Vianna foi praticamente esquecido pela tradição acadêmica por muitas décadas. Conforme Lúcia Lippi Oliveira, somente a partir de 1980 que seus trabalhos começaram a ser relidos e revisitados.

¹⁷ De acordo com Bresciani, Vianna é considerado referência na proposta de democracia autoritária fundada numa estratégia de Estado corporativista e apresenta explícita aceitação de teorias raciais em estudos sobre a heterogeneidade da população do país, cujo objetivo maior pressupunha forjar uma identidade nacional (BRESCIANI, 2005, p. 22).

Nunes Leal, Guerreiro Ramos e Raymundo Faoro (CARVALHO, 1991, p. 2). Essa influência, de alguma forma, indica que o pensamento de Vianna, apesar das críticas que lhe podem ser feitas, é importante para a compreensão de todo um grupo de intelectuais preocupado em conhecer o Brasil e suas especificidades, com o objetivo de propor caminhos a serem seguidos para o alcance do sucesso e do desenvolvimento.

Reconhecendo a abrangência de seu legado, este capítulo pretende pinçar três aspectos importantes capazes elucidar essa relação autoritarismo *versus* nacionalismo e identidade nacional que será mais bem compreendida no capítulo seguinte. Um primeiro aspecto importante refere-se às “instituições de solidariedade social”, de onde se podem extrair estudos sobre o tipo de homem brasileiro, raça e cultura, psicologia social e problemas de ação coletiva. O segundo aspecto está ligado à proposição de soluções para o diagnóstico apresentado nos estudos acerca da sociabilidade e da insolidariedade: a necessidade de regimes autoritários. Por último, a concepção de Estado corporativo que, apesar de estar ligado aos dois aspectos mencionados anteriormente, realça o papel militante de Vianna não só como colaborador ao anteprojeto da Constituição Federal de 1934 (Anteprojeto do Itamaraty), mas também sua visão do corporativismo.

2.1 Aspectos da Vida e Obra de Vianna

Bacharel e professor de Direito da Faculdade de Direito de Niterói, Francisco José de Oliveira Vianna nasceu em 1883 na cidade de Saquarema, no interior do estado do Rio de Janeiro. Estudara numa época caracterizada pelo positivismo, cheia de determinismos geográficos (Buckle e Huntington) e de racismos diversos (Gobinneau, Lapouge, Chamberlain e Wiltmann). Em seus estudos, contradizendo sua tão proclamada imparcialidade, é possível notar seu engajamento e luta não apenas pelo progresso científico da nação brasileira, mas pela defesa da civilidade e da nacionalidade, considerados bens tal qual a liberdade e a democracia. Crítico das influências estrangeiras nos estudos do pensamento político e social brasileiro, na prática sua atitude demonstrava total desenvoltura em trabalhar com idéias e modelos vindos de fora. Segundo expressa Bresciani:

Oliveira Vianna celebra as virtudes do *citizen* anglo-saxão, da *gentry* inglesa, como modelos de comportamento social e político, como homens que, no respeito a suas tradições, souberam fazer coincidir as leis com os costumes vigentes, ou o direito legal com o direito costumeiro (...)" (BRESCIANI, 1998, p. 39).

Partícipe ativo da Academia Brasileira de Letras, quando essa passou a se integrar mais com a elite política já nos anos 1920, Vianna possuía maior afinidade com os membros do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, talvez pela identificação com estudos que buscavam entender o Brasil, a sua singularidade e as formas que o levariam para seu desenvolvimento. Cabe ressaltar que desde o período colonial o Brasil era visto sob o olhar de naturalistas estrangeiros e os estudos sobre Brasil pautavam-se essencialmente nas teorias evolucionistas européias¹⁸. As visões e interpretações do Brasil formavam um misto de modelos da biologia e antropologia e cedia espaço importante para se pensar a especificidade do homem brasileiro e o papel da miscigenação racial na composição do país. A formação de centros científicos brasileiros e o investimento em museus etnográficos chamam a atenção de Vianna para os estudos que correlacionavam biologia e sociologia e o faz se dedicar à pesquisa do povo brasileiro e a lançar as bases de uma concepção autoritária do Estado, tema que será abordado em sua primeira obra em 1920: *Populações Meridionais do Brasil*.

Objeto de uma obra feita por Bresciani em seu estudo acerca da sedução da objetividade em Vianna, o suposto apego à ideologia científica com todas as ferramentas essenciais para uma análise isenta e objetiva da realidade foi uma estratégia, de certa forma até bem-sucedida, usada por alguns pensadores autoritários brasileiros como forma de obter reconhecimento no meio intelectual. Vianna não se furtou a essa estratégia. A ciência seria a única forma legítima de mostrar a realidade social com objetividade isenta de pressupostos políticos e filosóficos, tendo como base princípios universais, estudos acerca do homem por

¹⁸ Conforme Lucia Lippi Oliveira, seguindo a linha de estudos da época, a obra de Vianna foi muito marcada por categorias próprias do evolucionismo social e do darwinismo social (OLIVEIRA, 1993 p.242).

trás das instituições, comparações das condições sociais e políticas de outros países e o constante olhar para o passado.

O elemento histórico é fundamental em Vianna porque ele é determinante na psicologia dos povos, é nele que estão “os moldes ainda quentes, onde se fundiram as idiossincrasias que nos extremam e singularizam como povo, entre todas as nações da terra” (VIANNA, 1973, p. 13). Em vista das nações milenárias, como a inglesa, francesa e a portuguesa, segundo Vianna, os brasileiros dispõem de uma consciência nacional que reflete sua organização social e sua mentalidade coletiva: “nós não somos senão uma coleção de almas, que nos vêm do infinito do tempo, latente, obscuro nas células do nosso subconsciente” (VIANNA, 1973, p. 13). E para resgatar esse passado fragmentado, a investigação científica, por meio de suas técnicas e análises, permite compreender a evolução particular de um dado agregado humano.

O apelo à isenção nas análises dos fatos sociais seria uma retórica meramente justificadora do cientificismo necessário à legitimação do seu pensamento junto ao círculo de letrados. Não se deixar contaminar com os problemas políticos e sociais que paulatinamente iam sendo identificados era um objetivo que desde o início nunca fora alcançado, conforme Evaldo Amaro Vieira destaca:

Merece menção também o sentido prático de seu trabalho intelectual. Não verificamos nos escritos de Oliveira Vianna outro objetivo que o de vertê-los em ação. Só proposições para o Brasil, um povo em formação, para quem sugere o estabelecimento da unidade política (VIEIRA, 1976, p. 28).

Adepto de uma objetividade presente nas ciências naturais em suas obras de cunho político e social, Vianna insistia na ausência de preconceitos ou na preocupação com escolas. Entretanto, não é isso que Bresciani constata quando cita um trecho de *Evolução do povo brasileiro* e o contrasta com um trecho de Hyppolite Taine em seu prefácio a *Les origines de la France contemporaine*: pode-se dizer que ambos se consideram naturalistas frente ao objeto de estudo (BRESCIANI, 1998, p. 31). Ou seja, mesmo querendo se desvincular de escolas de pensamento, Vianna inevitavelmente recorria a modelos e pensamentos científicos já consagrados pela

literatura. A neutralidade aclamada, ao mesmo tempo em que procura conferir credibilidade a seus escritos, evidencia que na análise de sua vasta obra há de ser observada muita preocupação política, muitos problemas do presente, de valores e de conjecturas ao lado do extenso uso de métodos científicos (CARVALHO, 1991, p. 4).

Sílvio Romero foi quem deu as primeiras orientações a Vianna no sentido de compreender a realidade de forma objetiva e científica. O seu método de procurar resolver os problemas da realidade social e política do Brasil incluía interferir na forma como o Estado estava organizado. E o Estado só estava configurado de determinada maneira em função das condições da vida cultural do povo. Então, desde sua primeira obra publicada, a perspectiva de seus estudos é voltada para a concepção de um Estado, dentro da estrutura e realidade social brasileira, e não imaginária ou estrangeira. Para Vianna, o grande problema no pensamento nacionalista é que os problemas do Estado são enxergados sob um viés que não condiz com as reais condições do povo-massa (VIANNA, 1999, p. 410). A fim de associar o Estado e a essas reais condições – vida cultural, Vianna estabeleceu “um plano geral de estudos das populações brasileiras”, autoproclamado de “caráter rigorosamente objetivo e monográfico” que procura retratar a vivência quotidiana, íntima e doméstica do povo brasileiro (VIANNA, 1999, p. 411).

Em sua primeira obra publicada, a intenção de Vianna era caracterizar o povo brasileiro via utilização de regras e critérios capazes de evidenciar ao máximo possível a realidade, de modo a ressaltar o quando os brasileiros são distintos de outros povos. (VIANNA, 1973, p. 14). Mas que realidade seria essa? Segundo Vianna, o fato, a realidade é que

O Brasil é um país *descontínuo* e *ganglionar*. O que eu vejo nele, no seu conjunto, é uma série numerosa e variada de núcleos ou gânglios regionais, distintos, pela formação e estrutura social, uns dos outros e que, por sua vez, se subdividem em núcleos menores, separados (insisto em frisar esse traço) por enormes espaços desertos, “lacunas intermediárias”, como diria La Blache. Núcleos estes praticamente destituídos de circulação material e espiritual e vivendo, por isto mesmo em regime de insulamento. Insulamento que tende a particularizá-los cada vez mais em grupos culturais próprios, pela sua quase ausência de contatos com os outros grupos e os centros civilizadores do litoral (VIANNA, 1999, p. 415).

E o que justificaria essa constatação está na gênese do espírito de clã, que remete aos grandes criadores, os senhores de engenhos e os donos de latifúndios cafeeiros, que possui estrutura menos estável, menos coesa, menos definida e mais fluida e de caráter patriarcal, diferente dos clãs parentais europeus. Vianna vê nos clãs rurais a força motriz de nossa história, sendo “preciso estudá-lo seriamente nas suas causas formadoras, na sua estrutura, no seu espírito” (VIANNA, 1973, p. 138). Da clanificação da vida social e política, sobrevém uma série de críticas relativas às conseqüências deste modo particular de organização: o predomínio dos interesses privados e locais sobre os interesses públicos, predominância do localismo sobre a integração nacional, o particularismo sobre o sentimento de Estado Nacional. Todas essas críticas foram atribuídas à solidariedade de clã – “única forma de solidariedade do povo-massa dos campos que a nossa nobreza senhorial conseguiu organizar” (VIANNA, 1999, p. 219).

Vianna, com isso, revoluciona as bases do pensamento político e social brasileiro que até então percebia o povo brasileiro como uma massa homogênea. Contrariando a tradição e firme no propósito calcado na aposta da ciência e em sua aplicação universal como caminho para uma análise isenta e objetiva da realidade, o Brasil seria formado por três tipos de sociedades diferentes: a dos sertões, a das matas e dos pampas, resultando em tipos específicos de homens: o sertanejo, o matuto e o gaúcho. Em cada tipo procurou-se analisar a consciência cívica, o grau da vocação política e o interesse pela vida pública, indicadores de civilidade e nacionalidade do brasileiro (VIANNA, 1973, p. 16).

A percepção da heterogeneidade da população tem como objetivo a necessidade de se atentar para o país *descontínuo* e *ganglionar* tal como ele se apresenta e denunciar o erro de copiar instituições políticas européias, que a seu ver começa com a Independência do Brasil. Feito o diagnóstico de que a população brasileira é heterogênea e, mais que isso, segregada, Vianna ensaia sua primeira tentativa para interferir na realidade: propõe a necessidade de um Estado aglutinador de transformação social, apto a

fundir, moralmente, o povo na consciência perfeita e clara da sua unidade nacional e no sentimento profético e um alto destino histórico. Esse alto sentimento e essa clara e perfeita consciência só serão realizados pela ação lenta e contínua do Estado – um Estado

soberano, incontestável, centralizado, unitário, capaz de impor-se a todo o país pelo prestígio fascinante de uma grande missão nacional (VIANNA, 1973, p. 259).

Vianna valia-se da imprensa escrita para divulgar e legitimar suas idéias relativas não apenas aos métodos de estudo sociológicos, mas também sobre questões como a política do café. Quando ocupou o cargo de consultor jurídico do Ministério do Trabalho (1932 – 1940), Vianna também passa a opinar acerca de temas sindicais, trabalhistas, corporativistas, dentre outros. Dentro dos quadros do funcionalismo do governo Vargas, Vianna começa a tratar do movimento de 1937 e critica temas como nazismo, a doutrina nacional-socialista e a idéia de arianismo da doutrina nazista, porque esses temas trazem a idéia de uma potencial ameaça alemã em relação às colônias do hemisfério sul onde existem populações germânicas, pelo postulado do “espaço vital” (VIANNA, 1991, p. 112), desempenhando o papel de defensor da posição oficial adotada pelo Estado Novo durante a Segunda Guerra Mundial. Segundo Venâncio,

Defensor do Estado Novo, Vianna utilizou o espaço do jornal *A Manhã* não somente para estabelecer e propagar as posições políticas do Estado varguista, mas também para defender suas idéias sociológicas e antropológicas, tentando diferenciá-las das posições mais radicais do nazismo (VENÂNCIO, 2003, p. 97).

No que tange aos comentários acerca da forma como a legislação social brasileira foi construída durante a gestão no Ministério do Trabalho no governo Vargas, Vianna demonstra o processo de fortalecimento do poder Executivo, destacando a multiplicação de comissões técnicas e ressaltando a incomparabilidade do “vasto labor legislativo” brasileiro a legislações trabalhistas de qualquer outro lugar do mundo, exceto a norte-americana. O seu descontentamento é percebido pela insatisfação com o regime constitucional, que transfere para a Câmara dos Deputados a titularidade na fabricação das leis, o que naturalmente se dá a um ritmo bem mais lento do que se continuasse sobre as mãos do Executivo (VENÂNCIO, 2003, p. 142).

Vianna é reconhecido por ter sido o verdadeiro articulador da legislação trabalhista brasileira: “como consultor jurídico do Ministério do Trabalho, pode-se dizer que Vianna passou de autor de um discurso legítimo sobre a sociedade para artífice de uma nova organização social” (VENÂNCIO, 2003 p. 143). Ser artífice da nova organização social significava corrigir, principalmente por meio de mudanças na legislação, as desigualdades e os desequilíbrios do Brasil, transformando a sociedade dentro da ordem, e construir a nação brasileira, subordinando os interesses individuais e privados aos interesses coletivos¹⁹. Para Vianna,

(...) o problema fundamental a resolver numa política de organização social de nosso povo era corrigir essa situação molecular e atomística, da sua composição, que lhe vem impedindo ou embaraçando, no povo em geral e, especialmente em suas elites dirigentes (políticas, intelectuais e econômicas), a constituição, o desenvolvimento e a integração de uma forte sociedade solidarista (VIANNA, 1991, P. 271)

A essa altura, Vianna já podia ser incluído como membro da elite intelectual e burocrática, destacando-se aí a nomeação para ocupar um cargo de ministro no Tribunal de Contas da União, um presente pela sua contribuição ao país. O fato de também ter ocupado um cargo na mais alta cúpula do poder Executivo conferiu a Vianna o privilégio de converter suas idéias e programas em determinações políticas que ditaram os rumos do país.

A correção dos problemas nacionais pressupunha uma postura capaz de demonstrar as disfunções e defeitos da nação e mostrar-lhes o caminho, como pode ser notado na epígrafe do segundo volume de *Instituições Políticas Brasileiras*:

Aos que sabem dar a verdade à sua pátria não a adulam, não a iludem, não lhes dizem que é grande, porque tomou Calicute; dizem-lhe que é pequena porque não tem escolas. Gritam-lhe sem cessar a verdade rude e brutal. Gritam-lhe: Tu és pobre, trabalha! Tu és ignorante, estuda! Tu és fraca, arma-te! (Eça de Queiroz apud VIANNA, 1999, p. 349)

¹⁹ Não se pode confundir o conservadorismo de Vianna em suas obras com sua postura diante da realidade com a qual estava interagindo. Vianna, de acordo com Weffort, em comum com outros intelectuais de sua época, desejava mudar o país.

Para muitos, como bem pontua Venâncio, Vianna apresentava-se às elites brasileiras como um guia capaz de levar o país a uma situação de progresso. No entanto, essa posição foi sendo corroída pelo fato de Vianna ter mantido em suas obras autores ligados ao pensamento racista europeu entre suas fontes principais²⁰, ter se aliado ao governo de Vargas nos anos 1930 e ter elogiado o golpe de 1937. Sua postura, afinal, acabou por criar uma avaliação negativa entre os acadêmicos. De acordo com Bresciani,

Muito lido nas décadas de 1920 e 1930, Oliveira Vianna sofreu oposição cerrada de juristas liberais, como Waldemar Ferreira, ainda na década de 1930, e caiu em desgraça nos anos 1940, para não mais se recuperar das críticas de intelectuais importantes, como o historiador Sérgio Buarque de Holanda, e já em meados dos anos 1960, de Antônio Cândido (BRESCIANI, 2002, p. 21).

Condenando os rumos que a política brasileira tomava, Vianna e outros membros de seu círculo social, estimulados pelo nacionalismo desenvolvido durante o período da Primeira Guerra, procuravam “organizar uma ação de saneamento dos males nacionais”, extirpando as oligarquias que limitavam o desenvolvimento econômico e democrático (VENÂNCIO, 2003, p.190). Uma das constatações feitas por Vianna era a ausência de consciência nacional por parte dos brasileiros. Cabia, então, ao grupo conceber um projeto de ação capaz de colocar o país no rumo certo.

²⁰ A despeito das críticas que tecia às influências estrangeiras no pensamento nacional, como será destacado, Oliveira Vianna recorria às idéias e pensamentos vindos de fora, como as de Joseph-Arthur de Gobineau, Louis Agassiz, Henry Thomas Buckle, Domingo Faustino Sarmiento e José de Ingenieros.

2.1.1 O primeiro aspecto importante: detectar o problema nacional

Grabriela Nunes Ferreira vê no legado intelectual deixado por Vianna a importância da formação e do primado do clã rural como elemento explicativo central para a compreensão da realidade social, política e cultural do Brasil e, ao mesmo tempo, elemento caracterizador da especificidade da nação (FERREIRA, 1996, p. 229). De fato, *Populações Meridionais do Brasil* insere a tese da ausência de uma unidade social na sociedade brasileira, ao contrário do que era costume ser observado à época, que percebia o povo brasileiro “como se fosse uma massa homogênea e única, distensa, com perfeita igualdade, através de uma vastíssima superfície de oito milhões de quilômetros quadrados, e guardando por toda ela a mesma densidade social e a mesma unidade de composição e de estrutura” (VIANNA, 1973, p. 15).

A idéia de clã rural parte das teses relacionadas ao determinismo geográfico, principalmente²¹. “Ambientes sociais fixos” e diferenciações regionais devem ser vistos como constituintes de tipos sociais – como o gaúcho, o matuto e o sertanejo, produtos do meio, determinados por fatores geográficos que modelam o ser humano e moldam as diferenças sociais e os diferentes níveis de desenvolvimento entre regiões. Para ilustrar, Vianna verifica que há uma incontestável preponderância de um determinado tipo social, o matuto – criado na zona centro-sul do Brasil, em relação a outros tipos devido à contigüidade geográfica do principal habitat agrícola com o centro do governo nacional e, por esse motivo, carrega a responsabilidade na construção da nacionalidade (VIANNA, 1973, p. 17).

As diferenças sociais e econômicas chamam a atenção de Vianna. O estudioso quer procurar entender o porquê de uma região ser desenvolvida e ser responsável por ditar os rumos do desenvolvimento do país. E uma das primeiras respostas à inquietação de Vianna está na carência da instituição de solidariedade social, “tão comum entre os velhos povos ocidentais”. A solidariedade e a cooperação não conseguiram se “aclimatar” no país ao terem sido transplantadas da

²¹ O determinismo surge como fator diferenciador das nacionalidades, em seus trabalhos relacionados à psicologia social, no sentido de que a realidade de uma nação, seus êxitos ou fracassos, é impulsionada pelo caráter do povo, que, por sua vez, é determinado pelo meio, pela raça e pela história concebida como evolução de fatores fixos (BRESCIANI, 1998, p. 39).

Europa (VIANNA, 1973, p. 156). Os povos ocidentais a que Vianna alude são os europeus, que organizaram, à época dos feudos, clãs parentais, “uma espécie de Ordem da Cavalaria das grandes famílias dominicais”, ou seja, “peculiar e exclusiva à classe senhorial” e clãs feudais – organização da solidariedade do povo-massa. A vizinhança entre as famílias viabilizou a solidariedade familiar e formação dos clãs parentais, criando assim um círculo virtuoso em que a tradição da unidade familiar fortaleceu os vínculos interpessoais e os deveres de assistência para com o próximo. Até o surgimento de necessidades eleitorais, o clã rural era apartado do parental. A preponderância do critério majoritário e eleições fizeram com que houvesse uma fusão entre o clã parental e o feudal, resultando no clã eleitoral.

No Brasil, a “instauração do regime democrático” com o advento do sufrágio universal, que ainda excluía boa parcela da população, passa a dar voz ao povo-massa quando dos movimentos pela Independência – violências generalizadas e ausência de correspondência com a estrutura e o espírito da sociedade:

Feito o povo-massa, subitamente, a base numérica do novo sistema eleitoral, estes fatos, que ocorreram com a sua aparição no campo político e no cenário eleitoral, bem demonstram que o nosso povo não estava absolutamente preparado – pela sua condição estrutural e pela sua formação cultural – para este regime [democrático], em que o povo deve ser uma entidade plenamente consciente da sua vontade (VIANNA, 1999, p. 280).

Essa postura confirma o que Vianna havia dito em *Populações Meridionais do Brasil*:

Eis aí a particularidade nossa, a particularidade da nossa organização social: todas as classes rurais, que vemos, no ponto de vista dos interesses econômicos, separadas, desarticuladas, pulverizadas, integram-se, na mais íntima interdependência, para os efeitos políticos (VIANNA, 1973, p. 148).

Essa observação evidencia o tipo específico de solidarismo que Vianna quer ressaltar entre os brasileiros, diferenciando-o da solidariedade ocorrida entre os clãs

parentais. Somente por meio da patronagem política é que houve “a solidariedade entre as classes inferiores e a nobreza rural”, instaurando relações de mando e obediência e união. Os indivíduos demonstram uma obediência cega aos comandos do chefe do clã com o propósito de serem protegidos e amparados. A explicação para a atitude de submissão diante de um caudilho local está, para Vianna, na base de nossa organização social, seja por falta de instituições sociais eficazes, seja pela condição de extrema miserabilidade das classes inferiores (VIANNA, 1973, p. 150).

Somente na região centro-sul, no caso, onde domina o pastoreio é que podem ser observados alguns exemplos do funcionamento efetivo das instituições sociais a que Vianna se refere, no caso a solidariedade e cooperação, aliada um relativo grau de desenvolvimento econômico. Mas ainda assim, essa exceção é vista como apenas “um impulso de afetividade e delicadeza moral, de que é tão rica e pródiga a nossa raça”, conforme Sérgio Buarque de Holanda irá concordar ao argumentar que é ilusório pensar que qualquer forma de atividade coletiva por si só indica cooperação disciplinada e constante. O caráter personalista da sociedade brasileira fez com que os vínculos entre as pessoas tivessem sido mais decisivos que a cooperação autêntica entre os indivíduos:

As agregações e relações pessoais, embora por vezes precárias, e, de outro lado, as lutas entre facções, entre famílias, entre regionalismos, faziam dela um todo incoerente e amorfo. O peculiar da vida brasileira parece ter sido, por essa época, uma acentuação singularmente enérgica do afetivo, do irracional, do passional, e uma estagnação, ou ante, uma atrofia correspondente das qualidades ordenadoras, disciplinadoras, racionalizadoras. Quer dizer, exatamente o contrário do que parece convir a uma população em vias de organizar-se politicamente (HOLANDA, 2006, p. 61).

Outra base do conceito de solidariedade em Vianna está calcada na percepção de que o homem, organizando-se em família, teve a necessidade de unir-se a outras famílias para a defesa contra grupos errantes e caçadores. Não fosse a constante ameaça de grandes perigos, não haveria sociabilidade, visto que no fundo da alma humana habita a insociabilidade. A solidariedade humana, que faz com que diferentes clãs se agreguem, é fruto do medo, da necessidade de defesa (VIANNA, 1973, p. 159). Como não houve lutas com um inimigo externo, nem lutas com um

“aborígene indomável” ou nenhuma pressão poderosa o suficiente para fazer com que os brasileiros fossem capazes de “mutualizarem os seus esforços na obra de defesa comum”, o resultado foi um tipo de solidariedade específico, original, típico de uma sociedade rural, dividida em numerosos clãs rurais voltados para a satisfação de interesses locais, auto-suficientes, fechados em si mesmos e protegidos pelo poder privado de chefes territoriais, ou seja, uma solidariedade de clã (VIANNA, 1973, p. 158). A persistência de certos “rudimentos de sociabilidade” entre os brasileiros pode ser justificada, então, pela falta de luta de classes no Brasil, importante fator cívico e cultural para amalgamar interesses díspares.

A solidariedade objetiva existia somente dentro do clã, tornando-se uma solidariedade familiar e constituindo uma sociedade gregária, em que “partidos políticos, ou ligas humanitárias, sociedades de fins morais ou clubes recreativos, todas essas várias formas de solidariedade têm entre nós uma vida artificial e uma duração efêmera”, e, por isso, incapazes de realizar fins de utilidade comum, para gerar riquezas e desenvolvimento (VIANNA, 1973, p. 163).

Como bem vai salientar Ferreira em seu artigo sobre Vianna, Sergio Buarque e Freyre, a clanificação, fruto da ausência de uma solidariedade objetiva, com todas as suas conseqüências nefastas – ruralismo e patriarcalismo –, significa uma barreira à integração do país, que só deverá ser resolvida com a atuação constante e permanente do Estado como instrumento de integração nacional. O Estado em Vianna, nesse sentido, assume uma perspectiva central e definidora dos rumos do país, ao contrário do que preconiza Sérgio Buarque. Depois de compreendido que o problema do Brasil, ao se voltar para os primórdios da colonização portuguesa, está no predomínio dos interesses privados e locais sobre os interesses públicos, no patriarcalismo, no ruralismo, na estrutura social frouxa, no culto à personalidade, na “tibiaza das formas de organização”, Vianna propõe uma saída distinta da de Buarque, porque o ponto de partida de Buarque na compreensão do Brasil está no iberismo, na herança ibérica (BUARQUE, 2006, p. 33).

Para Buarque, herdamos de Portugal todos os problemas mencionados acima, o que, em Vianna os problemas surgem do ambiente geográfico, da raça e da própria psicologia social. Sendo assim, ambos vão trilhar caminhos diferentes na proposta de mudar o quadro problemático que na visão cada um se afigurava a sociedade brasileira. Buarque aposta que os condicionantes que constituíram a sociedade brasileira são passíveis de transformação, uma vez que os processos da

formação social brasileira são históricos. O homem cordial, fruto do iberismo, pode ser superado para a formação de uma outra realidade e da construção da própria nação, por meio do lento processo de “aniquilamento das raízes ibéricas de nossa cultura para a inauguração de um estilo novo, que crismamos talvez ilusoriamente de americano”, aniquilamento esse que ocorre quando o mundo rural entrar em decadência e ceder à “invasão impiedosa do mundo das cidades” (BUARQUE, 2006, p. 172). O surgimento de formas mais modernas de convívio poria em xeque a herança ibérica, suplantando, ao mesmo tempo, o iberismo e o agrarismo, que para Buarque, não possuem caráter nacional, isto é, não estão destinados a permanecer ao longo da história, de acordo com Ferreira.

Já Vianna segue a perspectiva segundo a qual o ruralismo e o clã rural fazem parte do caráter nacional brasileiro e, se o Brasil tivesse realmente trazido a “herança ibérica”, Vianna não demonstraria evidente decepção pelo fato de haver carência de institutos de solidariedade social entre os povos no Brasil, ao contrário dos “antigos ‘concelhos’ medievais, com suas cartas de forais, a sua bela organização defensiva, de caráter popular e civil” e das “belas festividades aldeãs, das ceifas, das desfolhadas, das mondas, das vindimas, que na Península se fazem com o concurso dos vizinhos” em Portugal. O excessivo insolidarismo entre os brasileiros, marcado pelos trabalhos feitos com a força da própria família, não pode ser comparado ao “tom festivo de alegria e sociabilidade, que colore e anima os labores no seio da rusticidade lusitana” (VIANNA, 1973, p. 156).

A saída de Vianna para sua proposta de transformar a população brasileira em uma nação encontra-se na idéia de um Estado forte e capaz de absorver “as unidades básicas de nossa vida política e social” – os clãs eleitorais e rurais, sem o “idealismo utópico das elites brasileiras, com sua teimosia em querer implantar entre nós um Estado-nação de base popular e democrática – à moda anglo-saxônica” (FERREIRA, 1996, p. 232).

2.1.2 Segundo aspecto importante: o autoritarismo

A discussão acerca da solução proposta por Vianna em relação ao mal de origem da sociedade brasileira, marcada por um dado cientificamente comprovado

em nossa psicologia social – o insolidarismo, isto é, ausência de formas espontâneas de organização dos interesses coletivos, parte da retomada das conclusões de *Populações Meridionais do Brasil*. O segundo aspecto importante para entender os caminhos para a construção da identidade nacional e da nação, Vianna vai mostrar a solução para o diagnóstico levantado na seção anterior, qual seja, o problema de o país ser descontínuo e ganglionar e a natureza clânica da organização social, marcada por insolidarismos e toda sorte de segregação. Em suma, quer-se corrigir a condição molecular ou atomística da formação social brasileira.

Para tanto, considerando o insolidarismo como “uma verdade experimental e indiscutível”, Vianna argumenta em seu artigo publicado no jornal *A manhã*, em 1943, que “é dever supremo do Estado Nacional amparar, estimular e desenvolver todos aqueles movimentos privados que representam, no nosso povo, expressões de cooperação, de agregação, de solidariedade social ativa” (VIANNA, 1991, 271). Sempre contrapondo as condições da sociedade brasileira e as exigências do Estado moderno, sua empreitada tenta estabelecer a necessidade de inculcar na população o sentimento e a prática de solidariedade e de cooperação, com vistas mostrar que sem o sentimento de grupo não haveria como ultrapassar a incapacidade política dos brasileiros.

O problema dessa incapacidade política dos brasileiros não estava no maior acesso ao voto via sufrágio universal ou na instituição do voto secreto como forma de eliminar o mal das pressões oligárquicas. Como Bresciani bem lembra, Vianna polemiza com Julio de Mesquita Filho ao mudar o foco do debate para realçar que sufrágio não resolve os problemas básicos do país e que a democracia deve ser discutida do ponto de vista social e não político, mesmo porque o espírito de clã continua sendo o mal que envenena a existência da população brasileira.

O estudo da mentalidade dos diversos grupos, tendo como parâmetros os modos de comportar-se na vida política, foi estruturado, de acordo com sua descrição em *Instituições Políticas Brasileiras*, em uma tríplice organização de governo: municipal, provincial e nacional, nos moldes do Império. E Vianna percebeu que havia baixa densidade de sentimento local, prevalência dos interesses privados nas organizações partidárias, ausência de representatividade de interesses coletivos provinciais – “comunidades estaduais”, e carência do “complexo democrático da Nação”, traduzidos no sentimento dos interesses da coletividade nacional, que ao

seu ver estava reduzido a “apenas uma idéia, de pequeno coeficiente emocional e, portanto, de pouco poder de coerção e determinação” (VIANNA, 1999, p. 293).

O esforço, após essa série de constatações, é focar nas “transformações exógenas”: “transformações operadas por uma ação consciente e deliberada do Estado; - por obra de uma política”, com plano de reformas, organizados por partidos, por uma elite ou por um “gênio político” e “postos em execução pelo Estado, com a sua poderosa maquinaria executiva e coercitiva” (VIANNA, 1999, p. 436). Pode-se dizer que com essa sugestão Vianna está impaciente, apesar de reconhecer a lentidão da evolução das realidades sociais, em querer ver suas propostas vingando, ao contrário do que ocorreria se ele deixasse que outro tipo de transformação, a endógena, operasse de acordo com o tempo e outros “mil fatores”. De fato, Vianna reconhece também o papel e a força que as sociedades se transformam e evoluem com o tempo. São transformações orgânicas e que “nascem de lentas e imperceptíveis desintegrações de complexos culturológicos, paulatinamente processadas na estrutura do grupo”. Entretanto, o Estado, pelos meios de ação de que dispõe, pode operar mudanças sociais “obedecendo às leis da ciência social”, isto é, reconhecendo que alguns elementos são facilmente modificáveis, alguns são permanentes e outros que, embora modificáveis, são de difícil modificação. Certamente, Vianna está interessado na espécie de transformação que vem de fora, preparadas e/ou forçadas pelo Estado, “usando a coação, através de lei ou através de golpes de força” – técnica autoritária (VIANNA, 1999, p. 436).

No entanto, Vianna percebe que o Estado também pode deixar ao povo a liberdade de executar a inovação pretendida pela política que o próprio Estado adotou e/ou planejou, que seria a técnica liberal (VIANNA, 1999, p. 441). Esta seria a grande inflexão no pensamento de Vianna acerca da proposta que se está querendo elucidar neste capítulo. Mas também pode ser vista, ao invés de inflexão, como bem pontua Antonio Paim, no prefácio de *Instituições Políticas Brasileiras*, um tipo de autoritarismo instrumental, valendo-se do termo cunhado por Wanderley Guilherme dos Santos. Assim, “o autoritarismo seria um instrumento transitório a que cumpre recorrer a fim de instituir no país uma sociedade diferenciada, capaz de dar suporte a instituições liberais autênticas”.

Ao contrário do que preconizava bem no início de seus trabalhos o argumento reiterado de que a “evolução constitucional dos povos civilizados está

francamente orientada para o princípio autoritário e não para o princípio liberal”, na sua última obra publicada ainda em vida, Vianna “manifesta preocupação para com a direção política do país voltando a trilhar, ao menos na letra de Constituição de 1946, os rumos da democracia de cunho liberal (BRESCIANI, 2006, p. 354). Da mesma forma que Vianna, os autoritários instrumentais, vai dizer Wanderley Guilherme: “crêem que as sociedades não apresentam uma forma natural de desenvolvimento, seguindo antes os caminhos definidos e orientados pelos tomadores de decisão”. Essa percepção justificaria, ainda segundo o autor, as ingerências legítimas nos assuntos da sociedade a fim de que as metas decididas pelos representantes sejam alcançadas. Passado o processo autoritário de exercício do poder, seria naturalmente edificado uma sociedade liberal.

Inicialmente, as inovações liberais – *self-government*, autonomia dos Estados e dos municípios – não foram muito fecundas em território brasileiro, bem assim a democracia com seu sufrágio e voto secreto, o partidarismo e mesmo o Poder Legislativo, que no Império foi salvo pelo Poder Moderador, ou o “poder pessoal” do imperador. Em sua colaboração ao Anteprojeto da Constituição Federal de 1934, Vianna diz que não é contra a organização descentralizada que o sistema federativo implica, mas não pode deixar de reconhecer os inconvenientes que a adoção de tal sistema poderá acarretar ao um país cuja realidade não é compatível com a concepção do Estado Federal (VIANNA, 1991, p. 205). Assim, seguindo os moldes em etapas do que o conceito de autoritarismo instrumental nos remete, Vianna concluiria, afinal, que “o Brasil precisa de um sistema político autoritário cujo programa político e econômico seja capaz de demolir as condições que impedem o sistema social se transformar em liberal” (VIANNA, 1999, p. 28).

O grande número de trabalhos teóricos desenvolvidos pela elite intelectual do país, inclusive Vianna, teve muita influência de escritores estrangeiros. No entanto, Carvalho defende a idéia de que o pensamento de Vianna está mais enraizado na tradição brasileira do que na tradição estrangeira, o que de certa forma será rechaçado mais adiante quando se percebe que o próprio diálogo que se trava entre Vianna e autores brasileiros advém de uma discussão fora do Brasil. Então, para confirmar sua idéia, Carvalho cita o reconhecimento que o próprio Vianna faz em relação à dívida que tem com Alberto Torres e Sílvio Romero. Mas Carvalho não se detém a isso. Vai mais longe e diz que Vianna, apesar de não se declarar seguidor, seguia a linha de pensamento de Paulino José Soares de Souza, o Visconde do

Uruguai, principalmente no que se refere ao debate recorrente à época entre “centralização e descentralização” e “liberdade e opressão”²² (CARVALHO, 1991, p 4).

Ao contrário da tradição liberal²³ representada por Tavares Bastos, que julgava que a opressão vinha sempre de cima, do governo, para Uruguai, a opressão também podia vir de baixo, das parciais e das facções (CARVALHO, 1991, p. 5). Segundo Vianna, em seu *Instituições Políticas Brasileiras*, o grande problema na organização da democracia no Brasil partiu do processo de descentralização do Judiciário e da criação de oligarquias, com o advento da República, representando um verdadeiro retrocesso no “sistema de garantias e liberdades privadas que o Império estava lentamente organizando” (VIANNA, 1999, p. 494). Disso, pode-se perceber que Vianna associa descentralização à opressão e centralização à liberdade. O self-government no Brasil mostra que

(...) dar às localidades (estados e municípios) o direito às autoridades incumbidas das garantias das liberdades privadas, individuais e civis – como são as autoridades que realizam o serviço da polícia e justiça – não é, *em nosso país*, realizar um regime assegurador destas liberdades; mas, justamente, um regime contrário a elas; porque importa assegurar, nos *estados*, a impunidade aos oligarcas onipotentes e, nos *municípios*, ao coronéis dominadores: nada mais. Escudados nos privilégios da autonomia local, tornam-se uns aos outros em tiranetes incoercíveis e incontroláveis, abrigados como estão, nos seus desmandos e arbítrios, de qualquer interferência repressiva do Poder Central (VIANNA, 1999, p. 499).

²² Cf. URUGUAI, Visconde de. *Ensaio sobre o direito administrativo*. Rio de Janeiro, Departamento de Imprensa Nacional, 1960.

²³ O termo liberal é usado aqui no sentido contrário à postura conservadora de Visconde do Uruguai. O liberais diziam que mais centralização significava mais opressão e menos liberdade, uma vez que julgavam que a opressão vinha sempre de cima, do governo e, por isso, os liberais eram adeptos da descentralização. Ao contrário, os conservadores viam na descentralização o domínio do caudilho, do clã, do provincialismo que matava a unidade nacional e a nação. Mais centralização significaria mais controle sobre a violência e sobre o arbítrio dos mandões locais. De outra forma, menos centralização, menos liberdade. É necessário esclarecer esse aspecto para que não haja confusão com termo liberal que será usado mais adiante por Vianna quando se referir às instituições liberais inglesas. O termo liberal nessa acepção está ligado à idéia de assegurar as liberdades políticas clássicas – democracia liberal – como a “autonomia local”, “júri”, “habeas corpus”, “inviolabilidade domiciliar”, soberania parlamentar”, direito do “self-taxation” (no taxation without representation), dentre outras que foram conquistadas pelos ingleses e que sempre foram admiradas pela elite brasileira, a despeito da realidade objetiva detectada por Vianna.

Esse debate é extremamente útil para o propósito de perceber que, em Vianna, os constitucionalistas brasileiros importaram o modelo de autonomia local “que não atende às nossas realidades de *formação social* e de *estrutura cultural*” (VIANNA, 1999, p. 499). Ao contrário do povo inglês, profundamente consciente das suas liberdades tradicionais e pronto para protestar contra a desobediência à Magna Carta pelos representantes, o povo brasileiro, para Vianna,

nunca batalhou por elas [pelas belas franquezas e garantias liberais], pelo menos nunca batalhou com aquela intrepidez e galhardia com que os ingleses batalharam para defendê-las contra a violência e o arbítrio dos seus reis. (...) Sempre vivemos dentro de um ambiente de semi-autoritarismos difusos, em que vagueiam, como vencedores, pequenos tiranetes sentimentais, alguns mesmos sem vértebras, nem consistência, desfibrados e amorfos (VIANNA, 1973, p. 267).

onde o traço distintivo de sua história é uma luta entre uma realeza de origem estrangeira e um povo. Esse pressuposto básico irá servir como parâmetro para entendermos o tipo de identidade nacional que foi construído no Brasil.

Para cumprir seu programa, observa-se a busca pela adequação do melhor modelo à realidade brasileira na metodologia de Vianna. Na verdade, é um pressuposto sempre presente em suas análises e que repercute uma de suas maiores críticas à elite brasileira, principalmente à equipe de técnicos da lei, juristas, sociólogos, historiadores e etnógrafos, dentre eles Rui Barbosa e Alberto Torres (VIANNA, 1999, p. 367). Para Vianna, essa elite desrespeita a cultura do povo-massa ao construir uma Constituição que obriga os brasileiros a praticarem o parlamentarismo inglês, como em 1824, ou mesmo a seguir o regime federativo americano, como em 1891. Ou seja,

regimes ou sistemas de conduta política que nosso povo, por quatro séculos e meio de sua história, nunca praticou; regimes ou sistemas inteiramente fora de seus hábitos mentais e sociais, inteiramente alheios às linhas habituais do seu comportamento social na vida pública e que, portanto – para que fossem por ele praticados com acerto e eficiência – seria preciso que ele realizasse uma mudança radical de hábitos de usos, de formas de conduta, como todas as dificuldades que esta mudança importaria (VIANNA, 1999, p. 354).

Essa postura constitui o que pode ser chamado de “disparidade entre o mecanismo constitucional e as condições reais e orgânicas da sociedade brasileira”. Por isso a necessidade dos estudos históricos, com caráter científico pela utilização de um sistema de métodos e técnicas, para conhecer a formação do povo. Ao estabelecer, com isso, a “caracterização social de nosso povo, de modo a ressaltar quanto somos distintos de outros povos, principalmente dos grandes povos europeus”, percebe-se que “as elites políticas vivem em total divórcio com o povo-massa, numa atitude de marginalismo em relação à realidade do país: essa elite promove leis estritas – Constituições importadas, emprestadas, exóticas, completamente dissociadas da sociedade viva, “entre o reino das normas abstratas e da realidade da vida social”. Para Vianna,

Ora, isto é um erro tremendo. Porque as ciências sociais provam hoje – com absoluto rigor – que estes costumes, estes usos, estas tradições, estas “representações coletivas”, estes “complexos culturais”, já *preexistentes na estrutura social do povo-massa*, são forças imensas e incoercíveis, forças que influem decisivamente e determinam o êxito ou o fracasso destas Cartas, destes Códigos, destas Constituições “importadas”, “emprestadas” ou exóticas (VIANNA, 1999, p. 367).

Paradoxalmente, o olhar de Vianna, apesar de evitar e até mesmo criticar a importação de modelos institucionais, era para o modelo de Estado inglês. A Inglaterra seria “um paradigma da sociedade estabelecida sobre bases sólidas, do progresso científico e industrial, das características básicas – virtudes e vícios – da sociedade contemporânea”. Essa contradição ressaltada por Bresciani será um ponto importante para ver que, embora houvesse tentativas de romper com influências externas, Vianna, que lutava por um encontro do país consigo mesmo, ainda se vê, inconscientemente, voltando a padrões que queria rejeitar. Por mais que Vianna quisesse valorizar a importância do estudo do povo brasileiro de acordo com “as realidades da vida social”, podendo esse esforço ser interpretado como uma atitude nacionalista de rompimento com um pensamento eivado de desconforto e inveja, ele acaba por se mostrar um autor autoritário e contraditório.

O teor da proposta autoritária de Vianna, conforme observado anteriormente, pressupõe que o Estado agiria tão-somente para assegurar a construção de uma sociedade liberal, visto que os fatos científicos evidenciavam que havia alienação cultural dos homens brasileiros, elevada apatia política associada ao analfabetismo o que resulta em incapacidade política decisória, governo de oligarquias e, por último, as elites brasileiras, responsáveis por erigir o arcabouço legal e jurisprudencial no Brasil, eram “expatriadas”, idealistas e utópicas. Contra a perspectiva de uma elite liberal-democrata alienada, acostumada a executar a “pura arte de construir no vácuo”, para as quais “a base são as teses e não os fatos; o material, as idéias e não os homens; a situação, o mundo e não país”, Vianna adota a tese da democracia autoritária, como último recurso para aqueles que se preocupam em avaliar a “experiência democrática dos cem últimos anos no Brasil (sic)” (BRESCIANI, 1998, p. 55).

Ao fundamentar sua perspectiva, Vianna argumenta que não existe um sistema político liberal sem uma sociedade liberal. O Brasil possui uma sociedade clânica, familística e autoritária. Se as elites utilizam modelos liberais em uma sociedade desse tipo, o sistema político não apresentará os resultados pretendidos, produzindo sempre resultados opostos dos pretendidos pela teoria, isto é, o liberalismo político conduziria à oligarquização do sistema e à utilização dos recursos públicos para fins particulares. A intervenção do Estado, nesse sentido, representaria não uma ameaça, mas a única esperança de proteção contra as oligarquias.

O autoritarismo se reveste de um argumento sobre a inadequação da democracia liberal no Brasil, já que o povo brasileiro não é igual ao inglês, e não saberia usar esse sistema político a seu favor, porque é um povo iletrado e ignorante. A contradição, que será objeto de uma análise mais aprofundada no próximo capítulo, representa um ponto importante para se verificar o quanto a elite brasileira, incluindo Vianna, por mais que buscasse voltar para a realidade nacional, ainda se mostrava com sentimentos de querer ser o que não poderia ser jamais, ou seja, ser inglês.

2.1.3 Terceiro aspecto: os fundamentos do autoritarismo

Nesta seção o objetivo é realçar a operacionalização do Estado autoritário, pedagogo, edificador da nação e promotor da civilidade, necessário para organizar uma sociedade insolidária e cujos interesses coletivos estão dispersos. Nesse sentido, cabe ressaltar a excessiva valorização do Poder Executivo em detrimento do Poder Legislativo, com todo o caráter técnico e isento que a Administração deve representar. Ademais, as organizações corporativas desempenhariam papel fundamental nesse processo de fortalecimento das estruturas burocráticas do Estado, servindo como suporte ao alcance da unidade nacional.

O Estado surge como contraponto à tendência cada vez mais forte de aumento no processo de clarificação da política e à segregação social. Caberia ao Estado, agente por excelência responsável pela “formação da nação”, “fundir moralmente o povo na consciência perfeita e clara da sua unidade nacional”, pela ação lenta e contínua de um poder soberano, incontrastável, centralizado, unitário, capaz de impor-se a todo o país pelo prestígio fascinante de uma grande missão nacional (VIANNA, 1973, p. 387). Nessa missão transformadora, haveria a superação do abismo criado pelas elites políticas idealistas entre o “país real” – constituído pelo direito-costume efetivamente seguido pelo povo-massa, e o “país legal” – elaborado pelas elites políticas e desconforme com a realidade clânica e todos os problemas dela advindos. Existindo esses dois países, toda organização jurídico-política estaria fadada ao fracasso (VIANNA, 1999).

Mas o que também torna necessário o desenvolvimento da idéia de Estado em Vianna é sua íntima relação com o aparato estatal, indicado pela influência de seu pensamento teórico nas Constituições de 1934, de 1937 e de 1946, seja pelo fato de ter sido um eminente escritor, seja por ter ocupado postos-chaves na Administração Pública Federal, como, por exemplo, Diretor do Fomento Agrícola, Membro do Conselho Consultivo do Estado do Rio de Janeiro, Consultor Jurídico do Ministério do Trabalho e Ministro do Tribunal de Contas da União. Por ter sido agente público do Estado, Vianna teve a oportunidade de interpretar a legislação em pareceres técnicos, ser membro de comissões elaboradoras de projetos de lei e, por isso, ser influente ator nos rumos do Estado. Pode-se perceber que a obra de Vianna, nesse aspecto transcende as meras reivindicações nas proposições teóricas

para a mudança social com base na consideração dos aspectos reais da sociedade. A análise da política brasileira à época deve levar em conta o sentido prático ou militante de seu trabalho intelectual.

A noção de Estado que importa para Vianna é a que está associada a “grupos sociais organizados, as corporações, de modo a tornar-se a expressão dos interesses econômicos e das forças culturais que os orientam” – Estado corporativo (VIEIRA, 1975, p. 21). Nesse corporativismo de Estado, ocorre a absorção pelo Estado das organizações corporativas – sindicatos notadamente, como partes integrantes ou como órgãos subordinados. E o papel desse Estado, como dito anteriormente, é revitalizar a unidade nacional em detrimento da autonomia dos estados federados. Influenciado por Alberto Torres, Vianna propaga a defesa de um Estado forte e intervencionista, atributos necessários para a promoção da reorganização do país. Nesse ponto, as corporações, emergentes de uma reorganização de grupos sociais, seriam o referencial recorrente aos estudiosos da realidade brasileira, pois elas seriam as mediadoras entre o nível do “real” e o nível do “legal”, unindo-os sob a orientação de um Estado forte, muito preocupado com a autoridade do que com a liberdade. A ditadura técnica das corporações profissionais era a aposta de resolução dos problemas do país, após o reconhecimento da realidade brasileira. As corporações, apoiadas por um Executivo centralizado, funcionariam como harmonizadoras entre a realidade e as leis. Insistir na imitação de doutrinas européias e norte-americanas na construção de constituições é insistir no erro, porque as populações não podem cumpri-las.

Nos trechos extraídos da colaboração de Vianna ao Anteprojeto da Constituição Federal de 1934 – Anteprojeto do Itamaraty, Vianna se posiciona quanto à organização administrativa do Brasil, quanto à representação política de classes sociais, representação dos estados, partidos, associações científicas, sindicatos de classe, sufrágio universal na escolha do chefe do Executivo, dentre vários outros assuntos. Toda sua argumentação para defender seu ponto de vista vai ao encontro de suas pretensões teóricas em consolidar e preservar a unidade nacional. Dessa forma, Vianna é bem enfático em criticar o regime federativo, uma vez que “a concepção de Estado Federal parece incompatível com as nossas realidades e necessidades presentes, que é de integração nacional” (VIANNA, 1991, p. 205).

Mas em seu discurso, o que interessa neste tópico é procurar perceber em que medida sua defesa pelo associativismo amparado pelo Estado corporativo preserva a unidade nacional e traz o senso de nação. Vianna não acredita que classes sociais possam ser representadas junto aos Conselhos Municipais, Assembléias Estaduais e Nacionais, no Poder Legislativo, em suma, sem uma prévia organização profissional dessas classes. Dadas as contingências agravantes para tal tarefa – a insolidariedade, a ausência do espírito de associação, o ruralismo, a dispersão, falta de consciência de classe por parte da população –, e as dificuldades em transportar de súbito a “massa ganglionar, dispersa e desarticulada” para o campo da vida pública e da representação política, o que mais conviria, segundo Vianna,

o que resolveria mais eficientemente o problema da participação das classes na obra do Estado seria a consagração constitucional dos Conselhos Técnicos (...), onde o que se procura é uma representação de *competências* e não de *interesses* – e para isto não seria difícil recrutar um corpo de especialistas ou técnicos à altura da sua missão” (VIANNA, 1991, p. 214)

Os Conselhos Técnicos, na visão de Vianna, resolveria o problema da representação no Parlamento, isto é, “o problema da colaboração das classes econômicas e culturais na obra da legislação e do governo do país”. Traduzindo sua proposta, Vianna via com muita desconfiança o Poder Legislativo no Brasil, conforme já mencionado. Para tanto, sua sugestão transpõe a função precípua desse Poder para o Executivo. Mas o que é mais interessante nesta proposta é que representação política por classes não poderia se dar de outra maneira como, por exemplo, pela mera previsão no texto constitucional:

Querer levar de súbito esta massa ganglionar, dispersa, desarticulada à unidade, à consciência de classe, à estruturação profissional, para os efeitos da representação política, será incidir nas mesmas ilusões dos constituintes de 1891, que, sonhando com a autonomia local inglesa e a autonomia estadual norte-americana, acabaram criando em todo o país um regímen político inteiramente artificial de falsos municípios e de falsos Estados, isto é, municípios

que não são municípios e Estados que não são Estados (VIANNA, 1991, p. 210)

Há que notar aqui, a recorrente culpa das elites políticas e intelectuais quando da constituinte de 1891 pelo erro cometido em buscar equiparar a sociedade brasileira a “alguns povos europeus”. No próximo capítulo será feita uma análise mais detida sob esse aspecto. No momento, basta procurar apreender que Vianna propõe a substituição do Parlamento pelas corporações, tendo em vista que, diante da democracia anglo-americana e a brasileira, falta-nos a educação política e trato para com a coisa pública. Essas corporações, os Conselhos Técnicos, funcionariam como mecanismos para aproximar a elite governante e o povo, a fim de vincular a vida política e a vida produtiva do país. Essa aproximação, em um primeiro momento, seria responsável por, paulatinamente, conceder ao povo desenvolvimento cultural e psicológico para propiciar o surgimento do “sentimento nacional” no povo e, assim, educá-lo para lidar com assuntos na nação, assuntos públicos.

Outro ponto que merece destaque quanto à configuração do Estado corporativo e das corporações que o compõe é a forma peculiar com que Vianna se apropria das teorias corporativistas estrangeiras para montar a concepção de Estado corporativo que mais satisfaz aos seus interesses. Boa parte do trabalho de Vieira vai nesse sentido, qual seja, o de evidenciar a colcha de retalhos no argumento de Vianna quanto a esse tema. Apriando-se da doutrina de Manoiesco, Vieira observa que Vianna recorrentemente deturpava os comprometimentos de Manoiesco ao colocá-lo em uma perspectiva que mais lhe agradava referente ao corporativismo de Estado. Na verdade, Manoiesco trabalhava com a noção de corporativismo de associação, na qual as corporações seriam autônomas em relação ao Estado totalitário. Segundo Vieira, “Vianna toma no texto de Manoiesco só o que lhe abrirá oportunidade de manipular conceitos, com vistas à adequação à realidade brasileira” (VIEIRA, 1975, p. 41). Vianna também se vale dos argumentos de Perroux e Panuzio para ampliá-los ou reformulá-los:

Embora Vianna não desmereça nenhum [dos autores], o cultivo fugaz de algumas de suas proposições, como já afirmamos, manifesta apenas uma aceitação relativa, porque para ele o necessário é a montagem da concepção através da coleta de

conceitos de origem e validade diferentes. Busca, portanto, uma concepção particular (VIEIRA, 1975, p. 61).

Na verdade, Vianna nutria grande admiração pelas corporações em funcionamento em alguns países europeus, pelo fato de estarem formados por “competências”, especialistas e técnicos escolhidos nas esferas da alta administração e nos centro de cultura especializada, e que esses Conselhos Técnicos seriam canais para as associações locais de classe.

Com essa idéia, Vianna pretendia dissolver os partidos políticos, como bem lembra Bresciani, nos seus elementos componentes – os clãs territoriais, de tipo patriarcal. O caráter técnico dos Conselhos, isentos de qualquer conteúdo ideológico, livraria o Estado e a sociedade dos parlamentares biônicos e dos grandes estadistas. Para que suas idéias não parecessem demasiadas inimigas da democracia, Vianna reiterava que não havia outro caminho além dos Conselhos Técnicos e das organizações de classe para o alcance da democracia (BRESCIANI, 2005, p. 427).

Vianna, portanto, ao sublinhar a importância estratégica das associações sindicais e das instituições corporativas como solução para o insolidarismo, cumprindo a função de organizar e integrar uma população dispersa, que vive em estágio incipiente e rudimentar de economia, insiste no protagonismo do Estado autoritário como instrumento aglutinador da sociedade para alcançar não apenas a propalada afirmação democrática, mas sensibilizar o povo para os assuntos nacionais.

3 O NACIONALISMO RESSENTIDO DE OLIVEIRA VIANNA

A necessidade de construir um projeto de nação em Oliveira Vianna se justifica na medida em que há o reconhecimento de que não se forjará no Brasil o admirado modelo inglês de organização política e social, uma vez que os problemas na formação do povo brasileiro o incapacitaram para lidar com o espaço público. Na construção desse projeto, deve-se ter em mente que Vianna não está interessado em compreender os motivos do comportamento dos portugueses para com a terra desconhecida. Esse papel de desvendar as motivações do relacionamento português com o Brasil colonial, a forma como se deu a exploração, os fins de tal colonização e o tipo de sociedade que seria erigido, será desempenhado por Sérgio Buarque de Holanda e Gilberto Freyre. Vianna, buscando fundamentar sua proposta de pesquisa em um conhecimento chancelado pela ciência, isento idéias apriorísticas, quer se basear exclusivamente em fatos que possam ser observados, fatos empíricos, capazes de interpretar a história brasileira e a formação nacional, no intuito de estabelecer a caracterização social nacional e destacar o quanto o povo brasileiro é distinto de outros povos, sobretudo dos “grandes povos europeus, pela história, pela estrutura, pela formação particular e original” (VIANNA, 1973, p. 14).

Embora Vianna não apresente uma obra que trate exclusivamente desse projeto de nação, é possível notar pelas suas obras capitais, aqui expostas sumariamente, que os temas nacionalismo e identidade nacional seriam a saída necessária para a mudança de organização política e social nos moldes de nações desenvolvidas. Por isso, a questão da identidade nacional e do nacionalismo é recorrente, para não dizer central, em suas constatações acerca da ausência de coesão social, nas suas justificativas pela existência de um Estado autoritário e de classes sociais corporativistas. É muito simples entender a proposta de Vianna: há um problema no Brasil; esse problema deve ter suas causas diagnosticadas; para diagnosticá-las, é imperioso voltar ao passado; nessa volta ao passado, analisar os dados tais como observados e, a partir deles, propor uma idéia que solucione ou, pelo menos, minimize o problema. A identidade nacional brasileira se mostra uma

variável que perpassa todas as etapas de investigação e é o ponto fundamental que explica a existência do problema.

Marca recorrente na extensa produção acadêmica e literária sobre a história do Brasil, como atesta Bresciani, a percepção de que há um mal de origem, de que há problemas na formação do povo brasileiro apenas confirmaria o sintoma de que a identidade brasileira se constitui na carência, na falta, naquilo que não se teve, na ausência de predicados, na incapacidade de triunfar (BRESCIANI, 2005, p. 107). Dentre os vários problemas que podem ser citados, destacam-se o problema da democracia, na dificuldade de o povo saber lidar com o espaço público, e o problema da solidariedade de clã, ou insolidariedade social. É bem provável que essas duas problemáticas estejam intrincadas de forma que determinar o que causa o que é um problema difícil. Pode-se dizer, confirmando o que foi salientado no capítulo anterior, que a insolidariedade social, nascida do latifúndio, gera outro problema ainda maior e talvez a fonte motivadora dos trabalhos de Vianna nesse sentido: a ausência de uma burguesia comercial que promovesse o desenvolvimento do país. O latifúndio torna-se a origem dos problemas na medida em que constrói em si um mundo auto-suficiente e autárquico, impedindo a proliferação do comércio:

Em síntese: *nem classe comercial; nem classe industrial; nem corporações urbanas*. Na amplíssima área de latifúndios agrícolas, só os grandes senhorios rurais existem. Fora deles, tudo é rudimentar, informe, fragmentário. São grandes domínios como que focos solares: vilas, indústrias, comércio, tudo se ofusca diante de sua claridade poderosa (...) *nem o fazendeiro precisa necessariamente do lavrador braçal; nem este depende necessariamente do fazendeiro; entre as duas classes os laços de solidariedade que existem são puramente voluntários*. Não os forma o imperativo de nenhuma fatalidade material ou social (VIANNA, 1973, pp. 125 e 128)

Vianna quer chamar a atenção para o mundo caracterizado pela dispersão que impede o contato solidário entre os homens e que impede, em decorrência, o desenvolvimento econômico. O latifúndio propiciaria, para Vianna, o surgimento de vários mundos fechados e inóspitos ao mundo exterior, cercado de vazios, que repercutiria na vida econômica, social, política, cultural e familiar. Não há dependência entre o latifúndio e outras formas de manifestações econômicas ou até

mesmo entre os latifúndios, que “são meros conglomerados, sem entrelaçamentos de interesses e sem solidariedade moral”, diferentes das comunas medievais européias, onde o “grande domínio exerce sobre eles [pequenos artesãos e fabricantes independentes] uma sorte de centripetismo absorvente: atrai-os para dentro da órbita da sua influência e os anula inteiramente” (VIANNA, 1973, p. 125).

O problema relativo à democracia remete à constatação da ausência de “sentimento dos interesses da coletividade nacional” traduzidos na debilidade com o que o povo-massa se organizava para garantir seus interesses e na submissão a chefes de clãs. Sem esse sentimento de pertencimento a uma comunidade nacional, o “complexo democrático da Nação” estaria restrito a um pequeno grupo atuante, a elite, “sempre incompreendida e impopular”, e ao restante do povo sobravam apenas as duas Constituições, a de 1824 e 1891, para trazer a consciência democrática da comunidade nacional, sem, contudo, torná-la efetiva. Vianna, dessa forma, reconhece que a realização plena da democracia não se confirma no Brasil pela suas características voltadas ao insolidarismo social. A falta de senso para com o espaço público, para o com o saber lidar com esse espaço, em suma, a ausência de senso nacional inviabiliza o sucesso democrático ocorrido nos países europeus. Assim, não adiantaria recriar as condições para uma democracia plena se os indivíduos não estão preparados para lidar com ela.

O objetivo deste capítulo vai além da mera busca em salientar os problemas, diagnósticos e soluções apontadas por Vianna em seu projeto de nação. A intenção aqui é evidenciar que por trás de comparações com modelos ideais e a suposta rejeição desse modelo sob argumentos científicos, há que se ressaltar a interpretação que leva em conta a forma como o Brasil, representado pelos intelectuais, se percebe frente a outras nações bem-sucedidas. No início do capítulo foi mencionado que o motivador central na construção do projeto da nação surge pela constatação empírica de que o Brasil não conseguiria alcançar o modelo inglês de desenvolvimento pelas suas características peculiares. Adiantando o que mais na frente será abordado, é comum nas obras de Vianna a insistência em comparar o Brasil com países europeus, principalmente a Inglaterra. A forma como argumento é exposto, o pragmatismo com o qual o projeto se reveste tem como alvo alcançar um modelo a ser seguido.

No entanto, Vianna rechaça as propostas voltadas à importação de modelos por grande parte da elite intelectual e política no Brasil, mesmo porque Vianna

procura em seu projeto salientar a singularidade brasileira frente a outras nações e, diante disso, há que se considerar a incompatibilidade em adequar modelos em realidades díspares. E essa singularidade não inclui apenas a questão da miscigenação, mas também, e isso na obra de Vianna é central, inclui ressaltar a especificidade da organização política e social, pressuposto para a construção da idéia da nação brasileira. Mas o que chama a atenção nessa atitude de evidenciar a singularidade brasileira é o constante olhar para nações com uma identidade nacional consolidada, desenvolvidas e bem-sucedidas. A construção da nacionalidade brasileira tem suas referências na nacionalidade do “outro”. Os meios a serem utilizados para o alcance do tipo de nação desejada devem ser compatíveis com o tipo de povo presente no Brasil, e indicam que as alternativas apresentadas por Vianna, longe de serem democráticas, demonstram ressentimento.

Para tanto, a seguir serão retomados os argumentos desenvolvidos no capítulo primeiro referente ao ressentimento e sobre a forma que identidades nacionais são construídas a partir desse tema, caro à filosofia e à psicanálise, mas igualmente importante nos estudos da política (KEHL, 2007). Nesse momento a preocupação será a de perceber em que medida os pressupostos do ressentimento podem ser compreendidos à luz do projeto de nação desenvolvido por Oliveira Vianna. Por isso, ir-se-á aprofundar no estudo acerca do ressentimento para entender a proposta de Vianna em seu projeto de nação. Julga-se pertinente indicar outras perspectivas teóricas ancoradas em estudos sobre ressentimento. Nesse sentido, os estudos de Bresciani ajudam a entender de uma maneira geral o comportamento de Vianna na busca pela identidade nacional. Aqui, talvez mais do que dizer se Oliveira Vianna é ou não ressentido, ou simplesmente dizer se seus pressupostos podem ou não conter ressentimento, quer-se trazer à reflexão algumas questões muito bem colocadas por Maria Rita Kehl: *Quem somos nós, brasileiros? Quais são os significantes que nos identificam perante nós mesmos? Que é que o brasileiro não enxerga em sua cultura, ou no conjunto de suas subculturas, que tem de pedir a um outro que o reconheça? Quem somos nós se não somos o Outro, o estrangeiro com quem gostaríamos de nos identificar?*

3.1 O ressentimento a partir da construção de “lugares-comuns”

Consciente ou inconsciente, Vianna procurou responder a esses e outros questionamentos bem mais inquietantes. Inquietantes, porque, ao serem respondidos, requerem o equilíbrio certo entre as emoções, sentimentos e paixões, de um lado, e a convicção do cientista social na construção de um pensamento respaldado pela ciência, de outro. Os trabalhos de Bresciani procuram salientar que o legado intelectual de Vianna está inscrito na mobilidade com que se revestem as construções e desconstruções identitárias²⁴, no modo de elaboração das imagens que são criadas acerca da identidade brasileira no jogo político (BRESCIANI, 2005). Assim, o projeto de nação desenvolvido representa a dimensão política das várias iniciativas de resgatar uma identidade nacional supostamente perdida e obscura, criando, com isso, “lugares-comuns” – idéias, crenças, noções, teorias e preconceitos – que reafirmariam argumentos e opiniões de determinado grupo.

A análise a ser feita agora procura oferecer um panorama da proposta de Vianna dentro de uma perspectiva peculiar de ressentimento trabalhada por Bresciani. Essa autora entende que todo esforço intelectual de Vianna ao pensar a construção de uma identidade nacional corresponde a um projeto político pautado na consciência alheia, a européia, ao mesmo tempo em que recusa essa consciência pela afirmação da diferença (BRESCIANI, 2005, p. 147). Esse projeto político estaria ligado a um “fundo comum” de percepções e construções de figuras míticas que integraria e reafirmaria constantemente um tipo de identidade nacional específico, porém ressentido. O ressentimento seria indicado pelo reiterado apego a imagens de nação inconclusa, de identidade inacabada, sempre questionada, fatalista, subordinada, isto é, o ressentimento estaria formado no “fundo comum” de conceitos e preconceitos entretecidos por vozes e discursos diferentes no decorrer de, ao menos, dois séculos a serviço de um projeto que se vale das construções e desconstruções identitárias para fins políticos: “pensar nossas recorrentes voltas às

²⁴ A mobilidade das construções e desconstruções identitárias está ligada ao entendimento feito por Bresciani de que a busca por definir identidade nacional é um projeto político. Essa percepção também é um pressuposto na teoria do nacionalismo de Gellner, ao dizer que as nações, definidoras da consciência nacional, estão a serviço da política, “são uma contingência e não uma necessidade universal” (GELLNER, 1992).

origens, em busca de identidade nacional, sempre vinculadas a projetos políticos, como se nenhum desse conta de realizar-se” (BRESCIANI, 2001, p. 425).

Bresciani argumenta que há, no Brasil, uma preocupação persistente no meio acadêmico e intelectual brasileiro com a “construção de um *nós* único ou nuançado em sua diversidade cultural” que, com base nos usos e costumes europeus, busca a “representação da alteridade, do *outro* ou dos *outros* em avaliações referidas aos padrões europeus”. Com isso, muitos americanistas, como Skidmore vão ser tentados a afirmar a existência de uma incapacidade intelectual evidenciada pela apropriação de idéias geradas em terras estrangeiras. As interpretações equivocadas decorrentes desse processo de apropriação redundariam em propostas políticas inadequadas, gerando “lugares-comuns” – “a negatividade como marca recorrente a recobrir a extensa produção acadêmica e literária sobre a história do Brasil”, idéias sedutoras e excludentes de outras possibilidades (BRESCIANI, 2005, p. 105).

Bresciani deixa em aberto duas questões sobre a construção de lugares-comuns entre a intelectualidade brasileira: a primeira seria a vontade de fazer um acerto de contas com os portugueses por não termos cumprido uma missão impossível, “pois alicerçada em uma determinação utópica sem referência a qualquer modelo ideal” (BRESCIANI, 2001, p. 426); a segunda seria o próprio acerto de contas, já que “repudiamos nossos pais afetivos e fantasiemos um pai engrandecido (uma imitação de estrangeiro), dele fazendo sempre um modelo a ser imitado” (BRESCIANI, 2001 p.426). A partir dessas duas questões, Bresciani faz uma interpretação crítica dos textos de Vianna almejando salientar “uma leitura ressentida da situação em que se encontrava a sociedade brasileira, uma evidente referência nostálgica a um tempo passado, a uma sociedade idealizada por Freyre como ainda não contaminada pelas importações culturais” decorrentes da vinda da família Real ao Brasil (BRESCIANI, 2005, p. 155).

O primeiro aspecto que indica ressentimento em Vianna, para Bresciani, refere-se ao estudo das causas dos problemas do Brasil: classe rural, doméstica e portadora do “nosso caráter nacional”; hegemonia histórica de um grupo sobre outro no Brasil; “precário unionismo brasileiro”; “mimetismo da cultura estrangeira”. Bresciani sintetiza todas essas constatações de Vianna no fluxo discursivo nacional segundo o qual

o componente ressentido configura sempre a imagem de um país desencontrado consigo mesmo, e desloca do plano político para o sociológico a disputa entre projetos integradores, situa-os no estudo das dimensões social e cultural; usos e costumes detalhadamente anotados (BRESCIANI, 2005, p. 159).

A imagem de um “país desencontrado consigo mesmo” cria um “lugar-comum” que nega o papel do regime democrático, espelhado nos moldes liberais norte-americanos: vontade soberana do povo expressa pela opinião pública e positivada pelo voto não soluciona o “estado letárgico e ganglionar” da população brasileira, sendo necessário um governo autoritário condizente com as características peculiares do Brasil, de modo a forjar uma nacionalidade sob bases centralizadoras (BRESCIANI, 2005, p. 168). As constantes críticas de Vianna a respeito da inadequação de modelos estrangeiros em solo brasileiro encontravam seu paradoxo ao fazer uso de modelos de análise da sociedade e de teorias sociológicas, de ampla utilização nos países europeus e Estados Unidos: “Tudo se passa como se fosse possível estabelecer uma ruptura radical entre política, sempre recortada pelo pressuposto nacional, e ciência, cuja isenção e objetividade lhe dariam um caráter universal” (BRESCIANI, 2005, p. 171).

O autoritarismo, proposta política que visa a resolver as causas dos problemas do Brasil, remete à pressuposição de que a maioria da população não possuía capacidade política, por estar submersa no espírito de clã e do faccionismo:

Em boa verdade, o nosso povo-massa não comporta ainda uma generalização assim tão ampla e inconsiderada desta técnica da democracia que é o sufrágio universal. Técnica, aliás, que, na Europa, só o povo inglês se tem mostrado capaz de desenvolver e realizar plenamente. Realmente, entregar a organização dos poderes públicos *provinciais* e *federais* – como fizemos na Constituição de 24 e na Constituição de 1891 – ao povo-massa do interior (outra coisa não era o sufrágio estendido a toda a nação, sem distinção de categorias, nem de *status*) foi, sem dúvida, excessivo, porque era exigir muito de um povo destituído de *educação democrática* – como já demonstramos (VIANNA, 1999, p. 482)

É importante fazer uma ressalva para explicar o que Vianna quis dizer com educação democrática. Para ele, analfabetismo em nada tem haver com capacidade política de um povo, uma vez que “o *citizen* inglês, mesmo analfabeto, possui um senso político e uma capacidade democrática que muitos homens da elite de outros povos civilizados não possuem”. Ao invés de se “gastar rios de dinheiro” para preparar o povo “para a democracia”, o incentivando a votar, a participar, sem a contrapartida do senso político, Vianna sugere, assim como pode ser observado na tese de Gellner a respeito do papel da educação formal no surgimento da identidade nacional, a perpetuação e difusão da cultura superior, via acesso à educação profissional ao povo, dado que o “o povo brasileiro nunca teve escolas que o preparassem para a democracia” (VIANNA, 1999, p. 487).

O Estado aparece como a solução para superação do individualismo e do mau funcionamento das instituições liberais no Brasil e o povo inglês é, sem dúvida, referência em suas análises. Na verdade, são apostas de Vianna na resolução das causas dos problemas apontados: cidadãos preparados para o associativismo e intervenção do Estado na sociedade. O objetivo de Vianna aqui é preparar o homem brasileiro para lidar com a coletividade, ser um “repúblico”. Tanto as elites dirigentes²⁵ quanto o povo-massa deveriam ser ensinados pelo Estado a agir solidariamente, em prol dos interesses coletivos. Dessa forma, o Estado, ao viabilizar a sindicalização das classes produtoras, agiria na correção do espírito individualista do brasileiro, criando “formas de solidariedade social ativa”. O Estado e o sindicato exerceriam papel fundamental na erradicação dos males do Brasil, trazendo à população a consciência dos interesses coletivos (VIANNA, 1991, p. 275). Bresciani chama a atenção para o fato de Vianna, em seu posto na comissão do Ministério do Trabalho, fazer uma defesa otimista da originalidade, mesmo em relação ao sistema fascista, do sistema sindical brasileiro, embora conferisse ao Estado grande poder no controle das diretorias – eleição e destituição, quando fosse o caso, indicando espírito corporativo e contrário à democracia representativa de sufrágio universal das palavras de Vianna (BRESCIANI, 2005, p. 458).

²⁵ Para Vianna, tão inscientes do senso político quanto o povo-massa, as elites brasileiras “apresentam um traço comum: ignoram profundamente o povo brasileiro e, ainda mais, o ‘animal político’ brasileiro”, tornando-as marginais em sua obstinação em não contar com as condições reais da sociedade que preteendem organizar (VIANNA, 1999, p. 357-8). É nesse sentido que vai a proposta de reeducar também as elites intelectuais no Brasil.

Após extensa análise do projeto político, Bresciani o insere em uma perspectiva que trabalha com metáforas, que permite pensar os significados do apelo emocional contido no recurso teórico a imagens de caráter organicista – exemplificadas na necessidade de elites orgânicas e sociedade solidária: “país de cultura de transplante”, “desterrados em nossa própria terra”, “raízes mal plantadas”, “falta de coesão em nossa vida social”, “cultura da personalidade”, “indistinção entre família e Estado”. Essas imagens concorrem para a projeção de novas possibilidades inscritas na negação da situação atual: metáfora do Estado forte e unitário atrelada ao estímulo corporativista. Ao mesmo tempo em que procura evidenciar a prevalência de formas primitivas de poder em detrimento da letra da lei, Vianna destaca a importância de instituições políticas sólidas amparadas pelo Estado e pelo sindicalismo corporativista.

A imagem positiva de que o Brasil é uma etnia nacional, um povo-nação, assentado em território próprio dentro de um mesmo Estado é desfeita em Vianna. A uniformidade cultural e a unidade nacional tal como vinha sendo apresentada é desfeita para dar espaço a uma nova proposta de uniformidade e unidade nacional de “fundo-comum de teorias, informações e preconceitos”. É como se existissem várias propostas de identidade nacional, nas quais o êxito ou o fracasso delas estaria na maneira pela qual seus autores conseguem entrelaçar com maior ou menor facilidade argumentos racionais e imagens de forte apelo emocional. Como evidencia Bresciani,

A identidade nacional, qualquer uma, oferece-se enquanto *lugar-comum*, possibilitando à pluralidade de falas formuladas em lugares “diferentes” estabelecer diálogo, comparações e posições contrastantes, a despeito da instabilidade e dos múltiplos deslocamentos de imagens e representações que as constituem. Lugar-comum, a imagem resultante, *fundo-comum*, o material com o qual é elaborada e cuja genealogia necessita ser interrogada (BRESCIANI, 2001, p. 407)”

O ressentimento, segundo a ótica de Bresciani, está presente a partir do momento em que projeto político de Vianna recorre ao fundo-comum de conceitos e preconceitos para desconstruir e construir um tipo específico de *ser* brasileiro. A denúncia da ausência de identidade nacional, ou identidade inconclusa, fruto da

deformação imposta ao país pela cultura européia, o jogo de imagens metafóricas que insiste em negar e apresentar o fatalismo segundo o qual uma outra história teria sido possível, explícita, de forma nostálgica, o ressentimento contra a trajetória da sociedade brasileira após desfeitos os laços coloniais. Mais do que isso, o ressentimento seria indicado também pela tão propalada noção, por Vianna e outros interpretes, de carência, de descompasso entre “idéias” e “realidade”, de um país recortado em sua originalidade e singularidade (BRESCIANI, 2001, p. 425).

3.2 Compreensão da lógica da filosofia do ressentimento: a vitimização

Optou-se, neste momento, por procurar entender onde o ressentimento em Vianna pode ser encontrado segundo a ótica da filosofia do ressentimento. Conforme visto anteriormente, Bresciani estrutura seu argumento acerca do ressentimento sob um viés mais amplo, que procura entender o projeto político de Vianna ancorado em leituras recorrentes sobre a história do Brasil, de *fundo-comum* que visa desconstruir para construir alternativas e lugares-comuns com fins políticos. Por isso a cambialidade das construções identitárias, de um país em ser, que precisa pedir ao *outro* elementos de identidade.

Maria Rita Kehl procurou sistematizar a temática do ressentimento dentro de uma perspectiva social e política que questiona se o ressentimento não estaria vinculado a certas condições de opressão nas quais o sujeito, entendido com um grupo social, se veria vítima de uma injustiça, de uma autoridade, de um governo opressor, enfim, de uma situação em que o ressentido, ao invés de derrotado, se rende voluntariamente à condição de inferior. Essa sistemática é feita a partir da análise de autores importantes na esfera de pensamento do ressentimento, como é o caso de Nietzsche, Scheler, Freud e Espinosa. Serão aproveitadas, nesse sentido, as contribuições de Nietzsche e Scheler, talvez este último com mais interesse, uma vez que foi em Scheler que o argumento de Greenfeld, em seu estudo acerca da existência do ressentimento em nações, se ancora.

O objetivo do estudo do ressentimento social pode ser entendido no que Pierre Ansart procura investigar: “os rancores, as invejas, os desejos de vingança e os fantasmas da morte”, sentimentos que remetem ao ressentimento e que

mascam as dimensões positivas das relações humanas que se buscam realçar. Scheler pode ser considerado um autor que serve aos propósitos deste trabalho na medida em que procura inserir o componente psicológico nas relações sociais presumidamente igualitárias, mas que na verdade são desiguais. Os rancores, os desejos de vingança, a inveja, o ciúme, a maldade, sentimentos e emoções criadores de ressentimento, juntamente com a experiência da humilhação e do medo, podem advir de situações em que a desigualdade é sentida como injusta diante de uma ordem social pautada no pressuposto da desigualdade. Assim, complementando a visão de Bresciani quanto ao fato de o ressentimento ser fruto de projetos de nação inacabados, sempre remodelados, Ansart argumenta que “os ressentimentos, os sentimentos compartilhados de hostilidade, são um fator eminente de cumplicidade e solidariedade no interior de um grupo, e suas expressões, as manifestações de sentimentos” podem ser aproveitados por “provocadores, os demagogos” que “utilizam o ressentimento para suscitar fusões emocionais e assegurar o apoio dos cidadãos” (ANSART, 2001, p. 22).

O problema do argumento nitzscheano está no fato de que ao falar do ressentimento, há uma crítica das religiões, uma denúncia da moral e um conjunto de juízos de valor sobre a vida política da Europa no final do século XIX e um diagnóstico de sua decadência. Com Scheler, a dificuldade em perceber uma definição de ressentimento sem abandonar parte das hipóteses que o constrói é minimizada, uma vez que Scheler toma unicamente por objeto a descrição fenomenológica do ressentimento (ANSART, 2001, p. 18). No entanto, é possível perceber no autor responsável por inaugurar a problemática do ressentimento – Nietzsche – que o ressentimento está ligado a uma “moral negativa” segundo a qual “o fraco só consegue afirmar-se negando aquele ao qual não consegue se igualar”. Uma vez que não é possível se igualar, só resta ao fraco ressentir, “fermentando a crueldade adiada, transmutada em valores positivos, que envenena e intoxica a alma, que fica eternamente condenada ao não esquecimento” (KEHL, 2007, p. 93-4).

Mas por que o ressentido mantém a condição de vítima e fraco, adiando a manifestação da vingança contra o agravo que sofreu e não reagiu no momento certo? A resposta de Nietzsche a essa questão é chave para a compreensão do ressentimento social presente na obra de Vianna. Segundo Kehl, o Estado para Nietzsche contribuiu para transformar homens ativos em culpados, visto que o

homem civilizado passou a ser um eterno culpado de seus instintos em obediência aos valores morais chancelados pelo Estado, ou melhor, determinados a partir de conflitos de força e de poder. A verdade, nessa lógica, seria um construto humano a serviço das conveniências dos homens e que não há nenhum interesse na verdade, exceto aquela que lhes convém (KEHL, 2007, p. 82). Conforme visto anteriormente no primeiro capítulo, a definição de ressentimento em Nietzsche passa pelos conceitos da moral aristocrática (positiva) e da moral escrava (negativa):

Os aristocratas, que são fortes, consideram-se automaticamente como 'bons', sem se preocupar em julgar os outros como 'maus'. Para os aristocratas, o contrário do 'bom' não é o malvado, é o 'ruim' no sentido do que é fraco e vil. Enquanto sua moral é criadora, livre e alegre, a moral dos fracos é negativa, reativa e passiva. É reflexo do ódio dos impotentes contra a vida. Nesse sentido devemos considerar como 'escravos', no sentido nietzscheano, não aqueles subjugados pelos vencedores de uma batalha e sim os que escolhem a servidão voluntária, a humildade auto-imposta, a vida rebaixada (KEHL, 2007, p. 85).

Com isso, o ressentimento é percebido na relação entre fortes e fracos, vencedores e derrotados, escravos e aristocratas, como “conseqüência inevitável das restrições instintivas, auto-impostas pelo homem ocidental ‘civilizado’”. Essa moral que restringe e impõe exorta os fracos a se fortalecerem, já que a forma de luta do fraco consiste em justificar e valorizar sua fraqueza:

O ressentido acusa, mas não está seriamente interessado em ser ressarcido do agravo que sofreu. A origem da culpa, escreve Nietzsche, é a dívida – um conceito ‘muito material’, lembra o filósofo, que remete à possibilidade de um pagamento concreto que libere o devedor. Mas no ressentimento, a dívida permanece impagável: a compensação reivindicada é da ordem de uma vingança projetada no futuro. Uma vingança adiada. Como o ressentido é um covarde, um ‘escravo’, ele não concede a si mesmo os prazeres da vingança pela crueldade, presentes em algumas formas antigas do direito (...)” (KEHL, 2007, p. 91).

A proposta de “transmutação dos valores” ou “transvaloração dos valores” daria a idéia de que o ressentimento seria curado daqueles que o carregam. Nesse sentido, a “transvaloração de valores” em Nietzsche surge como um livramento de um erro moral, de uma maldade em favor dos fracos, mas que parte dos fortes. O nobre, por exemplo, ao não ceder lugar à má consciência e à piedade cristã (ilusões humanitárias), estaria favorecendo a cura do ressentimento nos fracos. Poupar os fracos, pela contenção da força dos instintos – “abster-se de ofensa, violência, exploração mútua, equiparar sua vontade à do outro: num sentido tosco isso pode tornar-se um bom costume entre indivíduos” – só serve para enfraquecê-los ainda mais (NIETZSCHE *apud* KEHL, 2007, p.88).

Retomando a tese respaldada no argumento que culpa o papel do Estado moderno no apassivamento e enfraquecimento dos indivíduos sob a proteção das instituições, para Nietzsche, o ressentimento seria a doença daqueles que perderam a coragem de lutar e delegaram toda vontade de ação ao Estado, ao qual se submetem voluntariamente. Conforme visto, Vianna não se furta à idéia da importância do Estado na conformação de uma organização social e política de outro tipo, que pudesse espelhar laços identitários. A saída para resolução dos problemas decorrentes do problema maior, que é o insolidarismo, é o Estado autoritário. A esse tipo de Estado somam-se as constantes críticas feitas à inabilidade de o povo-massa lidar com assuntos políticos e das elites proporem modelos condizentes com a realidade brasileira. O projeto de nação em Vianna, considerando essa perspectiva, parece coadunar com que Kehl afirma acerca da “impossibilidade de alguns indivíduos ou grupos sociais em resolver as configurações imaginárias próprias do individualismo e a igualdade simbólica própria das democracias liberais” (KEHL, 2007, p. 219). As constantes contradições evidenciadas pelos autores responsáveis pelas leituras de Vianna, como é o caso de Bresciani, atestam que até mesmo o autoritarismo instrumental, termo que se entende que o Estado autoritário seria uma proposta temporária para impor mecanismos de democracia liberal, já era considerado inadequado frente à “explícita desilusão com o retorno da democracia liberal no país, contraste sensível até no estilo da escrita” por Vianna (BRESCIANI, 2005, p. 446).

Mostrar, de acordo com Vianna, a dependência necessária de cada indivíduo em relação ao corpo social, ao reiterar o insolidarismo social, a falta de coesão social, “excluindo outras possibilidades” de sanar as conseqüências dos problemas

nacionais, “impede a formação de laços de solidariedade” e encobrem a “dívida simbólica que une as novas gerações às dos antepassados”. Esses laços de solidariedade a que Kehl se refere podem ser entendidos pelos

laços horizontais que ligam os indivíduos a uma ou várias comunidades de semelhantes: família, vizinhança, colegas de trabalho e, de modo mais abstrato, à sua classe social, à cultura, à nação. Estes laços, que poderiam fortalecer a autonomia de grupos ou classes sociais, ficam enfraquecidos à medida que os cidadãos se reportam, um a um, às instituições do Estado protetor, esquecendo-se de que elas existem como *representantes de direitos conquistados* e não com benemerentes distribuidoras de privilégios individuais (KEHL, 2007, p. 220).

Dessa forma, entende-se que a percepção de Vianna no que tange à visão de sociedade “inorgânica e informe”, sem estrutura, ganglionar, dispersa, sem vínculos solidários, ou seja, sem formas espontâneas de organização dos interesses coletivos esbarra em uma sugestão que insiste em submeter os indivíduos à tutela do Estado, alimentando, paradoxalmente, a tão criticada carência que se queria eliminar. À tão criticada impotência para a ação política do povo-massa, Vianna não percebe saídas alternativas que pudessem colocar os indivíduos não sob a condição passiva pelo reconhecimento do Estado, como crianças necessitadas de amparo, vitimizadas, mas sob um viés autônomo para a luta política. Talvez o pressuposto baseado em leituras determinísticas quanto à raça, população, meio geográfico, dentre outras, tivesse impedido uma visão mais positiva de Vianna quanto à possibilidade de crescimento humano que não fosse exclusivamente pautada no acolhimento do Estado.

O ressentimento no projeto de Vianna passa pela compreensão do desamparo de origem dos membros da sociedade brasileira (sem povo, sem elite e sem partidos, a sociedade para Vianna não possui condições de autonomia nem canais para expressar sua vontade) e pela busca da proteção que grandes formações identitárias dão a sensação de oferecer. Os dispositivos ideológicos do Estado albergariam indivíduos isolados e desamparados, que compensariam seus sentimentos de inferioridade e seus medos à liberdade pela adesão a uma ordem autoritária, demonstrando, segundo o pensamento de Nietzsche, a doença daqueles

que perderam a coragem de lutar e delegaram toda vontade de ação ao Estado, ao qual se submetem voluntariamente (KEHL, 2007, p. 220-1). Mesmo o proclamado associativismo pelas vias sindicais não concederia aos indivíduos o necessário reconhecimento de que são primordialmente os agentes das mudanças que desejarem. As corporações associativas “seriam as mediadoras entre o nível do real e nível do legal, unindo-os sob a orientação de um Estado forte, muito mais preocupado com a autoridade do que com a liberdade” (VIEIRA, 1976, p. 90). Além disso, a doutrina corporativa com a qual Vianna se identificava não nasceu no Brasil; foi uma proposta vista como bem-sucedida em outros países e que significou não mais que a mera aplicação de conceitos corporativistas ao funcionamento do Estado autoritário. Conforme bem pontua Vieira, “os nacionalistas defensores do autoritarismo só se dirigem para a doutrina corporativa a fim de buscar uma solução para a desorganização dos agentes da produção no Brasil” e “como instrumento de organização da nação”, no qual o corporativismo seria usado como agente pedagógico para curar a inépcia da população em lidar com os assuntos nacionais (VIEIRA, 1976, p. 97).

3.2.1 As vítimas das promessas da democracia liberal

Para Scheler, o ressentimento está atrelado à existência de comparações entre as condições atuais de um indivíduo e os outros, incluído aí os homens nobres. A importância de sua perspectiva para os fins deste trabalho é que Scheler percebe que o ressentimento deve ser mais propício a surgir em sociedades onde os direitos políticos, mais ou menos uniformes, tendem a mostrar para os indivíduos uma promessa de igualdade social que não se cumpre, pelo menos nos termos em que foi simbolicamente antecipada:

O ressentimento deve ser bem mais forte em sociedades como a nossa, na qual a igualdade de direitos (políticos e outros) ou outras previsões de igualdade social, oficialmente reconhecidas, coexistem ao lado de desigualdades de acesso ao poder, à propriedade e educação. Sociedades na qual cada um tem o “direito” de se julgar igual ao outro, mas não é de fato igual. Independente das

características e experiências individuais, uma forte carga de ressentimento é acumulada pela própria estrutura social (SCHELER, 1961, p. 50, minha tradução).

Dessa forma, seriam os casos de igualdade oficialmente reconhecida é que produziriam o ressentimento na política: “é preciso que exista um pressuposto simbólico de igualdade entre opressor e oprimido, entre rico e pobre, poderoso e despossuído, para que os que se sentem inferiorizados se ressintam” (KEHL, 2007, p. 205).

A idéia de hierarquia social é central no pensamento de Scheler para a compreensão do ressentimento. Seguindo a linha evolutiva das formas associativas, de meros conglomerados humanos nos quais imitação involuntária é o único elo de associação entre indivíduos, passando pelas tribos, famílias, pela soma de ações individuais para um fim comum, encontram-se formas mais complexas de organização, como a igreja e a nação. A nação, ao ser elevada a uma categoria superior à da simples organização de indivíduos, insere o componente moral na relação de indivíduos que não se conhecem e subordina os valores à política, conforme visto em Anderson em sua teoria sobre nações. Isso significa que, de acordo com o princípio de que a desigualdade é inevitável, Scheler vê como aberração a tentativa de promover a igualdade entre pessoas ou nivelá-las segundo valores essenciais.

Seguindo a linha de Nietzsche, Scheler critica ações humanitárias, filantrópicas e argumenta que os sentimentos de benevolência para com os fracos apenas nutrem mais e mais ressentimento. No entanto, ao contrário de Nietzsche, Scheler percebe que a moralidade burguesa foi a responsável por destruir a moralidade cristã, o que culminou na Revolução Francesa e na ética do ressentimento. De acordo com Lewis Coser, na introdução à obra de Scheler, “a era moderna, o mundo burguês, o mundo industrial, o mundo da democracia exemplificam a vitória do fraco, o que inverte a escala de valores que Nietzsche construiu em detrimento do cristianismo” (SCHELER, 1965, p. 23).

A importância em esclarecer este fato concorre para compreender que o crescimento da democracia liberal, e com ela todos os valores capitalistas, consagra o triunfo dos fracos sobre os fortes, no sentido de que alimenta o ressentimento por manter pessoas alocadas em posições específicas na estrutura social. Do ponto de

vista do estruturalismo de Robert K. Merton, Scheler trabalha com a noção segundo a qual a percepção da posição social pelos indivíduos os predispõe ao ressentimento. Assim, o papel feminino desempenhado na sociedade predispõe a mulher ao ressentimento, segundo Coser, porque a elas não é esperado que sintam ódio ou vingança, devem ser vistas como fracas e apenas como procriadoras. O excessivo pudor de uma senhora em relação às coisas relacionadas a sexo seria um típico indício de ressentimento, já que sua tendência é reagir contra sua permanente exclusão de certos prazeres (SCHELER, 1965, p. 26). Do ponto de vista nietzscheano, a negativa em “tornar-te quem tu és” conduz inexoravelmente à fraqueza sentimental: “vontade de negação da vida, princípio de dissolução e decadência” (KEHL, 2007, p. 88).

Compreender que o ressentimento em Scheler nasce sob condições estruturais específicas é fundamental para verificar o papel da democracia e como esse ressentimento pode ser visto nos trabalhos de Vianna. No entanto, há que se fazer uma ressalva importante, conforme pontua Ansart: a diversidade das formas de ressentimento. Para Ansart, Nietzsche e Scheler tendem a admitir que os grandes grupos têm, todos eles, as mesmas reações emocionais e as mesmas atitudes. Indicar a existência de um mesmo tipo de comportamento e de reação emocional pode reduzir sobremaneira as diversas manifestações de ressentimento e também esconder como o ressentimento se manifesta, bem assim os comportamentos de que se serve de fonte e as atitudes e condutas que inspira (ANSART, 2001, p. 19).

A crítica feita por Scheler à democracia liberal refere-se às promessas de igualdade de direitos entre todos os sujeitos e que não se cumpriram como era esperado. A leitura de sua obra mostra que um regime sociopolítico extremamente desigual, como é o caso do sistema de castas na Índia, representa um maior obstáculo ao desenvolvimento de ressentimentos do que o regime democrático. O sistema hierárquico e não individualista, culturalmente constituído, alimentado constantemente por representações religiosas que internalizam as distâncias entre as castas, tende a inibir projeções rancorosas em relação às castas superiores. Entretanto, em uma sociedade em que há a busca insatisfeita pela igualdade, igualdade esta garantida formalmente, os ressentimentos surgem com mais facilidade. O sistema democrático, nesse sentido, ao prever uma igualdade formal irrealizável seria berço propício para o surgimento de ressentimento:

Instituindo individualismo político, a liberdade de expressão, a pluralidade reconhecida das opiniões em um regime de economia de mercado, a democracia torna possível as expressões de ciúme e inveja, suas manifestações, sua projeção sobre inimigos diversos, econômicos, políticos ou religiosos, sobre as instituições ou representações individuais (ANSART, 2001, p. 27).

Decorre dessa idéia também a insatisfação dos grupos sociais que não se reconhecem em suas reais condições de classe, porque estão identificados com padrões e ideais que se lhes apresentam como acessíveis, mas cujas causas lhes são inacessíveis. Kehl mostra que a insatisfação quanto às causas que levam os grupos a não se reconhecerem em seu nível hierárquico não é revertida a partir do exercício republicano, coletivo, da cidadania. Muito pelo contrário, essas ações democráticas são praticadas sob os pressupostos do individualismo e da necessidade de amparo sob a tutela de uma autoridade do Estado, de onde surgem políticas que partem da vitimização de alguns grupos sociais:

O êxito compensatório das políticas da vitimização é de tal ordem que elas passam a reproduzir a lógica do ressentimento, como condição de sua perpetuação. Passa a ser mais vantajoso permanecer no papel de vítima do que emancipar-se dessa condição ou receber reparação por algum antigo prejuízo (KEHL, 2007, p. 224).

E nesse intuito exemplifica:

As políticas de vitimização das mulheres que recorrem à autoridade policial para defender-se do assédio sexual masculino são a expressão mais caricata desta tentativa de colocar o Estado a serviço da proteção narcísica dos cidadãos que já não sabem se relacionar uns com os outros e resolver seus conflitos pessoais na esfera social, corroída pelo individualismo e pela competição de todos contra todos (KEHL, 2007, p. 226).

Ora, que melhor exemplo seria a própria argumentação de Vianna a respeito da condição infantil da população brasileira frente à política e ao espaço público. Escreveu que, sob evidências étnicas, geográficas e culturais, o povo brasileiro – visto como “desplantados”, “infixos”, “semi-nômades”, “servilizados”, “sem pão”, “sem terra”, “sem vontade”, “sem consciência cívica”, agrupados em clãs, demonstra total imaturidade e despreparo para com os “grandes interesses públicos”, não possuindo o respeito à lei e à consciência do poder público como força de utilidade social (VIEIRA, 1976, p. 107).

Os trabalhos de Vianna, ao insistirem na vitimização da população brasileira, abrem alternativas poderosas para que líderes políticos desenvolvam ressentimentos para mobilizar eleitores a seu favor. Conforme muito bem pontua Ansart, as “legislações do trabalho, instituições de salários mínimos etc., todas estas iniciativas são respostas aos ressentimentos e tentativas de transformar o Estado em Providência tranqüilizadora” (ANSART, 2001, p. 28).

É certo que Vianna denuncia o predomínio dos interesses privados sobre os interesses públicos, da moral do clã sobre as leis instituídas, dos valores afetivos sobre a impessoalidade das regras, como também atesta Sérgio Buarque de Holanda, ao descrever que esses traços conferem ao homem brasileiro a cordialidade que lhe é característica:

Já se disse, numa expressão feliz, que a contribuição brasileira para a civilização será de cordialidade – daremos ao mundo o ‘homem cordial’. A lhaneza no trato, a hospitalidade, a generosidade, virtudes tão gabadas por estrangeiros que nos visitam, representam, com efeito, um traço definido do caráter brasileiro, na medida, ao menos, em que permanece ativa e fecunda a influência ancestral dos padrões de convívio humano, informados no meio rural e patriarcal. Seria engano supor que essas virtudes possam significar ‘boas maneiras’, civilidade. São antes de tudo expressões legítimas de um fundo emotivo extremamente rico e transbordante (HOLANDA, 2006, p. 146).

Esse homem cordial, segundo interpretação de Kehl, “prefere gozar dos benefícios secundários de sua posição de explorado, mas explorado com jeitinho, a arriscar a perder os falsos ‘privilégios’ por descontentar um patrão ou uma autoridade paternalista” (KEHL, 2007, p. 243). O ressentimento seria inerente às

constatações de Buarque e Vianna, porque o estilo cordial de dominação desestimularia à condução do exercício permanente de emancipação. No entanto, Vianna, que sob essa perspectiva detecta ressentimento da população brasileira, acaba por dar indícios de que sua leitura também é ressentida, na medida em que sugere a perpetuação da condição paternalista, que deixa de ser a da autoridade local e passa a ser a do Estado autoritário. Dessa forma, Vianna, sob um viés ressentido, transfere a dominação oligárquica, que fere o senso de unidade necessário à construção da identidade nacional, para a dominação do Estado, que não resolve o problema da maturidade da população brasileira, como Vianna gosta de colocar em seus textos. A “gestão dos ressentimentos”, para usar uma expressão adaptada de Ansart, apenas mudou de direção – passou do clã local para o Estado autoritário. Com isso, a sociedade brasileira, como uma criança diante de pais protetores e amorosos, abre mão da tarefa de construir uma ordem republicana, moderna e adulta (KEHL, 2007, p. 242).

3.2.2 O ressentimento na construção da identidade nacional

Essa parte procura investigar indícios de ressentimento em Vianna, sob a ótica dos trabalhos de nacionalismo elaborados por Greenfeld. Antes de proceder a essa investigação, tomando por base o que fora exposto no primeiro capítulo, alguns esclarecimentos adicionais deverão ser feitos. A pesquisa de Greenfeld está interessada em verificar o ressentimento dentro de uma relação em que há, de um lado, uma nação cuja organização política e social traz grandes benefícios em várias áreas, e uma nação de diferente organização política e social que traz pequenos benefícios, de outro. O ressentimento aqui passa a ser uma variável explicativa para compreender o comportamento de nações dentro de uma perspectiva que resgata os pares desenvolvido/subdesenvolvido, forte/fraco, vencedores/derrotados. O comportamento de nações é avaliado em termos de ideais ocidentais valorizados, no caso, a democracia liberal. Se uma nação consegue exibir uma sociedade desenvolvida amparada nos moldes da democracia liberal, essa nação passa a ser o modelo idealizado de outras nações.

Valendo-se do pensamento estruturalista de Scheler, Greenfeld estuda o ressentimento coletivo contra aqueles que representam, ao mesmo tempo, tanto os opressores quanto os ideais com os quais os de baixo, na hierarquia social, se identificam: “a análise estrutural é parte central da minha discussão sobre nacionalismo” (GREENFELD, 1992, p. 18, minha tradução). A constatação do ressentimento coletivo em uma nação deve ter como referência um valor, uma idéia, que no caso do estudo de Greenfeld, é a democracia liberal. Conforme observado anteriormente, a igualdade democrática, para Scheler, propicia a comparação entre supostos iguais e entre esses, quaisquer diferenças, por menores que sejam são vistas como injustas. Greenfeld aproveita-se desse argumento e, ao discorrer acerca da organização política e social da Inglaterra, quando esta emergia como nação escorada sob as bases de uma democracia liberal, critica a visão de Scheler quanto ao fato de que a percepção de diferenças entre a igualdade formal e a desigualdade real sempre gera ressentimento. Para Greenfeld, esse tipo de diferença somente ocorre no caso em que houve uma tentativa fracassada em transplantar o modelo liberal inglês para uma realidade que não o comportava, ou seja, nem sempre democracias liberais apresentam ressentimento. No caso inglês e norte-americano o ressentimento não se confirmaria.

Os recorrentes exemplos de que as instituições democráticas tendem a desenvolver sensos de inveja, injustiça, indignação, rancor, desejos de vingança, raiva, ciúmes, maldade, dentre tantas outras manifestações do ressentimento, mostram que há uma percepção mais ou menos generalizada de que todas as formas de revolta contra a desigualdade camuflada são ressentimento (KEHL, 2007, p. 214). Na leitura de *Nationalism: Five roads to modernity*, qualquer sociedade que não seja inglesa ou norte-americana tem fortes indícios de ser ressentida, a menos que haja condições estruturais suficientes para o florescimento da democracia. Até mesmo o caso grego, analisado por Prevelakis indica que o nacionalismo grego é do tipo ressentido. Greenfeld confirma essa constatação ao dizer que uma implicação do fato de a democracia reconhecer que os membros do povo são todos soberanos e, por isso, estão em pé de igualdade, é que a democracia não é exportável, uma vez que ela surge como uma predisposição de determinadas nações (GREENFELD, 1992, p. 10). Da leitura, o modelo de Greenfeld acaba sendo muito rígido por não considerar que a existência de democracia não garante o desaparecimento da

desigualdade, mas o que ocorre é sua *desnaturalização* (TOCQUEVILLE *apud* KEHL, 2007, p. 214). Segundo Kehl,

A transformação do sentimento de injustiça em ressentimento pode advir da incompreensão de que os Estados democráticos não têm recursos para eliminar as desigualdades entre seus membros; o que as modernas democracias conquistaram foi uma profunda mudança nas relações entre mestres e serviçais, que passaram a basear em contratos, e não mais na posição 'natural' de nascimento das partes contratantes (KEHL, 2007, p. 214-5).

Ao significado de democracia liberal defendido por Greenfeld, respaldado no reconhecimento de uma igualdade fundamental entre diversas pessoas, Kehl argumenta:

A igualdade, nas democracias liberais, é meramente contratual, e pressupõe que as partes negociem em iguais condições de autonomia e liberdade – coisa que, dadas as brutais desigualdades econômicas, nem sempre se verifica. Nas democracias modernas, a efetivação dos ideais de igualdade depende da criação de mecanismos participativos; não basta que a população escolha seus líderes pelo voto livre e universal; para que o exercício da política corresponda aos ideais de justiça a que se pretende, a sociedade precisa criar mecanismos efetivos de participação e controle das decisões do Estado (KEHL, 2007, p. 215).

Conforme visto anteriormente, é imprescindível ter em mente que há que se falar em ressentimentos no plural, visto que “convém especificar precisamente os caracteres de tal sentimento e sublinhar tudo aquilo que separa tais afetos difusos do ressentimento que pode opor duas classes sociais ou duas etnias” (ANSART, 2001, p. 19). Isso mostra que diferentes causas geram ressentimentos diferentes ou, às vezes, nem são capazes de gerar ressentimento. No caso de Greenfeld, o essencial em seu raciocínio como causa para explicar a existência ou não de ressentimento está na questão da inconsistência de *status* em países que tentaram se apropriar do modelo democrático-liberal inglês– o ressentimento surgiria, no caso, entre grupos ou classes que perderam seus privilégios históricos, sobretudo na situação de herdeiros. No entanto, essa inconsistência de *status*, que nutre o

ressentimento pela humilhação com a perda de posição social ou com a simples ameaça de perda, é apenas uma causa do ressentimento. Como foi visto, as disfunções da democracia liberal, o passado que nunca se apaga e retorna na linguagem, nos lapsos, nos medos etc., também constituem causas para o ressentimento. Pelo fato de a observação de Greenfeld estar voltada para a importância da hierarquia social, tal como em Scheler, o foco está em mostrar o comportamento da elite em decadência na busca por recuperar a dignidade perdida, afastando os ameaçadores, desprezando-os e menosprezando-os, no intuito de resgatar o orgulho perdido.

Esse ponto mostra mais uma inflexibilidade na aplicação das idéias desenvolvidas por Greenfeld. Na investigação das fontes biográficas de Vianna não foram encontrados indícios que permita falar que Vianna foi ressentido em virtude de estar em posição de ameaça na escala social. Embora de estilo recluso, mantinha, como Venâncio atesta, uma agitada vida social pelas cartas que trocava com a alta sociedade brasileira. Além disso, demonstrava estar bem entrosado não apenas com a elite intelectual, mas também com a elite política da época, seja por fazer parte da Academia Brasileira de Letras, seja por ter pertencido aos quadros do funcionalismo do Estado. O ressentimento social em Vianna parece estar ancorado em outros pressupostos.

Tendo em vista que há várias causas que geram diferentes tipos de ressentimento, não há que traçar um padrão específico na linha argumentativa de Vianna e dizer, de acordo com a abordagem de Greenfeld, que Vianna seja ressentido. A complexidade dos trabalhos de Vianna, não em relação à forma como expunha seus argumentos e apresentava suas idéias, mas a complexidade relativa à miríade de assuntos com os quais tratava, apropriando-se de idéias esparsas de autores estrangeiros, deturpando-as de acordo com as conveniências, impede que haja uma generalização a fim de amplificar uma característica marcante e polêmica de seu discurso e dizer que todo seu trabalho e suas idéias são ressentidas. O grande esforço, nesse sentido, é o de captar alguns argumentos constantes e contradições nas idéias de Vianna e analisá-las sob a ótica um modelo que privilegia as percepções de um grupo privilegiado, uma elite política ou intelectual, na construção de uma identidade nacional com base em elementos de outra nação, alvo de admiração e inveja.

3.2.2.1 As idéias ressentidas de Gilberto Freyre no resgate do orgulho nacional

Conforme demonstrado, Vianna, ao tentar estabelecer um elemento ou um conjunto de fatores que diferenciaria o povo brasileiro dos demais povos, ressaltando peculiaridades inerentes ao Brasil, indica que seus trabalhos estão voltados à busca de uma identidade nacional (BRESCIANI, 1998, p. 34). Vianna pode ser incluído no rol de autores que fizeram críticas à imitação de modelos estrangeiros, ao mesmo tempo em os apropriava para fundamentar seus preconceitos. Para ele, a consideração dos valores autóctones era importante para alinhar as leis escritas e as idiosincrasias do “povo-massa”. No entanto, sua abordagem quanto à miscigenação no Brasil enfoca aspectos étnicos que ratificam uma posição de desconforto em relação a outros países que não passaram por misturas étnicas, como é o caso da Inglaterra.

A proposta básica de Vianna com todo o seu trabalho conscientizador e esclarecedor acerca da realidade brasileira, revelando o que antes era desconhecido por grande parte da elite insciente no Brasil no início da República (os lugares mais longínquos, a população mais afastada e miscigenada, a realidade social marcada por uma sociedade ganglionar e descontínua), encaminhava os problemas de seu projeto de nação ao posicionamento claro a favor de um projeto político autoritário que, afinal, é seu meio de alcançar o tipo de sociedade liberal almejada, assim como a existente na Inglaterra. Para tanto, a intelectualidade brasileira deveria se adequar à necessidade de formular idéias que fossem ao encontro das características do povo brasileiro.

As características da população foram largamente expostas tanto em “Populações Meridionais do Brasil”, como em “Instituições Políticas Brasileiras”. A harmonia e o espírito de igualdade em que coexistem as diferentes raças no Brasil, do ponto de vista político, indicadas pelo fato de que “todos têm aqui as mesmas oportunidades econômicas, as mesmas oportunidades políticas e sociais” é um problema étnico quando a miscigenação é observada sob o ponto de vista da Antropologia, da Etnologia e da Antropossociologia: “o problema das raças adquire complexidade desconcertante” quando se nota que cada uma das três raças tem sua mentalidade própria: “a de um selvagem, a de um bárbaro e a de um civilizado”

(VIANNA, 1991, p. 15-7). Nesse momento em que escreve, Vianna está sob influência de autores como Gobineau, Woltman e Lapouge que viam nos fatores geográficos, raciais, biológicos, psicotemperamentais, históricos, etc., determinantes na vida social dos povos. Com o surgimento da escola culturalista de Franz Boas, a interpretação de Vianna a respeito desse tema passa a ser considerada inadequada, para não dizer racista. É nesse momento que Vianna faz algumas relocalizações sobre sua idéia quanto às raças, reconhecendo exageros em ênfases atribuídas a certos fatores determinantes, e atribuindo seus “erros” ao estágio em que estavam os estudos científicos na época (BRESCIANI, 1998, p. 36).

Mas o que importa neste aspecto é perceber que todo seu projeto de nação esteve atravessado pela tensão entre superioridade e inferioridade social das raças, embora, como bem lembra Bresciani, de forma circunstancial. Com isso, nota-se sua tendência a privilegiar em seus escritos a importância da “raça branca” em sua função civilizadora, tal como preconizado por Nina Rodrigues (BRESCIANI, 2005, p. 260). Questionava as conseqüências de ordem moral e intelectual decorrentes de uma população ameríndia ou negra. Com isso, Vianna sentia-se na obrigação de solucionar o problema da pluralidade das raças em prol da unidade e identidade nacionais: em um primeiro momento, imigração de levas de europeus, principalmente de alemães, e em um segundo momento, postulava o estudo de nosso *melting pot*, assumindo a diversidade racial e étnica como base para construção da identidade nacional brasileira. Em seu artigo “Pangermanismo” publicado no jornal *A Manhã*, em 1943, sua defesa à diversidade racial é apresentada em forma de repúdio à comunidade política fundada na raça, com base no sangue, com pretensões de domínio político sobre territórios onde houvesse alemães, demonstrando claro receio de que as doutrinas do espaço vital justificassem a tomada do território brasileiro pelos alemães (VIANNA, 1991, p. 100).

Toda essa discussão sobre raça tenta identificar se é possível correlacionar a busca pela unidade nacional via unidade racial. Em um primeiro momento talvez possa haver um ensaio a essa correlação em Vianna. Contudo, não há um projeto visando à constituição de um homem branco brasileiro, fruto da miscigenação, quando se analisa suas obras exponenciais, tal como pode ser percebido em Varnhagen, onde a unidade racial é um recurso para impedir que escravos dominem o país, da forma como ocorreu no Haiti. Para Odália, o problema das etnias em Vianna não se constitui uma das chaves interpretatórias de seu pensamento: “diria

que seu arianismo e sua defesa de uma aristocracia rural são frutos de ingênua e despropositada confiança numa pseudociência racial, de um lado, e, de outro, da sua visão nostálgica de valores originários das sociedades pré-capitalistas” (ODÁLIA, 1997, p. 167).

Por outro lado, a pluralidade de raças, sem dúvida, era um problema a ser resolvido em favor da unidade nacional. As diferenças regionais, sem dúvida, exibindo diferentes níveis de desenvolvimento, incomodavam Vianna. Ao fazer afirmativas categóricas sobre a inferioridade biológica e histórica da raça negra em relação aos brancos, assume uma postura altamente racista e que o inclui naquela perspectiva de autores frustrados com a questão da raça. A frustração em constatar que os estudos sociais pautavam-se sob um viés biológico e que, cientificamente, colocava o Brasil na condição de eterno país incapaz de crescer em função dos tipos étnicos que o constituía, transformam-se em raiva e indignação contra o próprio povo brasileiro. A má consciência, contrapartida necessária do ressentimento, segundo Nietzsche, orienta todos os esforços de culpa social não às leituras estrangeiras que identificavam o Brasil como incapaz de crescer e se constituir uma nação verdadeira, mas ao povo brasileiro, às elites políticas que não vêem que o atraso brasileiro está na miscigenação. A saída para esse impasse psicológico, segundo Greenfeld e Scheler, estaria em eliminar a raiva pela vingança, isto é, na “transvaloração de valores”. Cabe mencionar um ponto de discordância em relação ao Nietzsche nesse sentido: para Nietzsche a “transvaloração de valores” é um artifício usado pelos fortes e não pelo fracos, como se depreende da leitura de Scheler e Greenfeld. Neste aspecto, o modelo de Greenfeld não foi possível ser aplicado.

Kehl fornece uma intervenção bem interessante para a compreensão do termo “vingar” que identifica a “transvaloração de valores” não segundo o sentido negativo que Greenfeld defende, mas sob uma outra perspectiva:

(...) uma versão mais interessante da vingança seria tomar o verbo ‘vingar’ não no sentido de ‘fazer mal’ a um suposto agressor, mas no sentido de crescer, desabrochar, como se diz de uma planta que ‘vinga’, porque já não corre mais o risco de fenecer. A melhor vingança não consistiria em produzir sofrimento naquele que nos ofendeu, mas em exhibir diante do agressor um bem conquistado, um sucesso, um momento de felicidade (KEHL, 2007, p. 22).

Então, o que ocorre em Vianna quanto à frustração evidente em seus livros e artigos, é a tentativa de culpabilizar “alguém” pelo erro cometido, ao mesmo tempo em que seu projeto de vingança do ressentimento não se consuma nunca, ao contrário de Gilberto Freyre que resolve a sensação de frustração com as leituras estrangeiras depreciativas da condição racial brasileira pela via da “transvalorização de valores” no sentido que Kehl apresenta, e não no sentido negativo proposto por Greenfeld. Freyre rompe com o racismo e conservadorismo que permeavam as obras de Vianna ao exibir o aspecto cultural como a grande saída para o desconforto da questão racial debatida até então²⁶. Ao invés de tentar excluir o negro da sociedade brasileira, como fez Vianna, Freyre, “figura de proa na redefinição da identidade racial brasileira” (SKIDMORE, 1976, p.209), admite e valoriza a contribuição negra à sociedade brasileira²⁷. Por isso, na visão de Ginzburg, Freyre foi um grande revolucionário de seu tempo em relação a Vianna, porque ele situa o debate em relação ao negro em uma posição importante face aos discursos que procuravam desconsiderar, e até mesmo rejeitar a influência negra no Brasil. E isso é feito sob uma perspectiva metodológica que salienta os valores culturais do africano, essencialmente²⁸.

Pautado em um relativismo cultural, dadas as influências de Franz Boas²⁹, Freyre traz uma visão altamente nacionalista e de amor à pátria. O que era visto como algo negativo transforma-se em motivo para ser exaltado, porque faz parte da história de constituição do povo brasileiro. A presença negra é ressaltada como contribuição ao caráter do brasileiro, mas uma contribuição positiva³⁰. A volta ao passado colonial faz parte da tentativa de imprimir maior legitimidade ao conteúdo de seus escritos. As descrições ricas em detalhes acentuam o valor da conjugação das raças, num ímpeto de convivência entre culturas distintas que se acomodavam (FREYRE, 2005).

²⁶ Ginzburg procura analisar a questão racial em Freyre e Vianna e constata que Vianna foi o grande debatedor de Freyre (GINZBURG, 2006). Enquanto que o negro no Brasil era visto como fator de fragilidade, Freyre inverte essa percepção, valorizando a contribuição negra na sociedade brasileira.

²⁷ Para entender como o elemento racial tornou-se subordinado ao componente cultural em Freyre, ver Souza (SOUZA, 2001, p. 288).

²⁸ Para Skidmore, a obra de Freyre é uma contribuição ao valor intrínseco do africano como representante de uma civilização própria (SKIDMORE, 1976, p. 211).

²⁹ Ver comentários sobre as influências de Boas em Sousa (SOUZA, 2001, p.288) e em Reis (REIS, 2000, p. 53 e p. 73).

³⁰ Skidmore vê que Freyre fornece um “exame erudito do caráter nacional brasileiro com uma desinibida mensagem de otimismo”, porque agora os brasileiros poderiam orgulhar-se de serem um país mestiço, onde as raças componentes podiam ser vistas como igualmente valiosas (SKIDMORE, 1976, p. 211).

A idéia da acomodação é explicada pela formação da cultura brasileira. O relacionamento entre europeus, indígenas e africanos não permitiu que houvesse a sobreposição de uma cultura sobre a outra, porque o constante contato com outras culturas gerava um equilíbrio. E a miscigenação é a expressão mais visível desse equilíbrio, porque ela corresponde ao óleo que lubrificou a relação entre os extremos (FREYRE, 2005, p. 116). É através dela que Freyre procura desacreditar as visões que apregoavam um Brasil que espelhasse nações estrangeiras. Aliado a isso, o clima, o solo, as condições naturais influenciam na construção de um estilo próprio (brasileiro), diferente do que é observado na Europa, na África ou mesmo entre os povos nativos.

Nota-se com isso, que a postura de Vianna apresenta altos indícios de ressentimento por reafirmar uma posição de vítima inocente de uma injustiça – a população brasileira é refém do fato de estar fadada ao fracasso por ser miscigenada – e que os impulsos de revolta, ao invés de se exteriorizarem na tentativa de reverter o quadro de frustração, como Freyre procedeu, se transformaram em “ruminações ressentidas”. Essas “ruminações ressentidas” podem ser evidenciadas pelo racismo, pela reiterada busca de identidade nacional, “compensações narcísicas” que procuram, na criação de um forte sentimento identitário, promover a “adesão de indivíduos a sistemas totalitários, na esperança de que a adesão e participação nas tarefas exigidas pela máquina do poder os fortaleça e lhes garanta a segurança de um sentimento de identidade pelo pertencimento a um sistema forte” (KEHL, 2007, p. 223). Esse assunto será mais bem delineado mais adiante, quando for feita a análise do corporativismo em Vianna.

3.2.2.2 O marginalismo das elites brasileiras e o ressentimento

Os intelectuais brasileiros, incluindo Vianna, que lutavam por um encontro do país consigo mesmo, recorriam, inconscientemente, a padrões que queriam rejeitar. Por mais que Vianna quisesse valorizar a importância do estudo do povo brasileiro de acordo com seus valores, podendo esse esforço ser interpretado como uma

atitude nacionalista de rompimento com um pensamento eivado de desconforto e inveja, ele acaba por se mostrar um autor autoritário e contraditório.

Em “Instituições Políticas Brasileiras”, seu último livro publicado em vida, Vianna reafirma que seu projeto político, aqui entendido como o projeto da nação, estava apoiado no meio geográfico, na história e nas raças formadoras. Com essa base, Vianna pretendia desvendar as condições da vida e cultura do povo, identificando a consciência cívica de cada povo, o grau de interesse para política e pela vida pública, que as Constituições em vigência à época presumiam. Conforme mencionado no capítulo anterior, o mapeamento de regiões viabilizou o intento de estudar o direito público costumeiro, isto é, o direito elaborado pelo povo-massa, para, a partir dele, compará-lo com o direito escrito, as leis vigentes.

Vianna pressupunha a existência de um direito público, criado pelo povo-massa, descolado daquele previsto na legislação e que também se traduzia em instituições sociais: o partido dos coronéis, o clã parental (solidariedade da família senhorial), nepotismo e suas variantes (afilhadismo, genrismo, sobrinhismo), banditismo coletivo, incluindo aí os movimentos rebelionários como a Sabinada, a Balaiada e a Cabanada, e por fim, o fanatismo religioso. A responsabilidade pela discrepância entre a “lei estrita” e a “sociedade viva” era das elites políticas – legisladores, publicistas, tratadistas e políticos, tanto do Império, como na República, porque ao fazerem as leis sempre consideravam “o fundo cultural do nosso povo” “um fator estranho, incomputável no jogo de seus silogismos e conclusões”:

Este despreço à *realidade circunstante* – revelada pela observação – e à *realidade experimental* – revelada pela história – deriva do “marginalismo” característico das nossas elites políticas e dos nossos publicistas e legisladores. Eles como que estão nesta fase da filosofia política, em que o Estado é concebido como uma estrutura *estranha à sociedade*, ajustando a ela, vinda de cima, como que por divino – e não emanado dela, partilhando das suas condições materiais e de espírito, vivendo a vida da sua “cultura” e sofrendo a influência das suas transformações. Não chegaram evidentemente ainda a conceber o Estado como deve ser concebido: - como uma *realidade social*(...) (VIANNA, 1999, p. 360)

As críticas às elites políticas brasileiras são uma constante em Vianna. Nem Rui Barbosa escapou. Vianna o descrevia como sendo “puro inglês, nutrido do

espírito de Oxford, de Cambridge ou de Eton, cuja inteligência era usada para conhecer a vida política e constitucional do mundo, notadamente a da Inglaterra e da América do Norte, em detrimento das coisas nativas. O marginalismo de Rui era criticado principalmente pelas instituições de caráter liberal e democrático que preconizava: garantias individuais e liberdades civis dos cidadãos, a defesa do modelo federativo que pressupunha descentralização, retratada na aclamada autonomia municipal e provincial (*self-government*). No entanto, em meio a “abalos, aos choques da nossa realidade política (leia-se: direito-costume) sobre o espírito de Rui, e a reiteração deles, já lhe haviam provocado um certo ceticismo, um certo cansaço, talvez um começo de desilusão” (VIANNA, 1999, pp. 370; 375; 382).

A defesa pela inadequação da democracia liberal no Brasil, já que o povo brasileiro não é igual ao inglês, e não saberia usar esse sistema político a seu favor, porque é um povo iletrado e ignorante, era um ataque direto às elites dirigentes. A crítica de Vianna indica o quanto a elite brasileira, por mais que buscasse voltar para a realidade nacional, ainda se mostrava com sentimentos de querer ser o que não poderia ser jamais, ou seja, ser inglês. Greenfeld, como foi salientado no capítulo primeiro, chama a atenção para o fato de que muitos intelectuais como Voltaire e Montesquieu sugeriram a introdução de reformas liberais, em uma tentativa de copiar o modelo inglês perfeitamente (GREENFELD, 1992, p. 168). No entanto, a inadequação à realidade francesa foi patente, devido à ausência de condições sociais permissivas às alterações de cunho liberais que propunham. Essa inadequação foi respondida por meio de um sentimento anglofóbico, em que a coletividade passou a ser exaltada, em detrimento da preservação dos direitos e liberdades individuais. Isso representa que a tríade liberdade-igualdade-fraternidade apenas representou uma saída ressentida, calcada em uma “transvaloração de valores”, que permitiu aos franceses resgatar o orgulho nacional e construir uma identidade nacional ambivalente, fruto de frustrações e raivas de grupos privilegiados (GREENFELD, 1992). Nesse sentido, segundo Greenfeld, o ataque de Vianna à elites brasileiras denuncia a atitude ressentida, mas que não espelha em um ataque à Inglaterra, mas às elites brasileiras.

A visão de sociedade “inorgânica e informe”, sem estrutura, ganglionar, dispersa, sem vínculos solidários, ou seja, sem formas espontâneas de organização dos interesses coletivos era sempre contraposta ao modelo inglês. A Inglaterra era a grande referência em termos de sociedade bem estruturada, cujos vínculos

solidários asseguravam a coesão social, o bom funcionamento das instituições políticas e, sobretudo, garantiriam a preservação da burguesia comercial e o desenvolvimento econômico. Para demonstrar as características do seu modelo ideal de sociedade, dizia que os operários rurais e a classe alta e média estavam profundamente ligados por vínculos de interesses recíprocos, o que podia se notar o caráter associativo dos trabalhadores por meio de conselhos técnicos e associações sindicais (VIANNA, 1973, p. 150).

Talvez o exemplo que mais bem indica as impressões de Vianna quanto a isso esteja no seguinte trecho extraído de seu discurso quando da participação no Anteprojeto do Itamaraty, de 1934:

Lá [Europa], as classes, os sindicatos, as corporações sempre foram forças vivas, realidades políticas que se achavam, entretanto, fora do Estado sem nenhuma participação nos Parlamentos, exclusivamente dominados pelos partidos. Estas corporações de classes, poderosas e vitais, ativas e aguerridas, tiveram que assaltar esse reduto, conquistá-la à força: é a expressão política desta conquista e a representação das classes nas assembléias legiferantes. Foi o que se deu na Itália. Foi o que se deu na Rússia. Foi o que se deu na Alemanha. É o que está dando em outros países de menor significação. Não se dá o mesmo aqui no Brasil: essas associações de classes, sindicatos e confederações de sindicatos, são aqui organizações *in fieri*, de caráter embrionário, que só agora começam a definir os primeiros lineamentos da sua estrutura, porque ainda invertebrados, sem articulações sensíveis de solidariedade. Nunca tiveram, nem têm nenhuma participação na vida política do país, mesmo porque, na vida profissional das próprias classes, que incorporam, exercem uma ação muito limitada (VIANNA, 1991, p. 212)

Com esse tipo de alerta, Vianna acredita denunciar o marginalismo das elites dirigentes, parlamentares e forenses, estimulado por um “persistente sentimento de complexo de inferioridade em face da Europa” (VIANNA, 1973, p. 77). Esse tipo de colocação, conforme analisado na seção anterior, retira a culpa de Vianna de querer europeizar o Brasil. Dessa forma, a transferência do incomodo pela impossibilidade de se confirmar os pressupostos existentes nos países alvo de admiração para aqueles que acreditam na importação das idéias é um ressentimento. Com a transferência, Vianna livra-se do fardo estar entre os que possuem complexo de

inferioridade e permanece no lugar de vítima impotente, de minoria sem voz, em relação ao seu próprio grupo.

Para se ter uma noção, Vianna dedica um capítulo introdutório de seu *Instituições Políticas no Brasil* para discorrer acerca do idealismo utópico das elites e seu “marginalismo” político, em aproximadamente dezesseis menções a esse fato. Após esse capítulo tece críticas contundentes a Rui Barbosa. Por representar a última obra e que sintetiza grande parte do pensamento de Vianna, *Instituições Políticas no Brasil* apresenta uma inflexão acerca de sua visão em relação ao poder reestruturador do Estado e da incapacidade criadora do povo-massa. A partir do momento em que Vianna se depara com as novas abordagens culturalistas e vê, que para a construção de seu projeto referente ao corporativismo de Estado, é necessário presumir que haja no povo-massa certa propensão para inovar, uma mudança em seu posicionamento. No entanto, essa mudança na forma de entender a realidade não o tira da tendência em querer se diferenciar daqueles que importam idéias. A lógica é a seguinte: rechaçam-se as idéias que não podem se concretizar na realidade, idéias estrangeiras inadequadas, porém admiradas; livra-se da culpa de admirar tais idéias ao acusar aqueles que as defendem; torna-se vítima por ser minoria e sua “vingança”, ou a “transvaloração de valores” é apostar na capacidade criativa da sociedade brasileira em aprender junto aos Conselhos Técnicos amparados pelo Estado Corporativo, noções de civilidade e trato para com a coisa pública, criando, com isso identidade nacional.

Talvez pareça que a inconsistência de status aludida por Greenfeld esteja presente em Vianna quando ele se mostra ser o porta-voz de toda a problemática que envolve a falta de identidade nacional. No entanto, não há indícios suficientes para dizer que Vianna esteja sob a condição de perda de privilégios, ou tenha receio de ter suas idéias e valores rejeitados. O que se observa é um deslocamento, uma divergência de posicionamento quanto às idéias predominantes na época. O que se nota, e isso a filosofia do ressentimento tanto de Nietzsche e Scheler são mais elucidativas, é que, na impossibilidade de sustentar uma idéia responsável pela auto-estima, pela nossa identidade nacional, cria-se um culpado e ressentido por manter o estado de vítima incapaz de solucionar o estado letárgico brasileiro.

Outro ponto que mostra ressentimento em Vianna, e esse é mais fácil de ser percebido sob a ótica dos argumentos de Greenfeld, é a saída autoritária. Sem entrar no mérito se a proposta autoritária de Vianna é instrumental, isto é,

passageira ou não, porque há divergência quanto a esse aspecto, o fato é que recorrer a saídas autoritárias é, para Greenfeld, uma atitude bem comum em sociedades que procuram seguir o receituário democrático-liberal sem ter condições reais.

Os meios sugeridos por Vianna em seu projeto de nação em nada são democráticos, embora a democracia seja um valor a ser atingido, porque admirado em outras terras. Um Estado forte também era necessário para impor ao povo-massa o senso de civilidade, pela viabilização da unidade. Os direitos e liberdades individuais são preteridos em nome da coletividade e da construção da identidade nacional brasileira. À moda francesa, Vianna representou o grande admirador das reformas liberais, embora as menosprezasse com vigor, por reconhecer que essas reformas jamais seriam possíveis no Brasil devido à inexistência de condições sociais e políticas. O fato de não ter demonstrado em seus textos um sentimento anglofóbico por isso, o autoritarismo em Vianna parece ser uma “compensação narcísica” do ressentimento por negar as condições da democracia liberal.

Portanto, os ataques de Vianna às elites brasileiras representam uma atitude ressentida, uma vez que ao negar os valores democrático-liberais como meio para sanar os problemas da sociedade, apesar de demonstrar clara simpatia a esses valores, Vianna se vale dos racismos e preconceitos, artifício para fundamentar a tese da incompatibilidade entre democracia liberal e a realidade brasileira, para sugerir o autoritarismo como solução para os problemas sociais. Essa atitude de rechaçar o valor democrático, visivelmente reconhecido por Vianna no desenvolvimento de nações bem-sucedidas, para substituir por outro, autoritário, sob o argumento da incompatibilidade, deixa claro que o ressentimento de Vianna assemelha-se bem à moral presente na fábula “A raposa e as uvas”, de La Fontaine: “é fácil desprezar aquilo que não se pode obter”. Segundo essa fábula, uma raposa que vinha pela estrada encontrou uma parreira com uvas maduras. Passou horas pulando tentando pegá-las, mas sem sucesso. Já exausta, saiu reclamando, dizendo que não as queria mesmo, porque estavam verdes. Para Greenfeld, os países incapazes de alcançar um valor que desejam tendem a denegri-los, para diminuir o peso de seu insucesso. Interpreta-se, dessa forma, que ao denunciar o marginalismo das elites brasileiras, Vianna desdenha o papel dos valores democráticos para o sucesso, porque eles são inadequados à realidade brasileira.

CONCLUSÃO

A proposta de estudar identidade nacional, levantes nacionalistas, de compreender a mentalidade daqueles que buscam fundamentar suas conquistas sobre bases comuns nem sempre evidência os crivos políticos/valorativos pelos quais as escolhas são feitas. As escolhas políticas muitas vezes possuem fundamentos valorativos não-ditos, ou ditos de maneira dissimulada, que escondem as reais intenções daqueles que querem defender uma outra realidade. Este trabalho procurou evidenciar o nacionalismo como ferramenta política muito mais sofisticada e sutil na construção de identidades e na criação de ressentimentos. O nacionalismo como ferramenta política foi observado por meio dos estudos do pensamento social e político de Oliveira Vianna. Já o ressentimento ajuda a explicar o que as tradicionais teorias do nacionalismo não conseguem explicar no que se refere à construção de identidades nacionais. Para tanto, o estudo do ressentimento precisou ser mais bem compreendido a fim de captar precisamente os elementos necessários na compreensão do nacionalismo.

As perspectivas que versam acerca do nacionalismo salientam a estreita ligação entre os levantes nacionalistas e política como traço fundamental da era moderna. De fato, este é um ponto comum que perpassa os principais estudiosos do nacionalismo analisados. A despeito das características em comum, houve uma preocupação em verificar que tipo de leitura seria mais robusta em termos explicativos para fenômenos nacionais que não estão estritamente ligados, à xenofobia, a separatismos e à cooperação. E a perspectiva que mais atendeu a essa preocupação foi a de Liah Greenfeld.

Os argumentos de Greenfeld apresentam por meio de estudos da manifestação intelectual e política de grandes personalidades de cinco países – Inglaterra, França, Rússia, Alemanha e Estados Unidos –, como surge um nacionalismo sob uma perspectiva relacional – que leva em consideração o olhar para o “outro” como se esse fosse o melhor em termos de desenvolvimento econômico e até mesmo cultural. Esse nacionalismo surge a partir da rejeição dos padrões culturais autóctones, uma vez que um outro país parece ser melhor e mais avançado. Ou seja, o parâmetro para a construção de uma identidade nacional não está nos valores nacionais, mas nos valores de outra nação, como se esta fosse um

exemplo a ser seguido. É nesse olhar para um modelo ideal de nação e o conseqüente surgimento de impotência por não conseguir alcançar o mesmo padrão do que se deseja, que o ressentimento aparece, para Greenfeld.

Oliveira Vianna foi escolhido para fins desta pesquisa, dentre tantos outros, para servir de referencial na relação nacionalismo e ressentimento proposta, porque ele foi um intelectual que, a serviço de seu projeto de nação, pensou as bases brasileiras, evidenciando o que os brasileiros têm de pior frente às nações que ele considerava modelo de sucesso e desenvolvimento. Vianna, de acordo com Bresciani, faz parte do “fundo comum” que permite ratificar posturas racistas não apenas das elites estrangeiras em relação ao Brasil, mas da própria elite brasileira. A insistência em reafirmar as qualidades negativas do povo brasileiro para a construção da identidade nacional explicita o ressentimento contra a trajetória histórica do Brasil.

O projeto nacionalista, ou político, como prefere Bresciani, reafirma “lugares-comuns” – “fundo compartilhado de idéias, noções, teorias, crenças e preconceitos” (BRESCIANI, 2005, p. 41), sempre tendo como referência a relação entre “o fundo mitológico” – a memória do Brasil – e valores de nações bem-sucedidas. Nessa relação constatou-se que esses projetos ressentiam-se por demonstrarem inabilidade em lidar com as conseqüências dos problemas brasileiros, criando a “imagem de um país desencontrado consigo mesmo” e falta de criatividade ao propor alternativas para solucioná-los.

Os estudos de Bresciani, sem dúvida, apontam para existência de ressentimento nos estudos de Vianna. Eles indicam que os “lugares-comuns” seriam responsáveis por formar uma imagem depreciativa dos brasileiros em relação a outros países e em relação aos próprios brasileiros, naturalizando comportamentos e atitudes eivadas de preconceito, de sentimento de inferioridade e de recalque. Contudo, considerou-se por bem investigar em que medida se dá essa formação da imagem depreciativa em Vianna segundo um olhar mais específico na filosofia do ressentimento, que foi adaptada na construção da interpretação de Greenfeld em suas análises.

Pode-se pensar que haja uma tentativa em replicar os pressupostos de Greenfeld na análise de aspectos do pensamento social e político de Vianna. Primeiro, porque nos trabalhos de Vianna há a busca pela construção de uma identidade nacional no Brasil. Segundo, porque a proposta de identidade nacional

rejeita as bases nas quais a sociedade brasileira está assentada na comparação com sociedades de outros países. Essa atitude sugerir uma identidade nacional calcada na depreciação indica ressentimento na visão de Greenfeld. Por isso, este estudo tentou apresentar os elementos que podem ser apontados como indicadores de ressentimento na relação entre a visão de Vianna do Brasil e da Europa, especificamente a da Inglaterra. Foram pinçados, para tanto, de seu vasto legado, três componentes que poderiam ser capazes de indicar ressentimento: insolidarismo social, Estado autoritário e corporativismo.

Contatou-se que para entender o ressentimento em Vianna, havia a necessidade de apresentar o que seria de fato esse ressentimento e como ele surgiria. Greenfeld apresenta que sua abordagem do ressentimento está baseada nos estudos de Max Scheler, porque este considera que hierarquias sociais tendem a gerar situações de desconforto social entre membros de comunidade que se consideram iguais. O esforço de Greenfeld foi entender o desconforto de certos grupos privilegiados na hierarquia social de um país em função de outro país. Porém, como o estudo do ressentimento em Greenfeld estava adaptado, havia certa dificuldade em compreender como Vianna poderia ser ressentido, no que tange, principalmente, à inconsistência de *status*. O levantamento de aspectos da vida e obra de Vianna atesta que não havia referência à ameaça de perda de privilégios históricos no grupo social no qual Vianna estava inserido. Dessa forma, recorreu-se a um estudo muito bem elucidativo, feito por Maria Rita Kehl, que apresenta não só a filosofia do ressentimento em Scheler, mas também em seu precursor, Nietzsche. As idéias de Nietzsche apresentadas por Kehl ajudam a explicar, de maneira mais inteligível por que o Estado autoritário e o corporativismo foram as respostas de Vianna para curar os males da sociedade brasileira, quando, na verdade, Vianna vislumbrava uma sociedade do tipo inglês, essencialmente democrática.

Embora a democracia fosse um valor a ser atingido, porque admirado em outras terras, um Estado autoritário era fundamental para impor ao povo-massa o senso de civilidade, pela viabilização da unidade. Assim, os fundamentos valorativos nos quais o projeto de nação de Vianna estava centrado eram na democracia. Procurou-se mostrar que a democracia era o grande dilema de Vianna ser resolvido para que a sociedade brasileira fosse uma nação, nos moldes ingleses. A partir do momento em que Vianna constata que a sociedade brasileira não é a sociedade inglesa, passa-se a rejeitar a democracia como valor necessário ao desenvolvimento

social e econômico, para propor um outro valor, capaz de trazer desenvolvimento social e econômico, porém autoritário. A grande contribuição de Greenfeld foi nesse sentido, o de elucidar que o ressentimento se situa na mudança do padrão valorativo que nega a essência da nação, que é a democracia. Países ressentidos, para Greenfeld, teriam uma forte propensão a aderirem a regimes autoritários como saída para o desenvolvimento via unidade nacional.

Mas outras contribuições também permitem explicar a associação entre nacionalismo e ressentimento. Ainda como eixo de valor a democracia, a filosofia do ressentimento de Nietzsche, tal como apresentada por Kehl, em sua crítica aos fundamentos do Estado moderno, possibilitou pensar o comportamento intelectual de Vianna eivado de ressentimento da seguinte maneira: para Nietzsche, o ressentimento seria fruto da fraqueza de uma sociedade que delegou toda vontade de ação ao Estado, ao qual se submete voluntariamente. Vianna, ao realçar a importância do Estado na conformação de uma organização social e política de outro tipo, que pudesse espelhar laços identitários, transfere toda a responsabilidade de ação autônoma da sociedade para o Estado, por ver a sociedade infantil e passiva. Os trabalhos de Vianna vitimizam a população brasileira e, por isso, abrem alternativas poderosas para que líderes políticos desenvolvam ressentimentos para mobilizar indivíduos a seu favor.

As contribuições apresentadas ao longo do último capítulo ajudam a entender em que medida a busca pela identidade nacional brasileira, especialmente nos trabalhos de Vianna, está atrelada a compromissos de reconhecimento com um “primeiro mundo” inalcançável, pela redução “de nossa diversidade cultural ao triângulo samba-sexo-futebol” e pela tentativa de suprir a falta de um pai ideal, que

nos faz transformar cada novo líder político, de porta voz dos anseios e reivindicações emergentes em novo pai dos pobres, com salvo conduto para governar no estilo de dominação cordial que nos é familiar (...) A tradição do homem cordial que atravessa nossa vida política desmoraliza as instituições democráticas e gera ressentimento na sociedade. Esta oscila entre a espera passiva pelo cumprimento das promessas do ‘pai’ bondoso, a desilusão e queixa estéril (KEHL, 2007, p. 247).

Portanto, espera-se, com este trabalho, evidenciar também que o nacionalismo é poderosa ferramenta política, não apenas de políticos, mas também

de intelectuais supostamente despretensiosos, que não está necessariamente ligado a conflitos de libertação, a um passado de opressão, à xenofobia ou a qualquer outro movimento nacional que remeta à Europa. Pensa-se restringir e muito a complexidade do fenômeno a esses matizes. Como vem mostrando os estudos de Bresciani, Kehl e Greenfeld, respaldados sob a filosofia do ressentimento de Nietzsche e Scheler, o nacionalismo, como sentimento viabilizador da identidade nacional, também surge em situações de paz e necessárias para o crescimento social e econômico de determinada sociedade em relação a outra, já desenvolvida. Uma das tarefas nesse sentido foi o de tentar exprimir como o ressentimento leva intelectuais a fazerem escolhas pautadas na negação de valores com os quais se identificam, dentro de uma perspectiva que busca construir uma identidade nacional pela reafirmação de preconceitos. O ressentimento, que configura o campo de estudos aparentemente alheio à Ciência Política, é, para Kehl, fundamental na compreensão dessas escolhas, pois se constitui em tema “tão atravessado pelo campo da política” (KEHL, 2007, p. 19). Na verdade, quando associado aos estudos do nacionalismo, o ressentimento enriquece as explicações que procuram forjar uma identidade nacional com base em “lugares-comuns” – “fundo compartilhado de idéias, noções, teorias, crenças e preconceitos” (BRESCIANI, 2005, p. 41).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDERSON, Benedict. *Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a expansão do nacionalismo*. Lisboa: Edições 70, 2005.

ANSART, Pierre. História e memória dos ressentimentos. In: Maria Stella Martins Bresciani; Márcia Regina Capelari Naxara. (Org.). *Memória e ressentimento: indagações sobre uma questão sensível*. Campinas, São Paulo: Editora da UNICAMP, 2001.

BRESCIANI, M. S. M. . Forjar a identidade brasileira nos anos 1920-1940. In: Hardman, Francisco Foot (org.). *Morte e progresso: cultura brasileira como apagamento de rastros*. São Paulo: Ed. Unesp, 1998.

_____, M. S. M.. Identidades inconclusas no Brasil do século XX – fundamentos de um lugar-comum. In: _____. (Org.). *Memória e ressentimento: indagações sobre uma questão sensível*. Campinas, São Paulo: Editora da UNICAMP, 2001.

_____, M. S. M. . *O charme da ciência e a sedução da objetividade: Oliveira Vianna entre intérpretes do Brasil*. 1ª. ed. São Paulo: Editora da UNESP, 2005.

CARVALHO, José Murilo de. A utopia de Oliveira Vianna. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 4, n. 7, 1991.

FERREIRA, Gabriela Nunes. *A formação nacional em Buarque, Freyre e Vianna*. Lua Nova. Revista de Cultura e Política, SP, v. 37, p. 229-247, 1996.

FERREIRA, Gabriela Nunes; RICUPERO, Bernardo. *Estado e sociedade em Oliveira Vianna e Raymundo Faoro*. Caderno CRH, Salvador : UFBA, v.18, n.44, p. 223-227, maio/ago., 2005.

FREYRE, Gilberto. *Casa grande e senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. São Paulo: Global Editora, 2005.

GELLNER, Ernest. *Nations and nationalism*. Ithaca, New York : Cornell University Press, 1992.

_____, Ernest. O advento do nacionalismo e sua interpretação: os mitos da nação e da classe. In: BALAKRISHNAN, Gopal. *Um Mapa da Questão Nacional*. Rio de Janeiro: Contraponto Editora, 2000.

GINZBURG, Jaime. *Política e memória no Brasil: raça e história em Oliveira Vianna e Gilberto Freyre*. Araucaria, primer semestre, año\vol.8, nº 15. Universidad de Sevilla, Sevilla, España, 2006.

GREENFELD, Liah, CHIROT, Daniel. Nationalism and Aggression, *Theory and Society* 23:1, 79-130., 1994.

_____, Liah. *The Spirit of Capitalism: Nationalism and Economic Growth*. Cambridge, Mass.: Harvard University Press. 2001.

_____, Liah. *Nationalism and democracy: the nature of the relationship and the cases of England, France, and Russia*. Harvard: Harvard University Press, 1991.

_____, Liah. *Nationalism: five roads to modernity*. Cambridge: Harvard University Press, 1992.

GUIBERNAU, Montserrat. *Nacionalismos: o estado nacional e o nacionalismo no século XX*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1997.

Historiador Eric Hobsbawm aponta questões cruciais do século 21. Folha de S. Paulo, São Paulo, 18/04/2010, Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/ilustrada/ult90u720155.shtml>, acesso em 20/04/2010.

HOBBSAWN, Eric J. *Nações e nacionalismo desde 1970*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

HOLANDA, Sergio Buarque. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras. 2006.

KEHL, Maria Rita. *Ressentimento*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2007.

NASCIMENTO, Paulo César. *Dilemas do nacionalismo*. BIB. Revista brasileira de Informação bibliográfica em ciências sociais. São Paulo, v. 56, p. 33-53, 2003.

ODALIA, Nilo. *As formas do Mesmo: ensaios sobre o pensamento historiográfico de Varnhagen e Oliveira Vianna*. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1997.

OLAZABAL, Ignaki. *Érudit: Anthropologie et sociétés. Pouvoir de l'éthnicité*. Comptes rendus. Vol. 19, nº 3, 1995. Disponível em: <http://www.erudit.org/revue/as/1995/v19/n3/index.html> . Acesso em: março/2007.

OLIVEIRA, Lucia Lippi. Uma leitura das leituras de Oliveira Vianna. In: MORAES, João Quartim de; BASTOS, Elide Rugai. *O Pensamento De Oliveira Vianna*. Campinas: Editora da Unicamp, 1993

PREVELAKIS, Nicolas. *The spirit of greek nationalism: the greek case in the light of Greenfeld's conceptual framework*, 2004. Disponível em: <http://www.lse.ac.uk/collections/hellenicObservatory/pdf/symposiumPapersonline/N.P.revelakis.paper.pdf> . Acesso em: fevereiro/2007.

PROENÇA, João T. *Dicionário de filosofia moral e política: instituto de filosofia da linguagem*, 2002. Disponível em: http://www.ifl.pt/dfmp_files/ressentimento.pdf . Acesso em: abril/2007.

REIS, José Carlos. *As identidades do Brasil: de Varnhagen a FHC*. Rio de Janeiro, Ed. FGV, 2000.

RIBEIRO, Darcy. *O povo brasileiro: a formação e o sentido no Brasil*. Companhia das Letras: São Paulo, 1997.

SCHELER, Max. *Ressentiment*. Glencoe, Ill: The Free Press, 1965.

SKIDMORE, Thomas E. *Preto no branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

VENÂNCIO, Gisele. *Presentes de papel: cultura escrita e sociabilidade na correspondência de Vianna*. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, nº 28, 2001.

VIANNA, Oliveira. *Instituições Políticas Brasileiras*. Brasília: Senado Federal, 1999.

_____, Oliveira. *Ensaio Inédito*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1991.

_____, Oliveira. *Populações Meridionais do Brasil*, Rio de Janeiro, Editora Paz e terra, 1973.

VICENZI, Roberta A N. *Nacionalismo árabe: apogeu e declínio*. Universidade De São Paulo: Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, para obtenção do título de Doutor em Ciência Política. São Paulo, 2006.

VIEIRA, Evaldo Amaro Oliveira Vianna e O Estado Corporativo (Um estudo sobre Corporativismo e Autoritarismo). São Paulo: Editorial Grijalbo, 1976.

VIEIRA, Liszt. *Morrer pela pátria?: notas sobre identidade nacional*. Política e Sociedade, nº. 9, 2006. Disponível em:
<http://www.periodicos.ufsc.br/index.php/politica/article/view/1836/1598> (Acesso em abril de 2010)

WEFFORT, Francisco C. *Formação do Pensamento Político Brasileiro: idéias e personagens*. São Paulo: Ática, 2006.